

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Felipe Baunilha Tomé de Lima



**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM JOÃO PESSOA:
UM ESTUDO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NA SOCIEDADE CIVIL**

2013

FELIPE BAUNILHA TOME DE LIMA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM JOÃO PESSOA:
UM ESTUDO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NA SOCIEDADE CIVIL

Dissertação elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Frederico B. Loureiro e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título Mestre em Educação.

Rio de Janeiro/RJ
2013

FELIPE BAUNILHA TOME DE LIMA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM JOÃO PESSOA:
UM ESTUDO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NA SOCIEDADE CIVIL

Dissertação elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Frederico B. Loureiro e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA:

Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Dsc. UFRJ (Orientador)

Mônica Pereira dos Santos. Dsc. UFRJ

Victor de Araújo Novicki. Dsc. UCP

Rio de Janeiro/RJ
2013

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que de alguma forma constroem junto comigo o ideal de um novo mundo. E que no decorrer deste trabalho me escutaram, deram opiniões e me motivaram a continuar mesmo em tempos de adversidades.

Agradeço a minha mãe, compreensiva e paciente, que em todos os momentos da vida soube acolher as minhas escolhas com uma cega compaixão e confiança. E a todas as “mães” que tive durante a vida, cuidando e me ensinando a ser eu, em especial a família Guedes.

A Suzany (Suca) tão amada e amante. Presente em todos os momentos da vida: das descobertas do ser, da indignação, das lutas, das angustias, da construção coletiva de uma vida compartilhada... Com seu jeito doce e firme me fortaleceu todo o tempo com palavras, gestos e carinhos. Nos fortalecemos. Juntos aprendemos a cada vez mais deixar de ser a primeira pessoa do singular para nos tornarmos a primeira pessoa do plural. Nós e tantos outros de nossa geração. COMPANHEIRA no sentido mais profundo e radical da palavra.

A todos os companheiros e companheiras do Movimento Levante com quem aprendi o valor da coletividade. Com quem construí um sentido pra vida e que se tornaram irmãos e irmãs, família, no mais completo sentido da palavra. Marquinhos, Caroé, Shenia, Suzy, Doris, Thomas, Huguinho, Amandinha, Cesinha, Abrão, Rosa, as Maíras, Beta, Pêefe, Bianca, Taíssa, Monique... Tantos outros que não dá pra listar, mas “doido que é doido” vai se juntando em todo lugar. E também a nova geração de militantes, agora Levante Popular da Juventude, que juntos fazem parte da continuação desta história. Em especial Elida e Letícia pela força na reta final.

As grandes amigas Jade e Rafa que tão bem me acolheram no Rio de Janeiro, abrindo suas vidas, sua casa, suas alegrias... Dividimos a labuta diária das disciplinas e da pós-graduação. E que me possibilitaram conhecer tantos outros queridos e queridas amigas do Rio de Janeiro.

Aos companheiros e companheiras do MST e da Consulta Popular, instrumentos que me possibilitam acreditar na vitória do povo brasileiro. A estes valorosos militantes dedico boa parte de minha vida e sem os quais não esta pesquisa não seria possível. Na luta por uma sociedade sem opressões e livre da exploração capitalista aprendi a ternura de me reconhecer no Outro e de construir a cada dia o novo homem e a nova mulher. Esta pesquisa é parte e fruto da construção do Projeto Popular para o Brasil.

Ao companheiro e professor Carlos Frederico B. Loureiro (Fred) por sua paciência e dedicação ao trabalho de orientação. Por acreditar no potencial dos estudantes e ajudar a quebrar as barreiras da ideologia academicista. E a todos que constroem o Laboratório de Investigação Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS) pelos momentos e discussões compartilhadas.

RESUMO

A Educação Ambiental (EA) já é um campo político consolidado no país. É cada vez maior o número de organizações, empresas e governos que desenvolvem projetos e políticas públicas com a temática da EA. Um tipo específico de organização tem sido privilegiada no desenvolvimento de ações de EA, seja em parceria com governos, empresas ou movimentos sociais. É a chamada sociedade civil organizada ou também denominadas de organizações do “terceiro setor”. Pela falta de precisão teórica na definição do que são estas organizações buscamos fazer uma revisão teórica do debate sobre a sociedade civil. Surgido a partir do pensamento liberal para designar uma oposição à sociedade natural o termo já foi compreendido de diversas formas na história do pensamento político. Em nosso trabalho utilizamos o instrumental teórico fornecido por autores da tradição marxista, em especial daqueles que comungam das reflexões feitas por Antonio Gramsci. Para ele a 'sociedade civil' é parte constituinte do Estado, entendido como Estado ampliado, juntamente com a 'sociedade política'. O Estado como uma instituição criada para garantir o domínio de uma classe sobre outras se alterou após mudanças na economia durante o século XX e devido às lutas políticas empreendidas pelos trabalhadores desde o surgimento do capitalismo. Na compreensão de Gramsci e dos autores da sua tradição esta alteração trouxe novas determinações para a luta política que se estendem para além do Estado *stricto sensu*, dos aparelhos coercitivos do Estado. As classes dominantes são obrigadas a disputar ideologicamente a sociedade para conseguir manter seu poder. Esta dominação ideológica tem como arena central a sociedade civil através dos aparelhos privados de hegemonia de cada classe e fração de classe. É a partir desta perspectiva que analisamos as organizações do chamado “terceiro setor” desmistificando sua autonomia em relação ao mercado e ao Estado. Com a crise do neoliberalismo na década de 1990 a burguesia formulou uma nova estratégia para manter sua dominação, a chamada 'terceira via', que tem como estruturantes as organizações “da” sociedade civil. Estas são tidas como privilegiadas por serem 'despolitizadas', por buscarem o bem comum. Ganham centralidade no desenvolvimento de políticas públicas e na atuação de empresas que criam suas próprias organizações para atuar na sociedade civil. No Brasil esta atuação da burguesia começa a ser gestada nos governos de Fernando Henrique Cardoso com a Reforma Gerencial do Estado Brasileiro. É deste período também a discussão e formulação da Política Nacional de Educação Ambiental, que tem as organizações “da” sociedade civil como interlocutoras importantes no desenvolvimento da EA. Pela centralidade atribuída a estas organizações no desenvolvimento de ações e programas de EA estudamos quais delas atuam na cidade de João Pessoa, Paraíba, e quais seus pressupostos político-pedagógicos, de acordo com a categorização feita por Layrargues & Lima das macrotendências da EA no Brasil. Realizamos uma pesquisa qualitativa que utilizando da análise documental e de entrevistas com roteiro semiestruturados (Triviños, 2010) para obter os dados. A análise destes foi realizada a partir da triangulação de dados, coerentemente com o materialismo histórico dialético, buscando relacionar a estrutura socioeconômica com os elementos produzidos pelo meio do sujeito e os processos e produtos do próprio sujeito. Descrevemos ao todo 12 organizações que desenvolvem algum tipo de ação de EA na cidade. As organizações pesquisadas apresentam características condizentes com as três macrotendências da EA refletindo os projetos em disputa na sociedade pessoense. Ao final da pesquisa pudemos comprovar nossa hipótese de que quanto mais próximas aos movimentos sociais populares a EA desenvolvida pelas organizações na sociedade civil se aproxima da sua vertente crítica e que quanto mais próximas das empresas ou governos a EA desenvolvida por estas organizações se aproximam das vertentes conservadora e pragmática.

Palavras-chave: Educação Ambiental – Sociedade Civil – Terceiro Setor

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio
ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
AFYA – Centro Holístico da Mulher
ALCA – Aliança de Livre Comércio das Américas
AME - Associação Movimento Ecológico
AP – Assembleia Popular
APA - Área de Proteção Ambiental
APAAB – Associação de Proteção Animal Amigo Bicho
APAN - Associação Paraibana dos Amigos da Natureza
APP - Área de Proteção Permanente
BM – Banco Mundial
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CEDA - Coordenadoria de Educação Ambiental
CEPAM - Centro de Estudos e Práticas Ambientais
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CF – Constituição Federal
CIEA - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental
CJ-PB – Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente da Paraíba
CNEs - Cadastro Nacional de Entidades
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNIJ - Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COMAM - Conselho Municipal de Meio Ambiente
CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COPAM - Conselho de Proteção Ambiental
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EA – Educação Ambiental
ETHOS - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
EUA – Estados Unidos da América

EVOT – Escola Viva Olho do Tempo
FACENE/FAMENE - Faculdade de Enfermagem e Medicina Nova Esperança
FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FEPAC - Federação Paraibana de Associações Comunitárias
FIEP - Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FIES - Fundo Itaú Excelência Social
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GOIESC - Gerencia Operacional de Integração Empresa Comunidade
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC – Ministério da Educação
MP - Ministério Público
MJ - Ministério da Justiça
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MMM - Marcha Mundial de Mulheres
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OCEMA – Organização Comunitária de Educação e Meio Ambiente
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OG – Órgão Gestor
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organizações Não-Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OS - Organizações Sociais
OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PEEA - Política Estadual de Educação Ambiental
PIB - Produto Interno Bruto
PIEA - Programa Internacional de Educação Ambiental

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa
PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODEMA - Programa de Desenvolvimento do Meio Ambiente
PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
PT – Partido dos Trabalhadores
PTU - Projeto Tartarugas Urbanas
REA-PB – Rede de Educação Ambiental da Paraíba
REBEA - Rede Brasileira de Educação Ambiental
REJUMA - Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba
SEE – Secretaria de Estado da Educação
SEMAM - Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SEMARHCT – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da
Ciência e Tecnologia.
SESC - Serviço Social do Comercio
SINDUSCON - Sindicato da Indústria de Construção Civil de João Pessoa
SINEPE – Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Educação
SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
JUSTIFICATIVA	13
OBJETIVOS	15
CAPÍTULO I	
1.1 Estado, metamorfoses na luta de classes	17
1.2 A crítica de Marx ao conceito de Estado e Sociedade Civil	20
1.3 Gramsci e a ampliação do conceito de Estado no pensamento marxista.....	22
1.4 Estado e Sociedade Civil no Brasil, o legado dos anos recentes	26
CAPÍTULO II	
2.1. Educação Ambiental, um campo em disputa	42
2.2. Sociedade Civil e Educação Ambiental no Brasil	46
CAPÍTULO III	
3.1. Educação Ambiental em João Pessoa: metodologia de análise das ações das organizações na sociedade civil	55
3.2. Algumas características de João Pessoa	56
3.3. Mapeamento das organizações	57
3.4. Organizações que atuam na sociedade civil e desenvolvem ações de Educação Ambiental em João Pessoa.....	61
3.5. Considerações sobre as ações de Educação Ambiental e sobre as organizações que atuam na sociedade civil em João Pessoa	74
3.6. Considerações finais.....	88
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICES	96
ANEXOS	98

INTRODUÇÃO

É notório no Brasil e no mundo o crescimento das pesquisas, políticas públicas e trabalhos desenvolvidos pelas universidades, por governos e Organizações Não-Governamentais (ONGs) no campo da Educação Ambiental (Loureiro, 2006). As lutas ocorridas na década de 1980 pela redemocratização do país deram um novo significado a conceitos como cidadania, democracia e desenvolvimento. E no escopo dessas lutas, dentre tantas outras temáticas, o tema da Educação Ambiental (EA) ganhou fôlego no embate ao modelo societário expropriador e excludente imposto pelo modo de produção capitalista. Várias foram as organizações que começaram a desenvolver práticas autointituladas “sustentáveis”, que inseriram o tema ‘ambiental’ como um dos focos prioritários para atuar. Estas organizações vão desde grupos de bairro, passando por organizações religiosas, movimentos sociais e também fundações empresariais. É amplo o leque de origem e as propostas de tais organizações bem como a abordagem que utilizam para compreender o debate sobre a chamada crise ambiental¹. Em meio ao indefinido rumo que tomaria a história recente do Brasil frente às transformações ocorridas na década de 1980, com o fim da ditadura civil-militar² e as grandes lutas por direitos sociais, políticos e econômicos, este “tipo” de organização, conhecido como “sociedade civil organizada” ou como “terceiro setor”, ganhou o centro dos debates sobre formas de organização societárias, sobre formas de se estabelecer a democracia, sobre qual deve ser a relação entre Estado e Sociedade Civil. A EA se tornou foco essencial de atuação para estas organizações dada a centralidade da exploração dos recursos naturais nos países de capitalismo dependente como o Brasil, inseridos na economia internacional como exportador de *commodities*. Por isso a importância de estudar seu desenvolvimento por parte dos governos, empresas e ONGs.

Em se tratando de bases teórico-metodológicas da EA autores como Carvalho (2006), Loureiro (2009b) e Layrargues & Lima (2010) nos alertam para um alto grau de heterogeneidade, podendo incluir intelectuais, educadores e movimentos sociais de filiações ideológicas diferenciadas. Portanto, as ações de EA das organizações que atuam

¹ Foladori (2001) nos chama atenção para as várias acepções do termo “crise ambiental”, muitas vezes relativizando as causas da “crise”. Criticando concepções vagas como “a crise ambiental é gerada pela sociedade industrial” o autor procura deixar claro a primazia das “relações sociais (no caso as capitalistas), e não da indústria em geral,” na geração da crise ambiental contemporânea.

² Durante vários anos sempre que algum estudioso, a imprensa ou alguma autoridade política se referia ao período de Estado de exceção no Brasil utilizava o termo “ditadura militar”. Mais recentemente com as relações entre os militares e setores empresariais vindo à tona os pesquisadores mais atentos e rigorosos passaram a utilizar a denominação “ditadura civil-militar”.

na sociedade civil merecem ser analisadas a partir da Educação Ambiental Crítica, indagando seus pressupostos teóricos, sua forma de organização, sua função social e seus objetivos.

Nesse contexto de disputa de práticas e concepções os sujeitos e organizações sociais comprometidos com um projeto de transformação social que tenha como objetivo a emancipação humana e o fim das relações sociais de exploração e dominação de classe devem ser claros em suas propostas, práticas e teóricas, correndo o risco de servir a projetos societários que prezam pela manutenção da ordem vigente.

Conceitos estruturantes para os que pretendem trabalhar a Educação Ambiental de maneira crítica e emancipatória foram ressignificados ao longo dos últimos anos por intelectuais das classes dominantes. Assim, a noção de cidadania, participação e emancipação, se trabalhada sem o necessário rigor teórico, com clareza de sua matriz crítica, correm o risco de perder seu potencial transformador se adequando aos ditames do mercado. A falta de precisão no entendimento destes conceitos estruturantes da EA, é nociva à construção de processos de transformação social, posto que afeta diretamente a práxis dos educadores. Partir de premissas conceituais incorporadas ao ideário das classes dominantes, e por elas ressignificadas, modifica e “domestica” a prática de sujeitos e organizações retirando delas seu potencial contestador.

Segundo Dagnino (2004), tanto o projeto democratizante e emancipatório preconizado pela classe trabalhadora e pelos movimentos sociais populares quanto o projeto da burguesia neoliberal necessitam de organizações que atuem na sociedade civil de forma ativa e propositiva. Isto torna imprescindível conhecer e caracterizar muito bem as organizações e ações de EA a fim de delimitar a qual projeto de sociedade estão vinculados.

Apesar do crescimento das pesquisas em EA desenvolvidas nos últimos anos, a partir dos anos 1990, pouco se fala sobre a orientação político-pedagógica dessas ações e organizações. Em se tratando da cidade de João Pessoa, Paraíba, as referências que temos de estudos desenvolvidos na área são relacionadas a pesquisas acadêmicas e à EA no ensino formal (Rêgo, 2004), sendo escassos os estudos sobre tais orientações no campo das Organizações Não-Governamentais ou no chamado “terceiro setor”.

Em termos de recorte empírico desse contexto, a falta de estudos impossibilita uma análise depurada sobre os impactos destes projetos na sociedade pessoense e uma avaliação real dos seus resultados para a sociedade como um todo. Com isso, é possível estabelecer como questão de pesquisa: qual o papel político e pedagógico que as ações

de EA desenvolvidas por ONGs ou pelo chamado “terceiro setor” tem cumprido?

Na disputa entre projetos políticos distintos para a EA e para a sociedade Loureiro (2006b) indica que a ausência de crítica política e análise estrutural dos problemas que vivenciamos possibilitam que a EA seja estratégica na perpetuação da lógica instrumental do sistema vigente, ao reduzir o “ambiental” a aspectos comportamentais e técnico-gerenciais.

As disputas políticas, os conflitos de interesses, entre as diferentes classes e frações de classe são dinâmicas e necessitam ser analisadas a partir de um referencial crítico, que incorpore as contradições do modo de produção econômico e as desigualdades sociais dele decorrentes.

Pretendemos com este trabalho elucidar estes conflitos, descrever como se desenvolvem na cidade de João Pessoa e quais suas consequências no aparato estatal e na sociedade civil. Para tanto estudamos a atuação das organizações com EA na sociedade civil, a composição destas organizações, quais seus principais parceiros e quais conflitos ou problemas ambientais são trabalhados em suas ações.

JUSTIFICATIVA

Em João Pessoa, capital paraibana, desde 2006 o tema das organizações que atuam na sociedade civil ganhou mais notoriedade. Este foi o ano de instalação da Curadoria das Fundações, órgão criado pelo Ministério Público (MP) estadual para fiscalizar o funcionamento das Associações e Fundações na região metropolitana da capital. Segundo matérias jornalísticas do período existiam cerca de 400 associações civis na cidade, mas de acordo com a professora da UFPB, Áurea Carneiro, apenas 78 eram realmente atuantes³. Para o curador em exercício na época, Alexandre Jorge Amaral Nobre, um dos principais mecanismos para a fiscalização das organizações seria o estudo da prestação de contas das entidades que por lei, de acordo com o Código Civil, deve ser feito ao Ministério Público, órgão responsável por dar o aval de funcionamento destas: “É este órgão que vai analisar o estatuto da entidade e autorizar o funcionamento”. Ainda segundo as matérias jornalísticas “O trabalho de cadastramento será feito com ofícios que a Curadoria vai enviar aos cartórios de João Pessoa para que sejam informadas as Fundações e ONGs existentes, além de um pré-cadastro que já existe no Ministério Público”.

No tocante à EA pouco se sabe sobre a atuação das organizações na sociedade civil na cidade de João Pessoa. As pesquisas acadêmicas realizadas, até onde constatamos, enfocam apenas o estudo sobre as dissertações de mestrado produzidas sobre o tema (Rêgo, 2004). Por isso reafirmamos ser necessário um estudo quanti e qualitativo destas organizações que atuam na cidade a fim de averiguar sua intervenção na sociedade e quais as diferenças entre elas, buscando evidenciar seu projeto político, suas ações em EA e a visão de mundo que buscam difundir.

A EA tem sido objeto de disputa não só no campo teórico, mas principalmente na prática e na construção e direcionamento de políticas públicas. A importância das ações educativas para gerar consensos ou explicitar conflitos de interesses na sociedade capitalista é cada vez maior e os diversos grupos ou classes sociais têm desenvolvido diversas 'estratégias' para, através destas ações, se legitimarem politicamente e exercer influência sobre os governos, sobre outros grupos e classes e sobre a sociedade de maneira geral. Por isso se faz necessário conhecer quais organizações que atuam na

³ Matérias disponíveis nos sites [acessados em 12/04/2012:](http://www.codata.pb.gov.br/apps/mpe/controle.html?action=noticia&codigo=280)
[http://www.codata.pb.gov.br/apps/mpe/controle.html?action=noticia&codigo=280;](http://www.codata.pb.gov.br/apps/mpe/controle.html?action=noticia&codigo=280)
[http://www.clickpb.com.br/noticias/paraiba/fundacoes-recebem-a-visita-do-curador-alexandre-nobrega-que-realiza-fi/;](http://www.clickpb.com.br/noticias/paraiba/fundacoes-recebem-a-visita-do-curador-alexandre-nobrega-que-realiza-fi/)
[http://www.onorte.com.br/noticia/59900.html;](http://www.onorte.com.br/noticia/59900.html)
<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/2006/04/03/cresce-numero-de-ongs-e-fundacoes-na-pb/>

sociedade civil desenvolvem ações de EA na cidade de João Pessoa. Além disso, é importante compreender - no contexto denominado por Dagnino (2004) de confluência perversa do projeto democratizante dos movimentos sociais populares com o projeto capitalista neoliberal - quais os fatores que influenciam na formulação das ações por parte destas organizações e qual a relação que mantêm com movimentos sociais populares, governos ou empresas.

Nossa hipótese é de que quanto mais vínculos com os movimentos sociais populares a EA realizada se aproxima dos fundamentos da vertente crítica e, de forma inversa, quanto mais vínculos com governos ou empresas a EA tende a se aproximar das vertentes pragmática ou conservadora.

OBJETIVOS

Geral

Identificar e analisar o perfil político-pedagógicas das organizações que atuam na sociedade civil e desenvolvem ações de EA na cidade de João Pessoa, Paraíba examinando se há influência de empresas, governos e movimentos ou organizações sociais.

Específicos

- Elencar as organizações que atuam na sociedade civil (ONGs, movimentos sociais ou chamado “Terceiro Setor”) e desenvolvem ações de EA na cidade de João Pessoa, Paraíba;
- Investigar a relação destas organizações com outras organizações sociais (movimentos, associações de bairro, partidos políticos, igreja, empresas, governos, entre outras) e identificar como se processam estas relações;
- Analisar as fontes de recursos de tais organizações e investigar se há influência na construção das ações de EA.

CAPÍTULO I

Uma das principais problemáticas teóricas e políticas que causaram confusão no debate e nas práticas das organizações populares no período de recente redemocratização da política no Brasil foi a relação entre Estado e Sociedade Civil. Longe de ser uma problemática técnica ou meramente semântica ela está situada no campo da luta material e ideológica travada entre as classes sociais e seus intelectuais⁴. Por se tratar de um tema atual, mas com bases que datam do surgimento do Estado moderno, achamos por bem fazer um resgate do debate teórico de tal problemática e situá-la no contexto brasileiro.

Aqui, além de nos utilizarmos dos instrumentos teóricos de autores clássicos das ciências sociais, Karl Marx, Antonio Gramsci, Thomas Hobbes e John Locke, para entender o Estado, também utilizaremos a contribuição de autores que escreveram sobre o tema nas três últimas décadas. Não temos a pretensão de esgotar o debate sobre as interpretações feitas dos clássicos por isso adotaremos como eixo orientador do nosso estudo as reflexões feitas por e a partir de Antonio Gramsci, acreditando que estas auxiliam com mais exatidão a explicar as transformações sociais ocorridas no século XX. Sobre os autores contemporâneos utilizaremos os trabalhos de referencial marxista, sem desconsiderar as contribuições de diversos autores que não dialoguem com o campo teórico marxista. Esta opção, longe de ser cerceadora do debate, foi feita dado o curto período de tempo para reflexão e escrita do trabalho.

O tema do Estado e sua relação com a sociedade civil ganha especial relevância a partir da década de 1970 quando passa a ser discutido de forma integrada entre as várias potências capitalistas para repensar a forma de intervenção social das burguesias, com orientações de organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). É neste período que começa a ser gestado o que conhecemos como *neoliberalismo*, uma nova forma de interpretação e ação do Estado na ótica de intelectuais a serviço da lógica do Capital. Em todo o mundo tem início a implementação de reformas nos aparatos estatais a fim de diminuir o papel do Estado e supostamente dar mais autonomia à “Sociedade Civil”. Os resultados destas reformas têm sido evidenciados por pesquisadores como Anderson (1995): maiores lucros para as grandes corporações capitalistas e direitos sociais dos trabalhadores reduzidos e transformados

⁴ No presente estudo utilizamos o conceito de intelectual formulado por Gramsci, ou seja, não no sentido tradicional, de pesquisador acadêmico, mas num sentido “orgânico”, daquele que faz da teoria ou da construção da ideologia um instrumento prático de organização e ação de determinado grupo ou classe social (Buci-Glucksman, 1980).

em mercadoria. A participação da sociedade civil é bem vinda apenas quando não questiona a lógica do Capital, sendo assim transformada em participação do “terceiro setor”, conceito fluido e ideológico (Montaño, 2010) funcional para as classes dominantes.

Neste cenário de lutas políticas e ideológicas o debate e as práticas em EA, que inicialmente surge como tema marginal, começam a ganhar força na sociedade brasileira especialmente a partir da década de 1980. Nos anos anteriores, durante a ditadura militar, a questão ambiental era abordada nos espaços públicos muito mais por pressões internacionais do que por um entendimento político do debate, e seu foco se voltava para a transmissão de conhecimentos científicos e reprodução de uma pedagogia tradicional. A tentativa dos setores dominantes e de seus intelectuais em meio à efervescência social da década de 1980 foi de homogeneizar o discurso e as práticas em EA tornando-a apenas um instrumento de mudança de comportamento individual, sustentado por uma racionalidade técnica voltada para o ensino de ecologia e para a resolução de problemas localizados (Loureiro, 2009). Apesar da tentativa de homogeneização da Educação Ambiental os sujeitos e organizações que compõem este campo sempre foram muito diversos, até mesmo antagônicos. Por isso a importância de conhecer seus fundamentos, sua história e suas práticas que estão necessariamente vinculadas à sua concepção de mundo e à defesa de um projeto societário, ainda que difuso e inconsistente.

Feitas as primeiras aproximações com nosso tema pretendemos no primeiro momento tratar das definições de Estado e Sociedade Civil fazendo um resgate de seus fundamentos. Em seguida discutir a recepção destes debates no Brasil e os seus reflexos práticos na política, analisando especialmente as transformações no modo de atuação das ONGs e movimentos sociais populares. Por fim discutiremos como estes debates e enfrentamentos adentraram no campo da EA e como este vem sendo instrumentalizado pelas classes dominantes para a defesa da ordem e legitimação da lógica capitalista da exploração, o que tem colocado muitos sujeitos e organizações com intenção progressista numa encruzilhada.

1.1 Estado, metamorfoses na luta de classes

O pensamento liberal⁵ desde seus primeiros representantes, em suas mais diversas vertentes, propõe a necessidade da existência do Estado como forma de equilíbrio da sociedade, como mediador dos conflitos entre os seres humanos. Sem o

⁵ É importante destacar que o Estado não surge com o capitalismo ou com o pensamento liberal. A instituição Estado é anterior às relações sociais de produção capitalista.

Estado a humanidade seria um caos, o lugar da barbárie, não existiria possibilidade de coesão social, fazendo uma leitura dualista da relação entre Estado e sociedade, onde ambas são vistas idealmente, sem mediações sociais, contradições e historicidade. O Estado seria uma espécie de ente que paira acima da sociedade, instância ética e racional capaz de estabelecer as normas e contratos sociais de convivência. Os primeiros liberais a formularem de maneira mais sistemática uma teoria do Estado, denominados posteriormente de contratualistas, têm como principais expoentes Hobbes e Locke, que defenderam em sua formulação, apresentada aqui de maneira sintética, a existência de uma natureza humana má e egoísta, que, portanto, precisaria ser controlada para evitar a guerra de todos contra todos. Este controle só poderia ser efetivado por um poder exterior aos seres humanos, mas instituído por eles, que tivesse discernimento e razão para manter a ordem social. Moraes (2003) aponta que Hobbes, em sua argumentação, utiliza elementos psíquicos dos seres humanos como a insegurança e o medo da violência para justificar o surgimento do Estado e não a fome e a pobreza por exemplo. Esta omissão dos fatores concretos, materiais, que levariam os homens a terem diferenças e competirem entre si utilizando apenas fatores psíquicos para explicar o surgimento do Estado em abstrato não tem nenhuma base histórica que a sustente. Fontes (2006) assim sintetiza a proposição contratual da origem do Estado:

Partindo da suposição que poderes iguais no reino da natureza conduziria os homens a situação de isolamento, selvageria e barbárie, de guerra de todos contra todos, propunha-se a instauração de um poder desigual, não-natural, humano, que deveria assegurar aos homens a pacificação, pela entrega das armas ao Soberano e pela obediência total que a ele passavam a ter de prestar, por serem os responsáveis pelo pacto. (Pág. 124)

Por mais que existam diferenças entre os liberais contratualistas sobre qual seria a forma de governo ideal para o Estado, monarquia ou república, todos compactuavam da necessidade da existência de tal instituição para aniquilar o caos da “sociedade natural”. Aqui se encontra a fundação, no sentido liberal, do conceito de sociedade civil: se existe uma sociedade natural, onde os homens têm uma natureza má e egoísta e o caos tende a ser a regra, em contraposição a esta sociedade natural é necessária uma instituição ou um soberano, que detêm o poder para estar acima de todos e poder governá-los; os que por ele são governados passam a ser civilizados, que seja, a sociedade civil, aquela que não é mais natural. Acanda (2006), analisando o conceito liberal de sociedade civil em seus primórdios afirma que para estes pensadores “a sociedade civil era aquela que, justamente por contar com uma estrutura estatal, o poder centralizado, garantia o respeito

às normas contratuais e o comportamento civilizado das pessoas”.

Fontes (2006) chama a atenção para derivações lógicas dessa formulação: (1) este Estado é anti-natural, já que é criado pelos seres humanos para conter a sua própria natureza, e assim sendo o modelo de sociedade regida por um Estado, como conhecemos, seria não-natural já que naturalmente os humanos não conseguiriam viver em sociedade pois esta convivência tenderia a ser autodestrutiva; (2) os indivíduos que vivem sob este contrato (Estado) tem uma natureza imutável e ao mesmo tempo domesticada, controlada.

Há variações nos fundamentos das formulações liberais sobre o Estado posteriores às obras de Hobbes e Locke, a exemplo de Kant, etc., mas em geral todas corroboram a tese de que com o surgimento do Estado surge a “sociedade civil”, isto é, o que não é, necessariamente, Estado e está subordinado à existência dele, pertencente à esfera do privado, dos interesses particulares dos indivíduos, enquanto o Estado é o ente que garante o direito de “todos”, para manter a ordem social.

Esta formulação ou esta forma de compreender o Estado começa a ser desenvolvida com o advento da modernidade. As disputas ocorridas no interior das diferentes classes que compunham a sociedade (europeia basicamente) em meados do século XVII, principalmente com o início do crescimento da burguesia enquanto classe promissora na sociedade feudal/mercantil, deram o tom dessa disputa. Estas irão culminar nas revoluções burguesas ocorridas entre os séculos XVIII e XIX que destruirão ou superarão as estruturas da sociedade feudal. Os princípios centrais desta modernidade em ascensão e em contraposição ao feudalismo são: individualismo, diferenciação, racionalidade, economicismo e expansão (Sztompka, 1995 *apud* Acanda, 2010). Para estes intelectuais o conteúdo econômico da modernidade é o capitalismo, ou mais especificamente a forma capitalista de produção. Este é o elemento central da mudança social ocorrida a partir das revoluções burguesas. “Na modernidade, o mercado converte-se no objetivo da economia. A economia capitalista, mais do que uma economia de mercado, é uma economia *para* o mercado.” (Polanyi, 1989 *apud* Acanda, 2010)

Seguiremos buscando apresentar de maneira sintética como Karl Marx interpretou o Estado e a Sociedade Civil baseado nestas mudanças sociais estruturais ocorridas a partir das revoluções burguesas e ascensão do capitalismo como um sistema de relações sociais, um modo específico de vinculação do econômico com o resto da realidade social.

1.2 A crítica de Marx ao conceito de Estado e Sociedade Civil

Segundo Moraes (2003) a reflexão de Marx sobre o Estado partiu de uma concordância com os pensadores Liberais: “ambos reconhecem que o Estado é poder social alienado à sociedade e concentrado numa instância que lhe é superior e exterior”. Porém, para Marx o Estado não é uma solução para conflitos sociais, assim como afirmavam os demais pensadores liberais, e sim um problema social. Nas palavras de Moraes (2003)

Se o poder escapou da sociedade para se concentrar num complexo de meios de dominação e coerção, é por que a sociedade perdeu a coesão própria ao modo comunitário de existência, cindindo-se em classes com interesses antagônicos e exigindo, para manter sua coesão funcional, o recurso sistemático à coerção. (Pág. 23)

Para Marx o Estado não pode ser explicado por ele mesmo, em abstrato ou apenas por motivos psíquicos, ele é fruto de relações sociais concretas, objetivas, que foram travadas ao longo da história da humanidade. Marx buscou incessantemente, através do estudo da história das sociedades antigas, entender por quais condições foi possível a criação do Estado, já que em seus estudos o que encontrou foi que “quanto mais recuamos na História, mais encontramos o homem inserido na comunidade” (Moraes 2003, pág. 24). Ora, estes resultados lhe foram suficientes para refutar a tese liberal do Estado, já que, ao invés do que os pensadores desta corrente afirmavam, nas formas mais antigas de organização social não era a barbárie a condição predominante e sim formas sociais comunitárias. Com o advento das relações sociais capitalistas a problemática de Marx agora era como compreender as novas relações entre economia e política, ou para os fins de nossa pesquisa, quais as características do Estado nessa “nova” sociedade ainda inicial.

Marx buscava refutar a formulação de Estado como Espírito Absoluto feita por Hegel⁶, no qual a sociedade civil⁷ (sociedade burguesa) era a esfera das vontades particulares e o Estado a esfera do público, da vontade de todos. Para Marx a teoria hegeliana sintetizava e superava os principais elementos dos pensadores anteriores a ele,

⁶ Não trataremos aqui da importância teórica de Hegel para a teoria política. Para uma compreensão da importância de sua obra para o liberalismo, para a compreensão do Estado e para a manutenção da ordem burguesa ver Acanda (2010, Cap. 5).

⁷ Acanda (2010) deixa claro que para Hegel sociedade civil não tem mais o sentido de *societas civilis* em oposição ao estado de natureza mas sim de *bürgerliche Gesellschaft*, na tradução do autor, sociedade civil burguesa. Essa mudança faz toda diferença dado que Hegel vai teorizar sobre os interesses dos indivíduos como burgueses e não como cidadãos. (pág. 128)

por isso a crítica a sua teoria significava uma crítica a mais avançada formulação para a conservação da ordem capitalista. Para Acanda (2010), Hegel compreendeu que nas novas relações sociais e políticas decorrentes das revoluções burguesas “o individualismo contratual sozinho não podia proporcionar a base racional para pensar e encadear a articulação estável da complexa sociedade moderna”. Mas Hegel formulara suas proposições com base em ideias e considerações gerais e abstratas do que seria ou poderia ser o Estado e sua relação com a sociedade civil burguesa. Coutinho (2008) afirma que Marx critica a concepção hegeliana de Estado sob o argumento de que é impossível o Estado representar a vontade geral, já que nas relações sociais concretas há a alienação da esfera político-estatal do conjunto da sociedade:

Se o homem que vive no mundo real da sociedade civil (o *bourgeois*) conhece apenas interesses privados e particularistas, então a noção do Estado enquanto representante do interesse geral, afirmada por Hegel, não passa de uma aparência a ocultar a dominação de uma casta burocrática que defende apenas, como todas as outras “corporações” da sociedade civil, os seus próprios interesses particulares. [...] o *citoyen* não passará de uma abstração enquanto não for eliminado o particularismo objetivo do *bourgeois*. (pág. 18)

É a partir dessa conclusão que Marx se coloca a problemática de entender o porquê dos seres humanos aceitarem viver sob o julgo do Estado, já que este é a forma política e coercitiva de dominação da burguesia e existe para assegurar a existência da dominação de uma classe sobre outras. E para Moraes (2003) Marx dá o passo decisivo neste caminho ao compreender que a chave desse mistério estava na compreensão da “anatomia da sociedade civil”:

[...] as relações jurídicas, assim como as formas de Estado, não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela pretensa evolução geral do espírito humano, mas, ao contrário, se enraízam nas *condições materiais de existência*, cujo conjunto Hegel compreende [...] sob o nome de “sociedade civil” e a anatomia da sociedade civil deve, por sua vez, ser buscada na economia política [...]: na produção social de sua existência, os homens entram em [...] *relações de produção* que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas de consciência determinadas. (Marx *apud* Moraes 2003).

É importante perceber que não estamos diante de um determinismo positivista de que a economia contém em si, as formas de Estado e portanto determina as demais relações superestruturais. O que Marx nos chama a atenção é que todas as relações sociais são condicionadas pela capacidade da sociedade em produzir sua subsistência e que essa produção da subsistência se encontra no seio da sociedade civil, aqui entendida

como corporações econômicas. Assim delimita que para compreender as relações jurídicas, políticas e as formas de Estado devemos nos atentar em compreender a sociedade civil, a esfera da produção social da vida.

Fica claro que para Marx a sociedade civil é sinônimo de sociedade burguesa, a classe dominante do modo de produção econômico em sua época. Sociedade civil é concebida assim como o lugar de produção material da vida, não mais de forma *natural* e sim na forma do *bourgeois*. É na esfera da sociedade civil que se encontra o alicerce para compreender o Estado capitalista e demais relações e instituições sociais. Por isso Marx & Engels (2010) afirmam no Manifesto Comunista que o Estado é o comitê organizativo da burguesia, pois em suas formas rudimentares do século XIX era essencialmente um Estado coercitivo comandado à lógica dos interesses burgueses particularistas, que seja, pela lógica de assegurar a propriedade privada, a exploração do trabalho social e apropriação privada das riquezas e a garantia do lucro.

Dadas as mudanças econômicas e sociais ocorridas ao longo do século XX procuraremos descrever como Antonio Gramsci⁸ tratou da questão das mudanças na organização da produção (organização do trabalho nas fábricas) e seus reflexos para as superestruturas, e essencialmente para a política.

1.3 Gramsci e a ampliação do conceito de Estado no pensamento marxista

No seio do pensamento marxista vários foram os autores que começaram a identificar um problema na formulação de que o Estado era um mero “comitê organizativo da burguesia”. Coutinho (2008) identifica em Rosa Luxemburgo e nos austromarxistas as primeiras críticas sobre essa formulação. A experiência concreta da luta entre as classes existente no início do século XX na Europa e a consolidação da burguesia e do proletariado como classes centrais na sociedade capitalista, que ao mesmo tempo eram aliadas para derrotar os resquícios feudais e inimigas antagônicas nas suas aspirações imediatas, resultaram numa

situação dinâmica, *processual*, onde o conteúdo social do poder de Estado aparece determinado, em última instância, pela relação entre as classes, por um conflito que – embora tenha seu palco fundamental nas esferas econômica e

⁸ Antonio Gramsci, militante e intelectual italiano do início do século XX, produziu boa parte de sua obra, incluindo suas obras mais importantes, em um presídio, logo em condições adversas. Foi preso pelo regime Facista por suas concepções e ações políticas vinculadas à luta comunista. Por este motivo também não teve oportunidade de sistematizar de maneira mais didática todas as suas formulações. Os famosos cadernos do cárcere que reúnem seus escritos na prisão são alvo de diversas interpretações.

social – repercute também no seio do próprio Estado. (pág. 44).

Gramsci é o primeiro marxista a formular uma teoria sobre a concretização do fenômeno estatal por completo, ou como nomeou Buci-Glucksmann (1980), a “ampliação” do Estado. Suas formulações são inspiradas pela experiência concreta desse fenômeno de ampliação estatal na Europa ocidental e central, e principalmente, na experiência dos EUA que denominou de “americanismo”. Por suas formulações Gramsci é muitas vezes identificado como culturalista, teórico das superestruturas, reformista, etc. O fato é que sua obra põe em cheque vários dogmas de autores marxistas. Devido a toda tradição liberal de formulação sobre sociedade civil como sendo sinônimo de agrupamentos burgueses (e em certo sentido também da produção marxista sobre o tema), ligado à esfera da produção econômica, o termo foi abolido pelos dirigentes soviéticos que o tratavam como anti-revolucionário. Segundo Acanda (2010):

[...] durante grande parte do século XX (até o final da década de 1970, quando o termo começou a ser recuperado), Gramsci foi o único pensador político que não apenas utilizou o conceito de sociedade civil, mas que, além disso, converteu-o em um elemento central de sua teoria. Interpretou-o, porém, de uma forma diferente da tradicionalmente usada pelo pensamento liberal, reconstruindo seu conteúdo e o significado de sua utilização nos limites de uma reflexão crítica da sociedade. (pág. 160)

Coutinho (2008) afirma que Gramsci, ao vivenciar o fracasso das tentativas de revolução socialista na Europa, pode observar a restauração autoritária do poder da burguesia e constatar que, ao contrário do que defenderam vários marxistas do seu tempo, a crise econômica não gera necessariamente uma janela revolucionária, ou para usar termos gramscianos, não gera uma crise orgânica⁹ do Capital. A crise econômica pode gerar uma restauração do poder da burguesia sobre novas formas. Todo esse preconceito com a obra de Gramsci pode ser explicado dado ao fato de muitos marxistas fixarem sua formulação no plano *histórico-ontológico* para explicar a realidade objetiva, a partir da análise das leis gerais do modo de produção extrair formulações gerais derivadas dessas leis. Como bem nos explica Coutinho (2008) “nenhum marxista negaria o fato de que essa abordagem abstrata e preliminar, situada nas leis gerais do modo de produção, é um momento necessário da investigação histórico-materialista do Estado”. E conclui que apesar disso nem todos os marxistas “reconhecem que ela é insuficiente para a apreensão das múltiplas determinações que caracterizam o fenômeno estatal em suas

⁹ Crise orgânica, para Gramsci, remete a crise no plano econômico e político, quando se abre uma possibilidade de revolucionar as estruturas sociais, onde a economia está em ruínas e a burguesia não consegue impor seu poder político.

manifestações concretas” (pág. 15). A formulação Gramsciana não nega a teoria do fenômeno estatal como comitê executivo da violência de uma classe sobre outra, formulada por Marx e Engels (2010), mas esta corresponde a uma abstração histórico-ontológica que apreende a existência efetiva de um Estado, essencialmente, coercitivo (Coutinho, 2008).

Gramsci se empenhou por dar conta teoricamente de uma concretização do fenômeno estatal, que seja, de uma “ampliação” do Estado, já que vivenciou em sua época uma intensa socialização da política, consequência da luta dos trabalhadores por direitos que resultou na conquista do sufrágio universal, da criação e condição de legalidade para grandes partidos de massa e da ação efetiva de numerosos sindicatos profissionais e de classe.

Como citado acima, Gramsci não abandona as formulações de Marx e dos marxistas sobre o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder de Estado, ele as supera dialeticamente, incorpora seu núcleo fundamental repondo-o e transfigurando-o através do acréscimo de novas determinações. Segundo Coutinho (2008) as novas determinações incorporadas por Gramsci em sua formulação sobre o Estado o levam a examinar e distinguir duas esferas em seu interior: a 'sociedade civil' e a 'sociedade política'. “A ‘sociedade política’ refere-se “aos aparelhos coercitivos do Estado”, encarnados nos grupos burocrático-executivos ligados às forças armadas e policiais e à imposição das leis” (pág. 53). Já a 'sociedade civil' “designa, mais precisamente, o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e ideologias”(pág. 53).

Gramsci argumenta que em conjunto estas duas esferas formam o Estado em sentido ampliado, o que ele caracterizou como hegemonia ■escudada pela coerção. É importante destacar que o conceito de hegemonia para Gramsci se refere à direção política e moral da sociedade, à capacidade de determinados grupos ou classes sociais exercerem dominação simbólica e ideológica sobre outros.

Para o pensador italiano as duas esferas, sociedade civil e sociedade política, cumprem um papel concretamente diferenciado na sociedade, onde a sociedade política tem seus portadores materiais no que ele chamou de 'aparelhos coercitivos de Estado' e a sociedade civil os tem nos 'aparelhos privados de hegemonia'. Fontes (2010), em sua explicação sobre 'aparelhos privados de hegemonia' indica que estes são:

a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que,

formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. [...] Todos, porém, são formas organizativas que remetem às formas da produção econômica (a infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente cultural. (pág. 133)

É importante perceber que Gramsci teorizou sobre duas esferas do fenômeno estatal, não se tratando portanto de separar sociedade civil do Estado. Trata-se, ao contrário, de mostrar a ligação umbilical dos 'aparelhos privados de hegemonia', da sociedade civil, com a classe e frações de classe dominantes numa sociedade organizadas nos 'aparelhos coercitivos de Estado' e com o mercado. Gramsci não separa organicamente Estado e sociedade civil, quando esta separação ocorre é puramente metodológica, pois estas esferas estão entrelaçadas na dinâmica social.

Para Fontes (2010) a sociedade civil, no conceito gramsciano, é um lugar privilegiado da luta de classes, pois é marcada por disputas inter e entre classes através de organizações que difundem valores e práticas voltadas para o convencimento universalizante, que tratam como universal os interesses particulares, sendo estes forjados no seio da produção material da vida ou na esfera do Estado estrito. Obviamente que estas novas mediações políticas entre o Estado e a esfera da produção não foram obras do destino, foram fruto da luta entre as classes, conquistas e derrotas de uma ou de outras classes. A luta de classes é o fator condicionante das formas políticas assumidas pelo Estado. Por isto, analisa:

nas novas condições derivadas da conquista do sufrágio universal, Gramsci procura explicar a forma encontrada pelas classes dominantes para se assegurar da adesão dos subalternos. O convencimento, a persuasão e a pedagogia se tornam, doravante, tarefas permanentes e cruciais. Não dispensam, entretanto, as formas coercitivas, exatamente por estar a sociedade civil entremeada ao Estado. (pág. 136)

Note-se que há uma mudança no ângulo de análise de Gramsci em relação a toda a tradição anterior. Em sua obra o conceito de sociedade civil não está situado na esfera da produção material, econômica, e sim na esfera da “superestrutura” da sociedade. Segundo Fontes (2010) “o conceito liga-se ao terreno das relações sociais de produção, às formas de produção da vontade e da consciência e ao papel que, em ambas, exerce o Estado”.

Na mesma obra Fontes indica ainda que a compreensão da sociedade civil em Gramsci está longe de se aproximar da origem liberal do termo, tendo na obra de Lênin *O imperialismo: fase superior do capitalismo* seus principais fundamentos econômicos.

Lênin demonstrou com sua formulação a nova organização da burguesia, o predomínio do capital bancário sobre o capital industrial e seu entrelaçamento dando novas formas à exploração capitalista.

O conceito de sociedade civil em Gramsci, segundo Fontes (2010), é fruto do aprofundamento do pensador italiano sobre “o tema das formas de organização, e se sua reflexão incide diretamente sobre a organização da dominação o faz incorporando o processo da luta de classes, de conquistas democratizantes e de suas limitações no âmbito do Estado capitalista”.

Para Acanda (2006)

Uma classe ou grupo pode exercer seu domínio sobre o conjunto social porque não apenas é capaz de impor esse domínio, mas também de fazer os demais grupos sociais aceitarem-no como legítimo”. Seu poder se fundamenta na capacidade de dirigir toda a produção espiritual para a consecução de seus interesses. O conceito de hegemonia em Gramsci ressalta a capacidade da classe dominante de obter e manter seu controle sobre a sociedade pelo controle que mantém sobre os meios de produção econômicos e sobre os instrumentos de repressão, mas, principalmente, por sua capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção política, intelectual e moral dessa sociedade. A hegemonia é, ao mesmo tempo, direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social. (p.177-8)

Coutinho (2008) explica que o fato novo que Gramsci insere em sua formulação é a autonomia material relativa adquirida pela esfera ideológica, ou simbólico-axiológica, nas sociedades capitalistas mais avançadas.

A necessidade de conquistar o consenso como condição *sine qua non* da dominação impõe a criação e/ou renovação de determinadas instituições sociais, que passam a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. (pág. 55)

1.4 Estado e Sociedade Civil no Brasil, o legado dos anos recentes

No Brasil as formulações sobre o conceito de sociedade civil ganharam notoriedade no contexto do Estado ditatorial civil-militar (1964-1985). Neste contexto de Estado de exceção o termo sociedade civil ganhou um significado, ao menos entre as forças progressistas, diferente do proposto por Gramsci, adquirindo como conteúdo 'tudo o que era contra o Estado Militar'. Cabe aqui um pequeno esclarecimento.

Esta percepção, seja ela ingênua ou proposital, leva à falsa ideia de que os militares deram um golpe de Estado por uma questão moral encobrendo as reais causas do golpe, que seja, seu atrelamento aos interesses empresariais do imperialismo norte

americano e de grupos empresariais e latifundiários nacionais vinculados ao capital estrangeiro que visavam apenas interesses particulares e contrários às medidas progressistas propostas pelo governo de João Goulart¹⁰. Posto nestes termos observa-se que da unidade na diversidade proposta por Gramsci entre o par sociedade civil/sociedade política, surge uma dicotomia radical com ares maniqueístas onde tudo o que provinha do Estado (sociedade política) era ruim e tudo que provinha da sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia) era bom. Assim retira-se da análise a importância das organizações que atuavam na sociedade civil defensoras do golpe de Estado que apoiaram a política dos militares durante o período de exceção. Este fenômeno não ocorreu apenas no Brasil mas em boa parte da América Latina e da Europa.

A dicotomia entre Estado/sociedade civil, embora tenha sido útil para a criação de uma plataforma política unitária contra a ditadura contribuiu para obscurecer o caráter contraditório das forças sociais que disputavam a sociedade civil brasileira. A ideia de que a Sociedade Civil é um espaço 'completamente' autônomo da esfera da produção/circulação de mercadorias e do Estado estrito (sociedade política) negou o fato de que a relação entre estas esferas realmente existia.

Leher (2005) busca fundamentar a análise da relação entre sociedade civil, sociedade política e a esfera da produção/circulação de mercadorias no Brasil analisando as condições que propiciaram a construção do golpe de Estado em 1964. O autor expõe as tensões existentes entre as frações da classe burguesa no Brasil apontando que a principal disputa se deu entre dois blocos dominantes, que se constituíram após o fim da guerra fria: os “nacionalistas” que propunham as reformas estruturais de base na sociedade brasileira a fim de ampliar direitos sociais e manter a chamada 'política do populismo'; e as frações burguesas ligadas ao capital estrangeiro que defendiam uma inserção dependente da economia brasileira ao capitalismo imperialista. Os EUA, maior potência política mundial, e maior promotor do imperialismo do Capital, subsidiaram estrutural e politicamente os representantes desta segunda opção, e para implementá-la necessitavam resolver o problema que

Residia apenas em remover as forças que, nos termos estadunidenses, defendiam ideias nacionalistas arcaicas e potencialmente revolucionárias: junto com os regimes “comunistas”, também os governos nacionalistas (populistas) foram incluídos no índice dos regimes hostis. Desde o final dos anos 1950, o Fundo

¹⁰ O governo de João Goulart elaborou um Programa de Reformas de Base. O programa previa a realização de importantes mudanças: reforma agrária, reforma tributária, reforma administrativa, bancária e educacional. Jango defendia também a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, a nacionalização de empresas estrangeiras e a aplicação da Lei de Remessa de Lucros, que deveria diminuir a “fuga” de divisas para o exterior, sob a forma de lucros auferidos por empresas estrangeiras no Brasil (Toledo, 2004).

Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) passaram a não mais conceder créditos a esses países, alvos, mais adiante, de golpes militares e ações de desestabilização. (Leher, 2005)

Os setores militares que protagonizaram o golpe no Brasil tinham o respaldo necessário das frações burguesas ligadas ao Capital estrangeiro para implementar um regime político ditatorial. O Estado autoritário no Brasil foi uma necessidade produzida por frações da burguesia brasileira aliadas ao capital estrangeiro para promover o que Florestan Fernandes chamou de “modernização conservadora”. Esta modernização viera em contraposição a medidas democratizantes propostas pelo governo brasileiro liderado por João Goulart. O regime ditatorial propiciou um ambiente seguro para o desenvolvimento capitalista já que com as liberdades políticas cerceadas as organizações que atuam na sociedade civil ligada às classes subalternas estavam dominadas, ou seja, o caminho estava aberto para altos níveis de exploração do trabalho e extração dos recursos naturais com as regras impostas pela burguesia nacional e internacional.

A partir desse momento Fernandes (2009) explicita, com maior vigor, como as opções tomadas pelas frações dominantes da burguesia brasileira mantiveram o país numa inserção dependente no capitalismo mundial, em sua fase monopolista. Por não ser o objetivo desta pesquisa mostrar as consequências na esfera da produção me limitarei a reproduzir as conclusões obtidas por Fernandes pois estas são de fundamental importância para compreendermos a especificidade política do Brasil e dos países capitalistas dependentes em geral:

a dominação externa, em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações [de capitalismo dependente] como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas. O traço específico do imperialismo consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social. (Fernandes, 2009, grifos nossos)

O caráter dependente do capitalismo brasileiro e latino americano é fundamental, portanto, na compreensão do papel que cumpre o Estado frente à produção social da vida. Nestes países o próprio caráter do desenvolvimento, sob o jugo do capitalismo monopolista, engendra contradições insolúveis em médio prazo, pois apesar de gerarem um crescimento econômico veloz, com uma aparente melhora nas condições de vida, e tornarem o processo de trabalho (assalariado) cada vez mais social fazem com que o produto deste trabalho seja apropriado privadamente por um pequeno número de elites ou corporações.

Foi sob estas contradições que emergiram, no final da década de 1970, os vários movimentos sociais de caráter reivindicatório que lutavam por direitos sociais e políticos. Estes movimentos tiveram um peso importante na 'transição' para a democracia no país. A dominação explicitamente via coerção já não se sustentava. Assim, utilizando os pressupostos da teoria do Estado e da luta de classes em Gramsci, poderíamos afirmar que as classes dominantes tiveram de buscar novos meios de manter a dominação.

Segundo Gohn (2008) o contexto de direitos políticos restritos estimulou o surgimento de práticas coletivas reivindicatórias por parte de organizações na sociedade civil no final da década de 70. Diferentes grupos (sindicalistas, mulheres, ambientalistas, homossexuais, movimentos por direitos sociais, etc.) ganharam força e “o polo de identificação destes diferentes atores sociais era a reivindicação de mais liberdade e justiça social” (pág. 72).

Data deste período a articulação do movimento sindical em nível nacional para a construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT); a junção de vários movimentos sociais, organizações de bairro, intelectuais progressistas para a construção do Partido dos Trabalhadores (PT) e de outros partidos eleitorais; a construção e rearticulação de movimentos sociais populares com identificação nacional como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e os diversos movimentos de luta pela moradia.

A partir daí que organizações que tinham pouca expressão política começam a aparecer no cenário nacional, as então denominadas Organizações Não-Governamentais (ONGs). Para Montaño (2010) desde sua constituição, especialmente a partir dos anos 70, as ONGs assumiram um claro papel articulador dos movimentos sociais e captador de recursos para estes. Estas ONGs tinham como missão tanto contribuir para a melhor organização interna como para a articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes os recursos captados principalmente de organismos estrangeiros. A ONG era então um importante "ator coadjuvante", enquanto o ator principal era o movimento social em suas reivindicações feitas ao Estado. A definição ONG não é precisa podendo remeter a vários tipos de organizações, cabendo aqui uma explicação do termo.

Seguindo um raciocínio lógico formal tudo que não é governo é “não-governo”. Scherer-Warren (1995) aponta que o termo “vem dos países do norte (NGOs - Non-Governmental Organizations) referindo-se a entidades ou agências de cooperação financeira a projetos desenvolvimentistas ou assistencialistas [...]”. Estas agências passaram a designar “entidades mediadoras e responsáveis pela execução dos projetos”

nos países da periferia do capitalismo, que ficaram conhecidas com ONGs. A autora classifica em 4 tipos as agências mantenedoras do Norte que indicam certa cronologia de surgimento: 1 – assistencialista, ligadas à igreja cristã, voltadas à caridade e ao combate da miséria; 2 – desenvolvimentista, ligadas a fundações empresariais como Fundação Ford e Fundação Rockefeller que investiam no desenvolvimento tecnológico e educacional de países considerados subdesenvolvidos; 3 – democratizante, ligadas à organizações da socialdemocracia europeia para ajudar o combate ao autoritarismo e no desenvolvimento da cidadania; e 4 – neoliberal, defende reformas estruturais no Estado prevendo repasse de recursos para organizações “não-governamentais” para que sejam executoras de programas e políticas antes sobre responsabilidade do Estado. É interessante perceber como a autora identifica na questão ambiental um “guarda-chuva para as demais questões sociais no Terceiro Mundo” (pág. 166). Esta observação não é menor, vejamos.

Há um processo inerente à lógica capitalista para combater a queda tendencial da taxa de lucro. De acordo com Loureiro (2009b)

quando há muita acumulação, o capital precisa ser reinvestido, mas para ser reinvestido, ele tem que ser feito em cima de novos mercados porque do contrário “satura”, favorecendo a redução do lucro (algo letal para a saúde do sistema). É esta necessidade estrutural de acumulação e expansão que caracteriza o movimento de mundialização do capitalismo. E tem outra característica embutida nesta: para uma empresa capitalista ser competitiva, precisa atuar em duplo sentido. Um é no ganho em cima do trabalho... E não é casual que as multinacionais fazem forte movimento em direção à América Latina, à África, à China e à Índia – nestes países e continentes se consegue fazer um processo de expropriação mais intenso do trabalho e garantir maior ganho. E, dois, isso é feito por meio da flexibilização dos direitos trabalhistas, da especulação em torno dos salários e do avanço tecnológico, ampliando a produtividade do trabalhador e otimizando os gastos de matéria e energia por unidade. O que garante a massificação da produção e o estímulo ao consumo por meios simbólicos, incentivos fiscais ou facilidades na obtenção de crediários. (pág. 15)

Por isso os recursos naturais passaram a ter importância central nos países periféricos para impulsionar a economia, leia-se, para gerar mais mercado e exploração do trabalho para a burguesia, nacional e internacional. Este movimento no sentido de explorar nossos recursos naturais pode ser percebido com a entrada de multinacionais papeleiras para o monocultivo do eucalipto ou das empresas energéticas para a construção de hidrelétricas, mas também na expansão dos monocultivos de grãos dos latifundiários brasileiros em vias de associação com o capital rentista para constituir o moderno 'agronegócio', tornando o Brasil uma “grande fazenda”. Leher (2007) corroborando com esta formulação comenta que

A estreita correspondência entre as áreas territoriais com recursos naturais estratégicos e a distribuição de bases ou zonas militares estadunidenses é uma evidência de que o controle dos recursos naturais é indispensável para assegurar o atual padrão de acumulação do capital. (pág. 223)

No contexto de disputa travado no fim do período ditatorial, que se dava tanto na esfera do Estado ampliado quanto na esfera da produção (vide a força do movimento operário do ABC paulista que protagonizou diversas greves em contradição direta com o capital), Leher (2005) aponta que:

No terreno ideológico, os teóricos do autoritarismo conseguiram situar os termos do conflito entre uma abstrata sociedade civil e o Estado autoritário. A esfera privada foi associada à democracia e à cidadania; o Estado foi vinculado ao autoritarismo, à ineficiência, à burocracia e à corrupção. Assim, todos os que “sujaram as mãos” abrigaram-se no guarda-chuva ideológico da sociedade civil. Com isso, os que sustentaram a ditadura e seu modelo econômico concentrador de renda operaram a transição de tal modo que a condição capitalista dependente não foi alterada. (pág. 231)

Os teóricos das classes dominantes circunscreveram a disputa principalmente no campo ideológico, abafando as contradições essenciais que estavam aflorando no povo¹¹ a consciência de seus direitos, uma consciência de classe, constatada pela grande quantidade de pessoas nas mobilizações de rua. Assim, além de assegurar a lógica capitalista na produção, conseguiram fundamentar as bases ideológicas necessárias para um ataque aos direitos sociais adquiridos. Ao identificar na instituição estatal as causas da ineficiência no trato com os problemas sociais a classe dominante conseguiu, através de seus teóricos (ou através dos seus aparelhos privados de hegemonia), atacar o conceito das políticas sociais universalizantes, que neste período ainda eram incipientes. A sociedade civil brasileira mostra então sua verdadeira heterogeneidade e o Estado de direito começa a ser atacado.

Até meados da década de 1990 a burguesia ainda não havia conseguido gerar um consenso na sociedade que permitisse dominar material e ideologicamente as classes subalternas. Seu principal foco de ataque continuava a ser a ineficiência do aparato estatal ao passo que se integrava também a reestruturação produtiva visando potencializar seus lucros. Várias foram as iniciativas dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC...) e governos dos países centrais do capitalismo para repensar a

¹¹ Utilizamos o termo povo no sentido dado por Montañó (1994) “todo setor social que, em oposição à elite nacional, padece certo domínio político, econômico, cultural e ideológico, na medida que é excluído, num determinado grau, da tomada de decisões e por quanto apresenta carências e potencialidades não plenamente desenvolvidas”.

forma de ser da economia e do Estado nos países chamados à época de 'terceiro mundo'. O exemplo mais claro dessas iniciativas foi o chamado consenso de Washington¹² que apresentava, sinteticamente, a seguinte estratégia a ser executada pelos países do 'terceiro mundo': ajuste fiscal; redução do papel do Estado nos gastos sociais; fim das restrições ao capital externo; abertura do sistema financeiro; reestruturação do sistema previdenciário (Coggiola & Katz, 1996).

Estas medidas visavam implementar nos países periféricos o projeto neoliberal. Tendo como principal teórico o pensador Friedrich Hayek, de acordo com Anderson (1995), este projeto preconiza uma série de medidas para restaurar o “curso normal de acumulação do livre mercado” após a crise econômica da década de 1970 que assolou as principais economias do capitalismo. Segundo Anderson (op. cit.) Hayek está enfrentando diretamente o “Estado de Bem-Estar Social” que seria o grande 'incentivador' da estagnação econômica. O Estado de Bem-Estar Social era caracterizado por medidas redistributivas, pela busca do pleno emprego, por taxaço das grandes fortunas, todas as medidas para amenizar a desigualdade social gerada pela ganância do mercado capitalista. Este modelo baseado na intervenção e regulação estatal na economia, formulado em grande parte por John M. Keynes¹³, visava constituir um capitalismo regulado. A crítica de Hayek reside justamente aí. Segundo ele as raízes da crise

estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com a sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (Anderson, 1995, pág. 10)

Hayek combatia o Estado provedor de políticas sociais afirmando que para restaurar as bases da economia capitalista era necessário o aumento da desigualdade social, com inflação e desemprego em alta, para que o movimento operário perdesse força de mobilização graças à geração de um exército industrial de reserva. Somado a isto estava o combate econômico e político ao bloco de países socialistas sob a insígnia do 'anti-comunismo'. O pensamento conservador aliado à crise econômica foi uma mola para o neoliberalismo.

O primeiro governo dos países de capitalismo avançado a implementar medidas

¹² Termo utilizado para designar as recomendações econômicas produzidas em 1989, na conferência do Institute for International Economics (IIE), para os países da América Latina. Tais medidas foram adotadas pelo FMI e Banco Mundial como critérios para financiar atividades em países em desenvolvimento.

¹³ Economista inglês que viveu em meados do século XX que influenciou todas as políticas econômicas do pós-guerra de 1945.

puramente neoliberais foi o de Margaret Thatcher, na Inglaterra, no início dos anos 1980. Segundo Anderson (1995) os dois mandatos do governo Thatcher

“contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controle sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram os gastos sociais. E [...] se lançaram num amplo programa de privatizações[...]” (pág. 12)

Após a Inglaterra vários países da Europa elegeram governantes que implementaram as medidas neoliberais com maior ou menor fidedignidade. Mas ao final da década de 1980 e início da década de 1990 o resultado não foi o esperado. Mesmo com o conjunto de reformas implementadas a taxa de crescimento desses países não aumentou, chegando a diminuir em alguns deles. Anderson (1995) atribui esta falta de êxito, contraditoriamente, ao aumento do desemprego e ao baixo poder de compra que demandou enormes gastos sociais ao Estado e ao envelhecimento da população. Mas o fator mais importante foi o crescimento desordenado do capital financeiro, que sem regulamentação do Estado, passou a ser preponderante sobre o capital produtivo, atuando de forma parasitária sobre a economia através da especulação.

No início da década de 1990, ao invés de se aprofundar em sua crise, o neoliberalismo ganha novo fôlego. O fim do bloco soviético, inimigo mais claro do capitalismo de mercado, foi definitivo para isso. O receituário neoliberal começa a ser implementado por aqueles que se dizem seus opositores, em geral a socialdemocracia europeia. A força ideológica do neoliberalismo não tem precedentes históricos (Anderson, 1995).

Foi então que representantes dos partidos socialdemocratas reformularam os postulados do neoliberalismo, incorporando algumas de suas medidas econômicas, mas potencializando sua “governabilidade” através da política. Antony Giddens foi o principal intelectual formulador do que ficou conhecido como “terceira via”.

Segundo Lamosa (2010) a “terceira via” se originou da mobilização das frações da classe dominante e intelectuais críticos da forma de sua atuação política, diante da necessidade de redefinir as estratégias para legitimar a sociabilidade burguesa. O programa da “Terceira Via” propõe que:

[...] o grande desafio dos socialistas modernos é governar o capitalismo de forma mais competente que os capitalistas. Alguma forma de socialismo de mercado poderá ser alcançada no futuro. Agora, porém, quando a Nova Esquerda disputa eleições e assume os governos, ela não o faz para

transformar o país em socialista em um breve espaço de tempo – essa ilusão voluntarista está descartada -, mas para aprofundar a democracia e promover uma maior igualdade de oportunidade, lograr melhores taxas de desenvolvimento econômico do que os partidos conservadores. (GIDDENS, 1999:5-6)

Seguindo a cultura brasileira de implementar “ideias fora do lugar”¹⁴ o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) para impulsionar as propostas da Terceira via no país. O responsável por tal feito foi o Ministro Bresser Pereira. Ele “formulou” após uma viagem de estudos à Inglaterra uma proposta que auto-intitulou de social-liberal para o Brasil. A proposta, conhecida como Reforma Gerencial do Estado brasileiro, visou desestruturar 'por precaução' a força que começava a adquirir o “braço” social do Estado no Brasil a partir da Constituição de 1988.

No Brasil, como aponta Montañó (2010), o problema não era a existência de um forte Estado social. Pelo contrário, havia a inexistência deste. Por isso a dificuldade de justificar a implantação do programa elaborado pelo Consenso de Washington.

O argumento dado oficialmente para justificar essa “retirada” do Estado do controle econômico de esferas estratégicas da produção/comercialização – passando para o mercado a produção de energia elétrica, telecomunicação, exploração da riqueza mineral, administração da poupança social, extração/refinamento de petróleo - e essa “desresponsabilização” estatal das respostas às refrações da questão social – diminuindo os fundos públicos para o financiamento de políticas e serviços sociais e assistenciais e privatizando-os – não foi precisamente o da sua articulação com um novo projeto de desenvolvimento exigido pelo grande capital[...] foi o contrário: não se mostrou o novo projeto (econômico-político) como causa da (contra-)reforma do Estado; apontou-se a burocracia, ineficiência e corrupção do Estado como as supostas causas para sua reforma. (pág. 41)

No plano ideológico o ataque foi ao conceito de sociedade civil, era preciso retirar deste seu potencial questionador adquirido no fervor das lutas populares e sindicais da década de 1980 e sua denominação mais precisa de “arena” da luta de classes¹⁵. Estas lutas impulsionaram a construção da cidadania baseada em direitos sociais, em sentido amplo, uma cidadania coletiva. A demanda extrapola os direitos civis para incluir outros direitos sociais básicos como moradia, alimentação, saúde, educação, trabalho (Gohn,

¹⁴ Alusão ao termo utilizado no belíssimo ensaio do professor Roberto Schwarz que analisa, na literatura e na política, a recepção e uso de termos, ideias e formulações europeias. Disponível em: http://www.antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/schwarz/schwarz_01.htm

¹⁵ Estas lutas serviram de base para a elaboração de uma plataforma popular que tinha nos partidos de esquerda e centro-esquerda seus representantes na luta eleitoral, que seja, na sociedade política. O documento que retrata de maneira mais expressiva esta plataforma das lutas populares como um programa de reformas estruturais a serem implementadas na sociedade brasileira com conteúdo nacional, democrático e popular é a resolução do 5º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

2008).

O discurso oficial e das classes dominantes na década de 1990 dá outro significado ao conceito de cidadania, homogeneizando os sujeitos sociais, vinculando-a ao exercício da civilidade, da participação civil ligada ao voto, dos direitos e deveres de todos os *cidadãos*.

A unidade de atendimento passa a ser o indivíduo ou a família; quebra-se a unidade e a força da mobilização em termos de direitos sociais e políticos; enfatiza-se o lado dos deveres do cidadão, usualmente reduzido a um cidadão cliente, consumidor de um serviço. (Gohn, 2008, pág. 76)

Para Bresser-Pereira (1998 *apud* Montaño, 2010) “a Reforma Gerencial visa assegurar o caráter democrático da administração pública, por meio da implantação de um serviço público [...] orientado para o cidadão-usuário [que não paga pelo serviço] ou cidadão-cliente [que sim paga por ele]”. E ainda segundo Montaño (*Idem*) a opção do Ministro da Reforma do Estado é tratar o cidadão como cidadão-cliente reservando apenas aos miseráveis o “benefício” de cidadão-usuário.

Para Montaño (*idem*: 44) “o que Bresser-Pereira chama de “reforma gerencial” não é outra coisa senão a continuidade do “ajuste estrutural macroeconômico” com o desenvolvimento de novas áreas mais de ordem “institucional-legal”. [...] Estamos, portanto, frente a um programa de “reforma administrativa” que se depreende da política econômica e nela se insere”. Em outras palavras, poderíamos dizer que a proposta de “reforma gerencial” de Bresser-Pereira visou viabilizar políticas de cunho neoliberal ou, como o próprio autor intitula, social-liberal para o Brasil.

Dado que, na formulação do Ministro Bresser-Pereira, o problema do Estado no Brasil é a falta de “governança” devido a uma suposta crise fiscal do Estado e sua burocratização ocasionada pela Constituição de 1988, a solução proposta é a sua “publicização”:

sob o pretexto de chamar a sociedade à participação em torno do “controle social” e da “gestão de serviços sociais e científicos”, desenvolvendo a democracia e a cidadania, a dita “publicização” é, na verdade, a denominação ideológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado “terceiro setor” (conjunto de “entidades públicas não-estatais mas regido pelo direito privado”..) e ao repasse de recursos públicos para o âmbito privado. (*idem*: 45)

Opera-se assim uma verdadeira privatização dos serviços sociais e desregulamentação do controle social sobre as atividades do Estado. A concretização legal da chamada “publicização” está contida nas leis Nº 9.637/98 e 9.790/99, que conferiram a possibilidade das organizações que atuam na sociedade civil a possuírem classificação legal enquanto Organizações Sociais (OS) ou de Organizações da

Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Estas foram assim habilitadas a estabelecer uma relação contratual com o Estado para implementação e gestão de políticas públicas e ações governamentais, ao mesmo tempo em que seriam também fiscalizadoras de tais políticas¹⁶. O conceito chave para esta operação é o de uma terceira forma de propriedade, a propriedade pública não-estatal, que seria representada pelas OS e OSCIPs. Esta é a base legal que materializa o conceito de “terceiro setor”, entidades que *em tese* não são nem parte do Estado nem do Mercado. Segundo Montañó (*idem*) três conceitos viraram palavras de ordem sob o argumento da publicização: descentralização, organização social e parceria.

O conceito do chamado “terceiro setor” é a chave para compreender a tática das classes dominantes para desresponsabilizar o Estado no enfrentamento às sequelas da “questão social”¹⁷ e ao mesmo tempo criar o seu *front* na Sociedade Civil.

Montañó (*idem*) demonstra a carência de rigor teórico na aplicação do termo “terceiro setor”, uma falta de uma definição clara para este conceito. Este seria definido de maneira geral como o que não é mercado e também não é Estado. De fato, autores que exploram o tema referem-se a ele como 1. organizações não-lucrativas e não-governamentais (ONGs, movimentos sociais, associações comunitárias); 2. instituições de caridade, religiosas; 3. atividades filantrópicas (fundações empresariais); 4. ações solidárias; 5. ações voluntárias; e 6. atividades pontuais e informais. Ressalta-se, no entanto, que organizações e movimentos combativos, como o MST ou sindicatos de trabalhadores, não são considerados na maioria das análises. Assim seriam consideradas do “terceiro setor” apenas organizações mais ou menos formais da sociedade civil tendo como definição mais aproximada

ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de resposta às demandas sociais a partir de valores de solidariedade local, autoajuda e ajuda mútua [...] o chamado “terceiro setor” representa uma denominação equivocada para designar um fenômeno real (*idem*: 184).

E completa

o que é chamado de “terceiro setor”, numa perspectiva crítica e de totalidade, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado no (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão para a função social de resposta à “questão social”, seguindo os valores de solidariedade local, da autoajuda e ajuda mútua. (*idem*: 186)

¹⁶ Ótima análise jurídica pode ser encontrada no parecer técnico do assessor da bancada federal do PT Carlos Eduardo Soares de Freitas. (*Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e Organização Não-Governamental: Sinônimos?*, Brasília, 07 de maio de 1999)

¹⁷ Entendida esta como expressão do “processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (cf. Iamamoto, 1992: 77 *apud* Montañó, 2010)

Para nosso objetivo com a pesquisa importa ressaltar que o conceito de “terceiro setor” favorece as organizações financiadas por empresas privadas que agora passam a obter isenção fiscal. “Talvez muitos destes incentivos fiscais ou apoios financeiros contribuam para explicar a tão falada “mudança de mentalidade” do empresariado, agora supostamente mais preocupado com o social” (*idem*: 204). Fazem parte do “terceiro setor” por exemplo o Instituto Itaú Social, a Fundação Bradesco, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), a Fundação Roberto Marinho entre outras fundações empresariais. Para utilizar um termo gramsciano: estes são os aparelhos privados de hegemonia da burguesia no Brasil.

Além da isenção fiscal o Estado brasileiro passa a transferir recursos para aparelhos privados de hegemonia, contribuindo para reforçar sua legitimidade frente à sociedade, escamoteando a responsabilidade do capital na manutenção da desigualdade social.

o que é chamado de nova “consciência social” do empresariado, “empresa cidadã” e outras denominações, nada mais é do que uma nova modalidade do capital obter isenção de impostos e subsídios estatais para a melhora da imagem, para manutenção da “harmonia social”, para a aceitação pela comunidade da presença da indústria e seus eventuais prejuízos àquela e/ou ao meio ambiente. (*idem*: 213)

Assim, aliados à reforma do Estado (aparato estatal), os setores dominantes concentram sua atuação também na sociedade civil como forma de desregular as políticas sociais do Estado e fortalecer seus aparelhos privados de hegemonia. Sobre isto Fontes (2010) aponta:

Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. (pág. 136)

Lamosa (2011) aponta o papel articulador do GIFE para organizar o empresariado brasileiro para a construção da hegemonia na Sociedade Civil. As fundações apoiadas ou criadas pelo empresariado passam a disputar com as organizações populares “cadeiras” nas instâncias governamentais para a formulação de políticas públicas. O empresariado fica duplamente representado, por organizações do 'mercado' e por seus representantes na Sociedade Civil.

Para Petras (1999, apud MONTAÑO, 2010: 272) "há uma relação direta entre o crescimento dos movimentos sociais que desafiam o modelo neoliberal e o esforço para

subvertê-los através da criação de formas alternativas de ação social", poderíamos dizer, através do "terceiro setor".

No campo dos movimentos sociais os impactos foram diretos. Além da privatização das políticas públicas esse novo padrão institucional de financiamento estatal para organizações que atuam na sociedade civil tem provocado efeitos perversos nas ONGs que atuam/atuavam junto aos movimentos populares, ou ONGs Cidadãs para usar um termo cunhado por Gohn (2008). As organizações ligadas às lutas populares necessitam de financiamento externo para realizar suas atividades e

a emergência, ou fortalecimento, de outros atores sociais relevantes na sociedade civil tais como as entidades do "terceiro setor" (fundações empresariais, entidades filantrópicas etc.) instituiu outros aliados e/ou competidores na disputa entre os grupos organizados para demandar as necessidades sociais ao poder público, ou organizar trabalhos coletivos para resolver estas demandas entre os próprios necessitados. (*idem*: pág.80)

As ONGs e organizações do chamado "terceiro setor" passam a se profissionalizar na chamada captação de recursos e o que era um meio para atuação vira praticamente um fim, pelo menos para as ONGs Cidadãs. Petras (1999 *apud* Montaña, 2010) afirma que um dos efeitos da atividade de captação de recursos foi a perda de identidade das ONGs Cidadãs e a "proliferação de ONGs, que passaram a ser criadas com o único propósito de absorver parte do fluxo de dinheiro internacional devido à persistente escassez na oferta de emprego em outros setores".

Os critérios de financiamento, seja das agências governamentais seja das agências de cooperação internacional, são pautados em projetos específicos, sendo avaliados segundo as regras mercantis de "produtividade", "eficiência" e "eficácia", induzindo a busca por soluções imediatas para situações particulares sem problematizar as relações que estas guardam com o universal-sistêmico¹⁸. As formas e os critérios de financiamento favoreceram o crescimento das organizações do chamado "terceiro setor", mais ligadas ao empresariado, com pouca ou nenhuma politização e com um discurso diluidor dos conflitos sociais (Gohn, 2008).

Assim as organizações que atuam na sociedade civil ligadas aos movimentos populares são cada vez mais impelidas à uma lógica mercantil, o que dificulta seu trabalho que por essência deve ser processual. A necessidade/opção de fazer "parcerias" com o Estado para executar políticas ou programas governamentais ou de se adaptar às

¹⁸ Entendimento de que o capitalismo e a atual forma de organização social fazem parte de uma totalidade inter-relacional, ou seja, o que é singular, particular ou universal interage entre si não havendo uma separação entre as diversas esferas da realidade.

exigências das agências financiadoras representam uma forte tendência à descaracterização de sua “missão” organizacional e à submissão de seus valores e filosofia aos interesses de seus financiadores (Montaño, 2010). E segundo Gohn (2008) “neste ponto encontramos poucas diferenças entre as ONGs Cidadãs e as entidades do “terceiro setor”, embora os projetos políticos que as orientem sejam muito distintos” (pág. 92).

Aliado à conjuntura política internacional, com o fim da experiência soviética, os ataques legais e a cooptação, seja financeira seja ideológica, geraram uma crise nos movimentos sociais. Muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática na qual a ideia de mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. Para Gohn (p.81-2 *apud* Barbosa, 2008) “o militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais.”

Assim, o movimento social, com menos adesão e sem recursos, tende a se reduzir em quantidade e impacto social, enquanto a ONG, parceira do Estado, assume a representatividade das organizações sociais, carregando as demandas populares, mas não mais numa relação de luta, mas de "pedido", "negociação", em uma relação de dependência com os governos. Isso traz como resultado uma drástica mudança na forma e conteúdo das lutas sociais: uma relação mais dócil com o capital e com o Estado, despolitização e esvaziamento das organizações populares e das demandas sociais, agora intermediadas pelas ONGs (MONTAÑO, 2010).

A ofensiva material e ideológica empreendida pela burguesia brasileira e seus intelectuais pode ser resumida no trecho da entrevista concedida por Roberto Campos, um de seus principais representantes, à Folha de São Paulo em 1999¹⁹:

As ONGs têm uma função útil a desempenhar na medida em que desenvolvam o aspecto associativo e mobilizem os cidadãos para substituírem os governos, que têm um excedente de tarefas e um déficit de recursos e de capacidade gerencial. [...] Menos de 15% das ONGs registradas no Conselho Econômico e Social da ONU (Organização das Nações Unidas) provem de países em desenvolvimento (que já representam uns 4/5 da população da Terra). Ou seja, os Greenpeace da vida que vêm meter o bedelho em nosso país promovendo ações contra a soja transgênica (um assunto exclusivamente nosso) estão representados em excesso, no mundo, na proporção de mais de 30 para 1! Viva a nossa Constituição de 88...

¹⁹ Roberto Campos: “a Sociedade Civil” - Folha de São Paulo, 18/04/99, caderno 1, página 4.

Em outros países, está se começando a debater mais seriamente até que ponto deixar ir a pretensão dessas "organizações informais" - cuja única legitimidade é dada pela exclusiva autolegitimação; como quem diz: eu tenho o direito de me meter na sua vida. No Brasil, os resíduos do subdesenvolvimento político ainda intoxicam. Tem gente achando que essa história de ONG parece extragaláctica. Mais uns 10 ou 20 anos e provavelmente o nosso Congresso já estará debatendo o excesso de intromissões da turma, por meio de uma CPI das ONGs.

Durante os anos 1990 o número de empresas que aderiram ao "novo" projeto de atuação política cresceu exponencialmente, conforme detalhado estudo apresentado por Martins (2005). O autor atribui esta 'manobra' política à atuação de empresários que começaram a questionar o 'antigo' modelo fordista de intervenção empresarial na política desenvolvido por antigos aparelhos privados de hegemonia da burguesia como a FIESP e CNI. Esta 'nova' forma de fazer política, orientada pelos pressupostos da 'terceira via', começou a ganhar força com a criação de uma associação empresarial denominada Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Juntamente com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos empreenderam uma verdadeira transformação na forma de atuação política da burguesia brasileira.

Na produção agrícola também houve transformações na forma de atuação da burguesia. Os antigos latifundiários agora associados com o capital financeiro compõem o setor do agronegócio. Para minimizar seu estrondoso impacto ambiental e destruição da nossa biodiversidade através do monocultivo, produção com sementes transgênicas e grilagem de terras públicas, começaram a atuar de forma mais efetiva na educação através de seus aparelhos privados de hegemonia.

Dois casos são emblemáticos de tal atuação: o programa Agronegócio na Escola²⁰ desenvolvido pela Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG (da região de Ribeirão Preto) e o programa Agrinho²¹ desenvolvido pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP). Vinculados às redes públicas e particular de ensino, o primeiro no estado de São Paulo e o segundo no Paraná, estes programas visam fornecer capacitação a professores das redes em temas como agricultura, meio ambiente e saúde, fundamentados a partir do agronegócio. Ou nas palavras da própria ABAG "é uma ferramenta utilizada para a valorização da imagem do agronegócio". Além de capacitação de professores promovem concursos entre os estudantes para motivá-los a escrever bem sobre o agronegócio. Assim disputam desde cedo a hegemonia na sociedade, na formação ideológica de crianças e adolescentes. Para ter uma ideia da proporção de tais projetos e de sua proposta de disputa da hegemonia na sociedade o programa "Agrinho",

²⁰ Disponível em: www.abagr.com.br/programaAgronegocioprograma.php Acesso em 15/04/2012

²¹ Disponível em: www.agrinho.com.br Acesso em 15/04/2012

em 2008, já tinha a adesão de 95% dos municípios paranaenses, segundo o site do programa.

Cabe aqui uma última observação sobre o modelo de desenvolvimento do Brasil nos últimos 20 anos, dado sua ligação direta com nosso objeto de estudo. Os últimos 4 mandatos presidenciais²², apesar de suas diferentes bases de apoio, tiveram diferenças tímidas em sua política econômica. Seguindo no esteio do capitalismo dependente há um pujante setor de produtos primários no país que requer mudanças na legislação ambiental para que possa de forma mais contundente explorar e se apropriar privadamente dos nossos recursos naturais. A atuação burguesa se intensifica entremeada a órgãos estatais e a parlamentares na modificação da legislação vigente.

Segundo Leher (2007) o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sendo uma versão nacional da Iniciativa para integração da Infraestrutura Regional da América Latina (IIRSA²³), coloca o país em “liquidação para o capital que busca reprodução no portentoso negócio das exportações de *commodities*”. No PAC a centralidade conferida à produção de bioenergia, principalmente através do etanol (leia-se latifúndio canavieiro), a concessão de áreas ricas em biodiversidade para a extração mineral (siderurgia) e produção de celulose (monocultivo extensivo de eucalipto) demonstra a importância dos recursos naturais para o atual modelo de desenvolvimento implementado no Brasil. O autor demonstra que há uma migração das fábricas do hemisfério Norte para o hemisfério Sul dadas as vantagens competitivas geradas por mão-de-obra barata e a disposição de parlamentares para flexibilização da legislação ambiental.

Na disputa travada na sociedade civil, como espaço de embates e conflitos e não como sujeito homogêneo, Gohn (2008) adverte que

o “terceiro setor” de perfil mais corporativo, estruturado com apoio de grandes grupos ou companhias empresariais, atuando nas franjas da nova economia social, segundo as regras da economia de mercado, tende a predominar sobre as ONGs [Cidadãs] que trabalham de forma processual, com ênfase na capacidade da sociedade [trabalhadores] se organizar para defender seus interesses e que atuam em defesa da cidadania. (pág. 113, grifos nossos)

CAPÍTULO II

2.1 Educação Ambiental, um campo em disputa

Em meio a toda efervescência política da década de 1980 a EA começa a

²² 1994 e 1998 Fernando Henrique Cardoso (PSDB) / 2002 e 2006 Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

²³ Programa de integração regional da América latina que visa integrar e melhorar a infra-estrutura para o escoamento da produção das empresas da região. Ver www.iirsa.org

constituir-se no Brasil. Embora a questão ambiental, e com ela a EA, já estivesse em pauta em congressos e seminários das agências internacionais (ONU, OMC, etc.) desde a década de 1960, a realidade brasileira era outra. Talvez pela própria composição da sociedade brasileira até aquele momento, com uma população eminentemente pobre e com as classes dominantes portadoras de um pensamento e uma ação extremamente particularista sob um regime ditatorial. Isto porque algumas análises (Crespo, *apud* Barbosa, 2008) indicam que a EA e a questão ambiental em geral eram temas discutidos, principalmente na Europa, e reivindicados inicialmente pela classe média escolarizada que já havia garantido suas necessidades básicas. Assim, no contexto do Estado de exceção e de pleno desenvolvimento da indústria no Brasil havia pouco espaço para manifestações políticas, o que pode ter contribuído para um “retardo” do aparecimento do movimento ambientalista e conseqüentemente das várias correntes da EA.

Loureiro (2004) chama atenção de dois fatos importantes para a constituição da EA no Brasil: 1- o entendimento senso comum entre boa parte dos educadores de que a EA é resultado de um desenvolvimento linear conseqüente da transformação de modalidades educacionais focadas na conservação da natureza existentes no Brasil desde a década de 1950; 2- a entrada da chamada “questão ambiental” no Brasil através de instituições governamentais do regime totalitário, em geral por pressões internacionais, e por parte das “poucas, mas expressivas politicamente, organizações conservacionistas”. Sobre isto o autor conclui que

O resultado foi, em termos de Educação Ambiental, uma ação governamental que primava pela dissociação entre o ambiental e o educativo/político, favorecendo a proliferação de discursos ingênuos e naturalistas e a prática focada na sensibilização do “humano” perante o “meio natural”, ambos desvinculados dos debates sobre modelos societários como um todo. (pág. 76)

As agências internacionais tiveram um papel fundamental na difusão dessa visão de Educação Ambiental. Foi a partir da UNESCO/PNUMA (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura/Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) que constituiu-se o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). Este programa foi referência para realização de encontros nacionais e regionais e pela produção de um boletim internacional *connect* que foi publicado em 5 línguas e enviado, à época, para 12 mil instituições e indivíduos envolvidos na promoção da EA (Loureiro, 2009a).

Dadas sua abrangência e legitimidade perante a grande maioria dos educadores como documento de referência internacional para a EA, poderíamos dizer que estas

instituições cumpriram o papel de intelectuais coletivos, formulando um consenso sobre o caráter e fundamentos da Educação Ambiental.

Estas formulações, feitas em meio ao processo de industrialização dos países emergentes do capitalismo, tiveram um inegável valor político na demarcação de um campo e em dar macro orientações para o debate. Contudo, a ênfase na dimensão cidadã e ética²⁴ e a falta de abordagem dos problemas sociais e econômicos vividos pela humanidade retira a possível radicalidade²⁵ da EA.

O que se percebe é uma movimentação e uma construção ideológica de que o problema não está determinantemente na materialidade do modo e relações sociais capitalistas de produção da vida, na apropriação privada das riquezas e na expropriação dos recursos naturais, está apenas na forma de pensar e agir dos seres humanos individualmente. Como se o pensar e o agir estivessem separados da vida concreta das pessoas, concebendo a formação humana fora de uma totalidade complexa repleta de mediações sociais. É a reprodução, na EA, do positivismo cientificista, da separação entre forma e conteúdo.

Neste escopo há uma tentativa de homogeneização da EA, supra classes sociais, uma tentativa de construção de um consenso entre as perspectivas de classe. Ao que parece há uma mudança no padrão de comportamento das classes dominantes, seja no campo político seja no econômico, para que tudo permaneça como está: uma mudança de atuação e de postura referente à sua ação social, à disputa ideológica na sociedade, mas conservando o essencial, a acumulação privada e a exploração do trabalho. Esta reorientação empresarial internacional provavelmente se relaciona com a necessidade de expansão do mercado capitalista como solução para a crise econômica dos países centrais na década de 1970/80. É condizente com a reorientação das classes dominantes para a atuação nos países que possuem uma economia de capitalismo dependente. Estas mudanças políticas são alicerçadas por mudanças na economia, não sem conflitos e contradições. Em períodos de crise, a necessidade de explorar novos mercados para manter a taxa de lucros das empresas requer uma postura política diferente, capaz de manter a dominação ativa sobre a população.

Talvez pela pujança da divulgação e legitimidade conferido aos documentos elaborados pelos organismos internacionais, com hegemonia das classes dominantes e

²⁴ Loureiro (2009a) aponta que o sentido dado aos conceitos de Cidadania e Ética as identifica apenas com o indivíduo, com a inserção individual na sociedade, criticando a falta discussão e problematização das bases filosófico epistemológicas dos mesmos.

²⁵ Radicalidade aqui utilizada com seu caráter mais literal, de ir à raiz.

de intelectuais comprometidos com a manutenção do *status quo*, ou pela própria ação dos governos que preferem preservar determinadas posições a ter que enfrentar um embate com setores conservadores do ambientalismo e com a burguesia em nome da governabilidade, a EA foi legitimada como um instrumento do bem comum, do consenso, o lugar onde todos querem atingir o mesmo objetivo. Não coincidentemente o mesmo discurso adotado pelos teóricos da Terceira Via para o trato da questão social: o que importa é a colaboração de todos, empresários, trabalhadores e comunidades impactadas para o bem comum, suprimindo as desigualdades reais entre estes sujeitos.

Aqui trabalhamos com uma formulação defendida por vários autores (Loureiro, 2009, Carvalho, 2006, Layrargues & Lima, 2011, etc.) de que não existe apenas uma forma de pensar a EA. Esta é um campo em disputa, tanto teórica quanto prática, e seus fundamentos não podem ser pensados descontextualizados da organização social. É necessário explicitar divergências teóricas e epistemológicas para que possamos compreender suas divergências práticas. Não podemos considerar, por exemplo, que as formulações de uma empresa sobre EA e sobre as formas de lidar com os recursos naturais são similares e almejam o mesmo objetivo que os movimentos sociais populares

A apropriação feita pelos diferentes sujeitos sociais acerca da EA é condicionada por uma série de fatores, inclusive por sua posição na hierarquia social²⁶. Porém outro fator importante para compreender as práticas em EA é entender como agem, no campo da ideologia, os setores dominantes para gerar constantemente o consenso das classes subalternas.

É interessante ver como diversas empresas têm assumido como suas as causas ambientais. Ao passo que setores ditos representantes da Sociedade Civil fornecem cursos e consultoria em Educação Ambiental²⁷ para que estas mesmas empresas possam ter uma atuação mais aceitável, diminuindo os impactos sobre o meio ambiente mas mantendo seus níveis e padrões de exploração do trabalho e dos recursos naturais.

Layrargues & Lima (2011) definem 3 possíveis macrotendências no campo da Educação Ambiental no Brasil que remetem ao seu caráter político-pedagógico e epistemológico: uma vertente conservadora; uma vertente pragmática; e uma vertente crítica. Por **vertente conservadora** os autores compreendem a EA que “não questiona a

²⁶ Utilizamos hierarquia social aludindo ao fato de que na sociedade dominantes e dominados existem realmente, governantes e governados, e segundo Gramsci (1990) este é um fato irreduzível.

²⁷ Ver por exemplo Instituto Ecoar para cidadania, RENOVE e *Vitae Civilis*. Em suas páginas na internet estas organizações da sociedade civil elencam suas várias atividades, dentre elas consultorias e cursos para empresas.

estrutura social vigente em sua totalidade, mas apenas reformas de partes ou setores sociais” (pág. 9). Esta forma de compreender a EA está ligada aos setores conservacionistas e comportamentalistas que veem na “falta de conhecimento” um dos principais motivos da crise civilizatória. Fazem uma separação da realidade entre cultura, política e economia como se todas tivessem apenas ligações formais entre si. Os autores afirmam que esta vertente “apoia-se nos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança dos comportamentos individuais em relação ao ambiente baseada no pleito por uma mudança cultural que relativize o antropocentrismo como paradigma dominante” (pág. 8). Por **vertente pragmática** compreendem aquelas correntes da EA ligadas ao desenvolvimento sustentável, “expressão do ambientalismo de resultado” (pág. 9). A intitulam de pragmática pois mesmo que apresentem uma crítica abstrata e genérica ao modo de produção capitalista não tem pretensões de mudá-lo, apenas de “servir como um mecanismo de compensação para corrigir a “imperfeição” do sistema produtivo baseado no consumismo, na obsolescência planejada e nos descartáveis” (pág. 9). Argumentam que esta vertente

Deixa à margem de suas considerações a questão da distribuição desigual dos custos e benefícios da apropriação dos bens ambientais pelos processos desenvolvimentistas, e resulta na promoção de reformas setoriais na sociedade sem questionar seus fundamentos de base, inclusive aqueles responsáveis pela própria crise ambiental. (pág. 9)

Já por **vertente crítica** compreendem todas as “correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental” (pág. 11). As correntes da vertente crítica, com variações internas, se constroem em oposição às vertentes conservadora e pragmática procurando contextualizar e politizar o debate ambiental. É contra todo tipo de reducionismo dualista ou soluções disciplinares como resposta aos problemas sociais e ambientais. Mesmo com diferenças e contradições na forma de tentarem superar a proposta das outras duas vertentes, a vertente crítica tem o mérito de historicizar o debate ambiental, de vinculá-lo aos problemas sociais, de procurar tornar o ambiental como parte do social fugindo do reducionismo ecologizante.

Outro componente importante da vertente crítica é a incorporação do tema da desigualdade social como parte dos problemas ambientais, que de forma mais ou menos explícita dá elementos para uma crítica aos fundamentos do modo de produção capitalista. Nas palavras de Loureiro (2006a): “ignorar que somos seres sociais-biológicos, formados por múltiplas mediações, é desprezar o caráter histórico do que fazemos,

facilitando a culpabilização da humanidade como um todo homogêneo e idealmente concebido” (pág. 48). Pelas próprias contradições socioeconômicas postas na sociedade o *conflito* de interesses deve ser, para as correntes da vertente crítica, uma parte constituinte de seu fazer pedagógico e não apenas o *consenso*.

Esta explicitação de macrotendências na Educação Ambiental não pode dar conta de explicar toda a miríade do debate e das práticas dos indivíduos e organizações, mas serve como eixo estruturador para compreender a pluralidade de posições e concepções pedagógicas. Para Layrargues & Lima (2011) não é mais possível para os educadores e pesquisadores do campo encobrir as divergências internas. Se num primeiro momento, na década de 90, esta ocultação foi necessária ou instrumental para a consolidação da Educação Ambiental frente às políticas públicas e ao debate social, hoje ela é prejudicial. Para Loureiro (2009a) “explicitar essas contradições na Educação Ambiental é oportuno para que possamos estabelecer um debate aprofundado sobre quais as finalidades destas, as opções teórico-metodológicas disponíveis e para onde queremos ir” (pág. 47).

2.2 Sociedade Civil e Educação Ambiental no Brasil

A inserção da EA no cenário político brasileiro está vinculada de certo modo ao crescimento do movimento ambientalista e às políticas governamentais que impulsionaram o debate. Como já argumentado a EA tem suas origens a partir do debate ambientalista e ecológico com muitas tensões para inserir-se no debate educacional. Loureiro (2009a) afirma que o movimento ambientalista ganha caráter público e social efetivo no Brasil apenas no início da década de 1980, com raras exceções no Rio Grande do Sul. Pensamos ser importante fazer uma consideração acerca do que se compreende por movimento ambientalista e as lutas sociais brasileiras.

No campo das movimentações sociais em torno da questão ambiental consideramos em geral o conjunto das lutas surgidas na década de 1970, críticas ao modelo de desenvolvimento industrial ou questionadoras, de modo abstrato, da relação entre um ser humano ideal e o meio ambiente também ideal. É bem verdade que estas referências são obtidas das grandes manifestações estudantis, feministas, etc., de modo geral das manifestações da juventude europeia e americana das décadas de 1960 e 1970²⁸. Mas se entendermos a chamada “questão ambiental” de maneira mais ampla

²⁸ Obviamente que houve manifestações juvenis no mesmo período em diversas partes do mundo, contra a guerra, contra o racismo. Mas o centro ou o foco das manifestações se concentravam nos países capitalistas centrais.

veremos que no Brasil existiam movimentos organizados há pelo menos 20 anos²⁹, desenvolvendo lutas sociais antissistêmicas. Estas lutas são ecológicas pois defendem e promovem outras formas de relações sociais e de relações com a natureza. É o caso das lutas camponesas por terra (reforma agrária) no nordeste brasileiro. Tais lutas não se enquadram no que costumamos chamar de ambiental e também não apresentavam uma perspectiva “preocupada” com o meio ambiente nos termos comumente utilizados. Mas se tomarmos como referência que um dos princípios do debate ambiental é a preservação do meio ambiente entendendo o homem como parte constitutiva deste e que a apropriação dos recursos naturais deve ser comum a todos, estas lutas devem ser consideradas como relacionadas à questão ambiental. Assim como as lutas dos povos originários para manter a posse de seu território e a luta dos seringueiros pelas reservas extrativistas³⁰ ou dos atingidos por barragens por seus direitos. Alier (2007) classifica estas lutas como parte de uma corrente do movimento ecológico, o ecologismo dos pobres, e afirma que

o eixo principal desta corrente não é uma reverência sagrada à natureza, mas antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas sim, pelos humanos pobres de hoje. (pág. 34)

Para o autor estas são manifestações sociais em resposta à apropriação capitalista dos recursos naturais no países chamados de terceiro mundo. Enquanto a exploração dos recursos naturais diminui, por opção ou escassez, nos países de capitalismo desenvolvido, aumenta nos países de capitalismo dependente, nos países do sul.

No que se refere às tendências hegemônicas da EA é uma opção teórica compreendê-la desvinculada das grandes lutas sociais e da recusa aos padrões de acumulação econômica. Esta opção pode ser claramente observada nas análises das vertentes conservadoras e pragmáticas da EA. Segundo Loureiro (2009a) “este tipo de entendimento simplificado conduziu a um posicionamento fortemente contrário de sindicatos de trabalhadores e de movimentos sociais populares às propostas *verdes* no Brasil até a década de noventa”.

A entrada da EA nos meios acadêmicos e governamentais se deu com forte sentido tecnicista, voltada para resoluções de problemas e mudança de comportamentos. A falta

²⁹ Aqui consideramos apenas o movimento camponês e dos povos originários dos anos mais recentes mas temos clareza de que a organização desses trabalhadores data de mais tempo com formas variadas.

³⁰ Sobre a luta do movimento seringueiro ver Cunha (2010).

de percepção da EA como processo educativo produziu uma prática descontextualizada, voltada para solução de problemas de ordem física do ambiente, incapaz de discutir questões sociais e categorias teóricas centrais da educação (Loureiro, *op. cit.*). Provavelmente a aceitação popular da EA tenha sido reflexo dessa inserção, pois como demonstra a obra de Crespo (1998 *apud* Loureiro, 2009) em pesquisas nacionais realizadas durante os anos 90 ela tem a aprovação de 95% dos brasileiros. Essa aprovação, segundo a pesquisa, refere-se ao desejo dos entrevistados em ver a EA como obrigatória nas escolas, entendida como instrumento de mudança das pessoas em seus hábitos e comportamentos no ambiente. Este resultado só reforça a tese idealista de que o problema da humanidade é a falta de educação.

A construção das políticas de EA no Brasil se deu concomitante ao processo de reforma gerencial do Estado brasileiro. Apesar de já ter sido incorporada na legislação brasileira através da Constituição de 1988 (Capítulo IV, art. 225, § 1, no VI) a construção efetiva dessas políticas foi impulsionada tanto por pressões de organizações em torno do tema mas principalmente pela realização da Rio 92³¹ (ou Eco 92) levando o governo federal a produzir documentos e programas que englobassem a EA. Foi em 1992 também que foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ano em que o MEC e o IBAMA reforçaram ou criaram aparatos institucionais para tratar do tema (Matos, 2009). No mesmo ano de publicação do Programa Nacional de Educação Ambiental, 1994, começa a ser discutido o plano diretor da reforma do Estado no Brasil, a já comentada Reforma Gerencial do Estado. Em 1997 houve a I Conferência Nacional de Educação Ambiental e a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais que incluíram a temática ambiental como tema transversal na educação escolar. Em 1999 é aprovada a lei federal nº 9795/99 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental. Apesar de ter sido aprovada em 1999 a lei só foi regulamentada em 2002 pelo decreto nº 4281/02.

Todo esse processo teve intensa participação e influência de organizações que atuam na sociedade civil, tanto das ligadas aos movimentos sociais populares, das mais ligadas aos setores empresariais quanto das mais vinculadas a um discurso conservacionista. Durante toda a década de 1990 importantes organizações empresariais, ONGs e movimentos sociais começaram a atuar de forma mais organizada na formulação de propostas de intervenção social e na questão ambiental.

Lamosa (2011) cita duas organizações no campo empresarial criadas no período para cumprir o papel de articuladoras do projeto da “terceira via” no Brasil, construindo as

³¹ Conferência Intergovernamental sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro.

bases empresariais para a implementação de programas de responsabilidade social: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS). Segundo o autor “organizações como o GIFE e Ethos desenvolveram uma grande estratégia política visando organizar a classe dominante e mobilizar toda sociedade em torno dos preceitos ideológicos da responsabilidade social³²”.

Grandes ONGs que trabalham com a temática ambiental também surgiram nesse período a exemplo do Instituto Ecoar para a Cidadania, da SOS Mata Atlântica e da AS-PTA (agricultura familiar e agroecologia). Dentre elas há uma diferenciação de suas vinculações com outras organizações e entre seus propósitos. A SOS Mata Atlântica apresenta um perfil conservacionista atuando diretamente na gestão ambiental e em alguns casos gerindo as políticas ambientais, com vinculações com o empresariado brasileiro e internacional. O Instituto Ecoar para a Cidadania apresenta um perfil mais pragmático, buscando soluções para problemas ambientais imediatos sem uma reflexão mais profunda sobre as razões ou superação desses problemas, a não ser de forma bastante genérica, tratando os problemas sociais de forma mais discursiva do que material, e presta assessoria para empresas melhorarem seus produtos e sua imagem perante consumidores. E a AS-PTA é uma organização ligada aos movimentos sociais do campo que promove ações e assessoria técnica para o desenvolvimento de práticas agroecológicas na agricultura familiar.

Um caso específico é a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), rede de redes de EA constituída no início da década de 1990. Talvez a REBEA seja a mais influente na formulação de políticas públicas de EA dada a composição de seus membros, que vão desde educadores de base até integrantes dos quadros governamentais. Alguns desses ocuparam posições estratégicas no Estado e em grandes ONGs, sendo um veículo de difusão do ideário da 'terceira via', um aparelho privado de hegemonia instrumental a manutenção do capitalismo.

Matos (2009) descreve o processo de constituição da REBEA a partir do II Fórum de Educação Ambiental³³ e de sua intrínseca ligação com o poder público na organização dos Fóruns de Educação Ambiental. A REBEA, consolidada a partir do III Fórum de

³² Montañó (2010) evidencia que a chamada responsabilidade social não passa de artifício utilizado por empresas para obter vantagens econômicas, seja pela isenção fiscal ou pela melhora da imagem da empresa frente aos consumidores, numa tentativa de escamotear sua ação exploratória do Trabalho e dos recursos naturais.

³³ Matos (2009) em seu trabalho analisa a importância dos Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental, em especial o V, demonstrando a influência destes na constituição do campo da Educação Ambiental no Brasil.

Educação Ambiental, passou a ser responsável pela organização dos Fóruns. Importante frisar que, de acordo com estudo realizado por Labrea (2009), a REBEA, apesar de difundir a ideia de que é uma rede horizontal onde todos podem participar e decidir, na prática vive uma dualidade entre os que aderem à rede sem problematização e os que comandam a rede, decidem por ela. Ao fazer a crítica aos movimentos sociais e sindicatos como formas ultrapassadas de mobilização e organização o grupo denominado de Facilitação Nacional (uma espécie de coordenação da REBEA) escamoteia o debate e institui ao mesmo tempo uma forma própria de organização, mais ligada às lógicas do mercado capitalista e ao Estado. Ou seja, fazer uma opção de não restringir sujeitos de nenhum segmento social, mercado, movimentos sociais ou Estado, contribuiu para que a REBEA se distanciasse cada vez mais das lutas sociais, aderindo a uma lógica pragmática.

No campo dos movimentos sociais a década de 1990 foi especialmente contraditória. Ao passo que as grandes mobilizações urbanas, seja por moradia ou por direitos sociais ligados à prestação de serviços públicos, diminuía, os movimentos sociais do campo ganhavam força de mobilização. Talvez os mais pujantes sejam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ou os que mobilizaram mais pessoas em torno das causas socioambientais. Obviamente não foram os únicos movimentos surgidos ou intensificados neste período³⁴.

Os impactos gerados pela exploração dos recursos naturais e pelo avanço do agronegócio no país acentuaram as massas de despossuídos que se puseram em movimento para cobrar direitos sociais. Esses movimentos deram novo ânimo à contestação do modelo de desenvolvimento baseado na exploração privada dos recursos naturais. A partir disto suas pautas começaram a se contrapor ao padrão dominante de exploração dos recursos naturais tanto na agricultura quanto na geração de energia.

A incorporação das organizações que atuam na sociedade civil como promotoras legítimas de uma EA harmônica nas políticas ambientais pode ser considerada como parte constituinte da mudança proposta pela reforma do Estado brasileiro. Depois de aproximadamente 10 anos de maturação das formas jurídicas adequadas para as organizações que atuam na sociedade civil realizarem parcerias com o Estado a PNEA as incorpora como parte *necessária* para sua implementação (Kaplan & Loureiro, 2010). Cabe ao poder público incentivar a formulação e execução da EA não-formal por parte

³⁴ Movimento dos Pequenos Agricultores, Articulação do Semiárido, movimento quilombola e os diversos movimentos chamados de “novos movimentos sociais”.

destas organizações (Seção III, art. 13º, ponto II da PNEA, LEI N 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999).

Um dos problemas ocasionados por esta forma de implementação da EA é que em sociedades organizadas a partir do modo de produção capitalista as organizações do chamado “terceiro setor” (aparelhos privados de hegemonia) terão mais possibilidades financeiras, e conseqüentemente institucionais, para o desenvolvimento de projetos.

Lamosa (2011) estudou detalhadamente um desses casos: a inserção da EA na rede pública de ensino no município de Teresópolis. No estudo o autor constatou que a maior parte dos projetos de EA desenvolvidos na rede pública são promovidos por empresas. Esta promoção obviamente não é ingênua. Nos temas tratados, por uma questão lógica, as empresas não discutiram temas que enfrentassem diretamente sua ação predatória sobre as condições socioambientais na cidade. Implementam projetos que pretendem gerar uma “conscientização” individual sobre preservação dos recursos naturais. Para as empresas a EA tratada de forma pragmática ou conservadora é instrumental.

A formulação contida na PNEA da necessidade de parceria com as organizações que atuam na sociedade civil tem ampla aceitação entre os que promovem a EA, por uma suposta ineficiência do Estado e por sua essência opressora, ideais centrais do receituário da Reforma Gerencial do Estado brasileiro.

Loureiro (2009b) reforça a necessidade de construção de espaços e mecanismos de controle social do Estado, mas adverte que:

não é o Estado como ente isolado que é fonte de opressão, mas sim este Estado moderno estruturado para atender e reproduzir a sociedade burguesa! Mas o Estado também não é monolítico, materializa, contraditoriamente, relações de força entre agentes sociais, e apresenta-se como aparelho de dominação e estrutura básica de organização da sociedade contemporânea, universalizando, instituindo e legitimando determinadas formas econômicas e culturais produzidas na história. Logo, não pode ser simplesmente negado. Deve ser superado. E para isso é preciso ser exercido o controle social de seus instrumentos para que estes atendam ao interesse público e à construção do bem comum. Do contrário, o mesmo fica sob domínio exclusivo das forças conservadoras que buscam reproduzir a configuração social excludente e autorizar a liberalização da economia para atender aos interesses privados. (pág. 19)

Acontece na EA, como nos demais embates envolvendo a relação entre as organizações que atuam na sociedade civil e o Estado/governo, o que Dagnino (2004) chama de confluência perversa. De um lado a proposta das classes dominantes da necessidade das organizações civis ou do chamado 'terceiro setor' se tornarem mais participativas, colocando-as como fonte do bem comum, em contraposição a um Estado

burocrático e ineficiente. Esta proposta tenta enquadrar a sociedade civil como sinônimo de civilidade, de responsabilidade dos cidadãos, homogeneizando os sujeitos sociais. Do outro a proposta formulada a partir da década de 1980 por movimentos sociais, intelectuais progressistas, no escopo das lutas pela democratização do Estado, que necessita do controle social para que, minimamente, possa servir aos interesses da classe trabalhadora. Esta proposta não se limita à obtenção de direitos civis mas à conquista de direitos sociais, universalizantes (Gohn, 2008).

A falta de rigor no debate teórico - principalmente no que se refere às implicações sociais da adoção de certas premissas na construção de políticas públicas e na prática cotidiana da EA -, a grande ofensiva dos governos neoliberais da década de 1990 na reestruturação do Estado e a cooptação ideológica, exercida sobre as organizações que atuam na sociedade civil, desarmaram os trabalhadores de instrumentos de regulação social sobre as políticas públicas.

Num suposto discurso consensual a hegemonia neoliberal tem dominado as propostas progressistas materializadas pela reforma do Estado e pela adesão cada vez maior destas últimas ao vocabulário e pressupostos epistêmicos da primeira. Na EA o resultado mais aparente foi o fortalecimento das propostas pragmáticas e conservadoras: importa mais o “fazer” como resolução de problemas imediatos do que o “refletir-fazer-lutar-refletir” para atuar nos problemas ambientais de forma que a partir destes possa ser feita uma problematização da sociedade capitalista e construídas políticas e instituições públicas de caráter universal.

Loureiro (2009b) argumenta que o modo conservador e pragmático de entender a EA, em contraposição ao Estado, tem efeitos drásticos para os setores progressistas e movimentos sociais pois

faz com que esta tenha tornado prioridade estratégias e projetos que não fortalecem as instituições públicas. Não é casual que grande parte dos educadores e educadoras ambientais, em 2007, não entrou na discussão do desmembramento do IBAMA e destruição da educação ambiental que existia em sua estrutura organizacional desde 1992. Além disso, o campo passou muito tempo sem discutir porque a estrutura da educação ambiental no MEC e no MMA tem pouquíssimos servidores públicos. (pág. 19)

E continua sua argumentação

O público para se tornar público (e público remete ao que comum, e se é comum é igualitário e universal), exige entender e intervir na correlação de forças que materializam o papel do Estado na garantia do que é universal, igualitário, ou não... ou não, porque ele pode exatamente reproduzir o inverso, por seu caráter

definidor da nação na modernidade – e no caso da sociedade de classes ele atende prioritariamente à reprodução da desigualdade... (pág. 21)

Temas como a governança global, que pressupõe a manutenção do *status quo*, passam a cada vez mais entrar nos debates das organizações comprometidas com um 'capitalismo melhorado', comprometidas com a “domesticação” das lutas sociais para que trabalhadores e patrões “dialoguem” harmonicamente na busca de soluções. É o caso por exemplo da *vitae civilis*³⁵ que assume como sua tarefa primordial “criar uma Sociedade Civil atuante na governança da sustentabilidade socioambiental nas esferas global, nacional e local”³⁶. Também como exemplo temos a Rede RENOVE³⁷ que tem como missão “promover a utilização de energias renováveis para fomentar o desenvolvimento sustentável através da integração com o terceiro setor e com os setores público e privado”, sem problematizar quem são os sujeitos ou corporações beneficiados com as grandes hidrelétricas .

Cada vez mais a luta popular foi perdendo lugar para as soluções técnicas, “ecológicas”, tidas como mais legítimas, como se a técnica fosse neutra, gerando uma crescente despolitização da EA e fortalecendo as propostas pragmáticas e conservadoras.

O caminho tomado pelos movimentos sociais que atuam diretamente com questões relacionadas à exploração de recursos naturais e a direitos dos trabalhadores foi o de criar suas próprias organizações para captação de recursos ou se aliar às ONGs que ainda mantêm o perfil de atuação junto às lutas populares no sentido de fortalecê-las. Mesmo com as contradições geradas pela forte burocratização de alguns militantes que acabam se especializando em “captar recursos” estes movimentos têm conseguido utilizar deste padrão de financiamento para construir a formação política de seus militantes e possibilitar uma intervenção mais qualificada nos espaços de interlocução com o Estado para a formulação de políticas públicas. Um bom exemplo de um espaço de formação política é a Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, que capacita milhares de militantes em temas como a reforma agrária, agroecologia e economia política.

Esta tem sido uma forma encontrada para tentar impor derrotas ao projeto do Capital, ou minimamente dificultar sua implementação. Seja pela intervenção direta nas políticas ambientais dificultando o a expropriação dos recursos naturais por empresas privadas seja pela conquista de direitos sociais para as populações diretamente atingidas.

³⁵ Organização que participa de diversas redes e fóruns na Sociedade Civil e junto aos órgãos públicos e empresas privadas.

³⁶ <http://www.vitae civilis.org.br/> Acesso em 14/03/2012

³⁷ http://www.renove.org.br Acesso em 14/03/2012

Ou ainda nas campanhas desenvolvidas que visam expor o problema ao conjunto da população, afim de “disputá-la” ideologicamente, e fazer enfrentamento direto às atrocidades promovidas pelas empresas, à exploração desenfreada que impõe ao conjunto da sociedade, muitas vezes subsidiadas pelo Estado. Exemplos dessa disputa são as Campanhas desenvolvidas recentemente pelos movimentos sociais e algumas ONGs ambientalistas: Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida; Campanha “O preço da luz é um roubo”; e Campanha Floresta Faz Diferença³⁸. Várias são as iniciativas para pautar na sociedade outro modo de entender a realidade e combater a mercantilização de todos os bens públicos, inclusive o meio ambiente. Estas são fruto do amadurecimento dos movimentos sociais que entendem que precisam ter o apoio ativo do conjunto da população para poder se fortalecer na luta entre as classes, entre os projetos de sociedade, entre as visões de mundo.

Nestes casos, o movimento ambientalista é “empurrado” a aceitar e contribuir com o debate dos movimentos sociais. A própria forma de atuação, o amadurecimento destes movimentos sobre as formas de luta e organização em países com o Estado ampliado, para usar um termo gramsciano, faz com que estes procurem hegemonizar sujeitos e organizações que não necessariamente têm uma base social definida. A organização dos explorados e espoliados para cobrar seus direitos escancara a realidade muitas vezes “esquecida” pelo movimento ambientalista e pelos educadores ambientais, a luta de classes, a desigualdade social.

Assim podemos considerar que o movimento social está à frente de muitas das ONGs e educadores ambientais, pautando a prática destes, cobrando uma efetiva mudança social através da práxis. Abordando este tema Gonçalves (2002 apud Barbosa, 2008) aponta a importância de disputar os rumos do ambientalismo, para que este possa estar vinculado às lutas dos trabalhadores e dos que almeijam a transformação social:

o movimento ecológico, ao contrário dos movimentos operário, camponês, feminista, homossexual e negro, não tem um "corpo" enquanto condição social. Constata que não há para este movimento uma base objetiva, produzida e instituída socialmente através de lutas, o que se constitui em uma diferença significativa, posto que este movimento é mais difuso. No entanto, o que poderia ser prejudicial se torna benéfico: Esse caráter difuso não desqualifica o movimento ecológico. Ao contrário, é a fonte da sua riqueza e dos seus problemas enquanto movimento político e cultural. Ao propugnar outra relação dos homens (sociedade) com a natureza, aqueles que constituem o movimento ecológico estão, na verdade, propondo outro modo de vida, outra cultura. Chocam-se com valores já consagrados pela tradição e que, ao mesmo tempo, perpetuam os problemas que queremos ver superados. (pág. 51)

³⁸ Disponíveis em: www.agrotoxicomata.com.br; www.assembleiapopular.org.br; www.florestafazdiferenca.org.br

O que demonstramos neste item é que na sociedade civil também o conceito e as propostas de EA estão em disputa e sua vinculação com estes ou aqueles atores sociais é condicionante para o desenvolvimento de tais propostas. Obviamente que todas as organizações que atuam com EA na sociedade civil querem construir soluções para problemas socioambientais imediatos, mas, como bem demonstrado por Layrargues (1999), a partir disto pode-se adotar duas abordagens teórico-metodológicas: a resolução de problemas como atividade-fim, na perspectiva dos ecocapitalistas ambientalmente sustentáveis, ou como recurso pedagógico (“tema gerador”) para problematizar a sociedade em que vivemos, numa perspectiva crítica e transformadora, em geral ligadas aos movimentos sociais populares.

CAPÍTULO III

3.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM JOÃO PESSOA: METODOLOGIA DE ANÁLISE DAS AÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES NA SOCIEDADE CIVIL

Em nosso referencial teórico procuramos explicitar que a EA tem sido objeto de disputa nas práticas dos diversos sujeitos e organizações, no plano político e do aparelho de Estado gerando consequências e embates no campo teórico. Também procuramos mostrar a importância das ações educativas para gerar consensos ou explicitar conflitos de interesses na sociedade, entendendo este processo como parte constituinte da forma de “fazer” política nos países de capitalismo desenvolvido. Além de compreender quais os fatores que influenciam na formulação das ações por parte destas organizações e qual a relação que mantêm com movimentos sociais populares, governos ou empresas.

Para atingir os objetivos propostos para a pesquisa utilizamos procedimentos metodológicos com uma abordagem qualitativa, coerentemente com o materialismo histórico dialético que relaciona no real intensidade e atributos, condições objetivas e subjetividade humana. Para tanto, buscamos explorar e descrever ao máximo quantas são e quais as características das organizações que atuam na sociedade civil que desenvolvem ações de EA em João Pessoa - PB. Pela falta de informações sistematizadas sobre estas organizações na cidade foi necessária a realização de entrevistas com roteiro semiestruturado e análise documental de materiais produzidos pelas próprias organizações.

Segundo Triviños (2008) a entrevista semiestruturada é aquela que parte de certos

questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e depois oferece amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que surgem à medida que se recebem as respostas do informante. Dessa maneira, ainda segundo o autor, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Concordamos com Triviños (2008) que a flexibilidade para conduzir o processo de pesquisa deve ser um requisito essencial da mentalidade do investigador. Portanto, para fins de coleta de dados utilizamos a técnica da triangulação descrita pelo autor, que tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto em estudo. Para tal é necessário relacionar os processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social do objeto, os elementos produzidos pelo meio do sujeito/objeto (instrumentos legais e oficiais) e os processos e produtos do próprio sujeito/objeto (documentos).

3.2 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DE JOÃO PESSOA

Para efeito de comparação e compreensão da dimensão dos conflitos ambientais e da inserção do debate da EA e do movimento ambientalista na cidade de João Pessoa acreditamos ser importante situar minimamente alguns aspectos socioambientais da cidade.

A capital paraibana situada no extremo leste do país tem uma área territorial de 211,475 Km² e uma população residente de 723,515 pessoas³⁹. Uma das cinco cidades mais antigas do Brasil, João Pessoa serviu, assim como outras cidades do nordeste, durante muito tempo como fonte de mão-de-obra barata e de matérias primas para a crescente indústria do sudeste (Sposati, 2010). Atualmente a maior parte do seu Produto Interno Bruto (PIB) é proveniente do setor de serviços, seguido da atividade industrial e da agricultura.

É do senso comum afirmar que a capital é a mais verde do Brasil pela grande quantidade de árvores nas vias urbanas e por reservas de Mata Atlântica de até 5,15 Km² como a Área de Proteção Permanente (APP) da Mata do Buraquinho, localizada no centro geográfico da cidade⁴⁰.

³⁹ <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250750#> Acessado em 16/02/2013

⁴⁰ <http://www.ibama.gov.br/noticias-2009/ibama-pb-e-semam-iniciam-o-reflorestamento-de-trecho-da-mata-do-buraquinho> Acessado em 16/02/2013

O movimento ambientalista na cidade apesar de incipiente tem registros de 1973 com a extinta Associação Movimento Ecológico. Alguns conflitos ambientais ganharam especial relevância na cidade nos últimos 30 anos como a luta pela proibição da caça às baleias; a luta pela proibição da construção de edificações com mais 3 andares na zona litorânea da cidade regulamentada pelo artigo 229 da Constituição estadual; a luta antiga e atual pelo esgotamento sanitário para evitar a poluição dos rios; contra o setor da construção civil que a todo o momento procura invadir as APPS; entre outras.

Até 2009 para fins legais a cidade não contava com um zona rural segundo o IBGE pois não havia lei delimitando qual o território rural da cidade. Só com o decreto N.º 6.499, de 20 de março de 2009 consolidando o Plano Diretor do Município é que a pequena zona rural pode ser delimitada equivalendo a menos de 10% do território.

Dos 19 rios contidos na cidade 8 estão poluídos e os outros 11 apresentam qualidade da água muito ruim segundo estudo realizado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)⁴¹. Segundo o estudo a principal causa da poluição dos rios são esgotos clandestinos e efluentes industriais. Recentemente, no início do ano de 2013, um conflito entre o empresário proprietário do Manaíra Shopping e a população da comunidade São José, envolvendo um dos principais rios da cidade, veio à tona. Há denúncias de que, novamente, o Manaíra Shopping está aterrando o rio para expansão da área de estacionamento do empreendimento.

Apesar dos conflitos ambientais constantes o movimento ambientalista e as organizações que atuam na sociedade civil com a temática da EA são poucas e contam com poucos integrantes como veremos mais adiante no trabalho.

3.3 MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES

Num primeiro momento buscamos as fontes já conhecidas e mais prováveis para identificar as organizações que atuam na sociedade civil em João Pessoa. A primeira delas foi a Curadoria das Fundações do Ministério Público (MP) órgão criado para fiscalizar a ação de fundações e associações no estado da Paraíba. Dados os limites legais, já que a Curadoria só fiscaliza associações e Fundações, buscamos também informações de organizações que não se enquadram no perfil de fiscalização do MP junto a órgãos ligados diretamente à gestão ambiental pública como IBAMA e Secretarias Estadual e Municipal de Meio Ambiente. Não foi uma busca simples, dado que não existe

⁴¹ http://www.jornalonorte.com.br/2010/09/23/diaadia9_0.php Acesso em 16/02/2013

em nenhum órgão do poder público um cadastro das organizações que atuam com Educação Ambiental. Os dirigentes de órgãos públicos diretamente ligados à questão ambiental e educacional não forneceram muitas informações, apenas algumas indicações de empresas ou algumas ONGs que poderiam desenvolver alguma atividade relacionada ao meio ambiente. A fonte com mais informações foi a Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN), mais antiga ONG ambientalista do estado, criada em 1978. Foi no diálogo com uma das integrantes da ONG, Socorro Fernandes, que obtivemos mais informações sobre quais as organizações que atuam na sociedade civil com EA em João Pessoa.

MINISTÉRIO PÚBLICO – CURADORIA DAS FUNDAÇÕES

Em 13 de fevereiro de 2006 o MP da Paraíba criou a Curadoria das Fundações, pela procuradora-geral de Justiça, Janete Ismael. A criação da Curadoria se deu em um clima político de desconfiança com relação às entidades já que neste período foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Câmara dos Deputados para fiscalizar a atuação destas. A Curadoria fez um cadastramento de aproximadamente 180 fundações e associações⁴² no ano de 2006. A partir deste cadastramento o MP pode ter uma noção da quantidade de organizações desta natureza que atuam na cidade. Porém estes dados não foram tão úteis para nossos objetivos, visto que não houve nenhum detalhamento por parte do MP destas organizações. O que conseguimos foi uma listagem completa com o nome delas. Uma possibilidade para a pesquisa era de averiguar estatuto por estatuto para saber quais delas tem como missão ou como área de atuação a Educação Ambiental, mas por motivos de falta de tempo isto não foi feito. Cruzando as informações do MP com o levantamento através de outras fontes averiguamos que apenas 1 organização das 12 que desenvolvem algum tipo de ação de Educação Ambiental encontrava-se na listagem fornecida pelo MP.

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Poucos pesquisadores trabalham com o tema da Educação Ambiental na Paraíba. Destes nenhum trabalhou sobre a EA e a sociedade civil. A única autora que pudemos verificar alguma similaridade com nosso tema foi Aurea Carneiro, professora aposentada do curso de Serviço Social da UFPB. A professora apresentou alguns

⁴² As associações são constituídas a partir da vontade de um grupo e as fundações são pessoas jurídicas constituídas com base em um patrimônio por vontade de um instituidor, através de escritura pública ou testamento.

trabalhos em congressos sobre o tema da sociedade civil em João Pessoa, porém nenhum deles foi publicado e não tive acesso aos resumos ou banners, pois não existem no departamento de Serviço Social na UFPB e a professora atualmente mora fora do Brasil. No momento de conclusão do nosso trabalho outra dissertação com tema similar foi apresentada no Programa de Desenvolvimento do Meio Ambiente (PRODEMA) – UFPB. Esta dissertação ainda não foi publicada mas utilizamos alguns dados fornecidos pela autora Vivian Castro.

ORGÃOS GOVERNAMENTAIS

Procuramos os órgãos governamentais que lidam diretamente com meio ambiente e educação para saber se existia algum departamento exclusivo para a EA e se haviam parcerias com alguma organização da sociedade civil para a implementação de projetos.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA): a superintendência do IBAMA na Paraíba não tinha informações sobre as ações de EA em João Pessoa. Segundo o servidor que nos atendeu depois do fim da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM), em 2007, a superintendência não teve mais atuação nem parceiros na área.

Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA): Órgão estadual de gestão ambiental. A SUDEMA possui uma Coordenadoria de Educação Ambiental (CEDA) que tem por finalidade

planejar, executar, coordenar e avaliar as atividades educativas e informativas da política ambiental do Estado, junto aos órgãos governamentais, não governamentais e à população em geral, despertando o interesse e envolvimento para com as questões ambientais, dentro de uma visão política, social, econômica e cultural, que leve à melhoria da qualidade de vida.⁴³

Segundo informações do site da SUDEMA a CEDA também se articula com outras secretarias de estado para desenvolver ações de formação de professores, de limpeza do litoral, realização de seminários, entre outros. Apesar de suas atribuições como coordenação da EA no governo do estado a CEDA também não tinha informações sistematizadas de organizações que atuam na sociedade civil e desenvolvem ações de

⁴³ Fonte: http://www.sudema.pb.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=302&Itemid=100012 acesso em 16/02/2013

EA. A coordenadora de EA, Karina Massei, informou que não existe um cadastro de tais organizações havendo apenas parcerias pontuais da CEDA com ONGs ou com empresas.

Na SUDEMA também é sediado o Conselho de Proteção Ambiental (COPAM), que tem poderes de conselho estadual do meio ambiente de acordo com as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). A participação de organizações que atuam na Sociedade Civil no COPAM se dá através de 1 representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) e 1 representante da Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN) dos 18 assentos do Conselho⁴⁴.

Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM): Secretaria da cidade de João Pessoa responsável pela implementação das políticas públicas para o meio ambiente. A secretaria não dispõe de coordenadoria de EA mas foi criada em 18 de outubro de 2010 o Centro de Estudos e Práticas Ambientais (CEPAM) que é responsável por desenvolver atividades de cunho educativo. O coordenador do CEPAM, Daniel Bandeira, também nos informou da inexistência de um cadastro com as organizações que atuam na sociedade civil e desenvolvem algum tipo de ação de EA. Segundo ele o que ocorre é que pontualmente a CEPAM recebe ofícios solicitando parcerias com empresas, escolas e algumas ONGs, mas nenhuma destas organizações atuam diretamente com EA.

Na SEMAM também é sediado o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) que segundo o Código do Meio Ambiente (Lei Complementar 029/2002 do Estado da Paraíba) é o

colegiado de assessoramento superior, órgão consultivo e deliberativo nas questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e laboral em todo território do Município de João Pessoa, integrante da estrutura administrativa da SEMAM.

Participam do COMAM 3 representantes de organizações que atuam na sociedade civil do total de 16 membros, sendo 1 representante da ABES, 1 representante da Federação Paraibana de Associações Comunitárias – FEPAC e um representante de uma entidade civil ligada ao movimento ecológico⁴⁵.

Secretaria de Educação do Estado (SEE): A SEE dispõe de uma Gerência Operacional de Integração Empresa Comunidade (GOIESC) que é responsável, dentre

⁴⁴ http://www.sudema.pb.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=716&Itemid=100045
acesso em 16/02/2013

⁴⁵ <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/semam/comam/> Acesso em 16/02/2013

outros temas transversais, pela EA. A GOIESC também não tem nenhum cadastro das organizações da sociedade civil que atuam em João Pessoa e nem desenvolve parceria com nenhuma delas mesmo sendo a gerência da SEE responsável por coordenar junto com a SUDEMA a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) da Paraíba, proposta em 2005 na Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA), lei nº 7.718, e instituída por decreto do governador Cássio da Cunha Lima em 2006. Mas já em 2005, quando da sua aprovação, o artigo 30 do PEEA afirma que o mesmo contará com um cadastro “no qual serão registrados os profissionais, instituições governamentais, e entidades da sociedade civil que atuam na área ambiental... e os programas que estejam relacionados à educação ambiental no estado da Paraíba”.

CONVERSA COM INTEGRANTE DA APAN

Procuramos a APAN para um diálogo sobre quais organizações eram parceiras ou conhecidas da entidade e que atuavam ou atuam com EA em João Pessoa. Em uma conversa informal com a presidente da Associação, Socorro Fernandes, obtivemos uma lista com nome de 12 entidades conhecidas e possíveis empresas que desenvolvem ações de formação continuada de seus empregados ou ações educativas para a população em geral. Foi nesta conversa também que obtivemos os contatos destas organizações para poder contatá-las e conhecer seus trabalhos.

3.4 ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NA SOCIEDADE CIVIL E DESENVOLVEM AÇÕES DE EA EM JOÃO PESSOA

Após a busca realizada obtivemos um total de 12 organizações, com ou sem instituição legal, que atuam na cidade de João Pessoa com EA. Abaixo segue uma lista com os nomes de tais organizações:

ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NA SOCIEDADE CIVIL COM EA EM JOÃO PESSOA	
1	ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DE AMIGOS DA NATUREZA (APAN)
2	REDE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (REA PB)
3	AFYA – CENTRO HOLISTICO DA MULHER
4	ORGANIZAÇÃO COMUNITARIA DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE (OCEMA)
5	ASSOCIAÇÃO GUAJIRU: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE
6	ASSEMBLÉIA POPULAR (AP)
7	COLETIVO JOVEM PELO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE (CJ)
8	AMIGOS DAS PRAIAS
9	ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO (EVOT)

Para coleta de dados inicialmente pesquisamos o material produzido pelas próprias organizações (panfletos, cartilhas, jornais, sites, legislação). Como estas fontes não foram suficientes para obter as informações desejadas também realizamos entrevistas com roteiro semiestruturado (APÊNDICE I) com integrantes das organizações⁴⁶ a fim de obtermos mais informações do que as disponibilizadas pelos materiais analisados. A técnica de entrevista semiestruturada apesar de se basear apenas na visão do informante possibilita ao pesquisador construir os dados a partir dos sujeitos envolvidos e valoriza sua presença. Nem sempre a informação emitida pelo sujeito entrevistado é a correta, porém, cabe ao investigador comparar as informações coletadas com outros instrumentos que comprovem a veracidade destas.

A seguir descrevemos cada uma das organizações pesquisadas por ordem cronológica de criação. Elaboramos também um quadro síntese (APÊNDICE II) para facilitar a visualização.

Associação Paraibana de Amigos da Natureza (APAN)

Segundo a integrante entrevistada, Socorro Fernandes, a APAN surgiu em 1978 na cidade de Areia-PB, impulsionada pelo professor da UFPB Lauro Pires Xavier. Apesar de ter surgido no interior a APAN atuou inicialmente com conflitos ambientais na capital paraibana ligados à preservação da vegetação da falésia da praia de Cabo Branco e no combate à caça de baleias no litoral paraibano. De acordo com Socorro o professor Lauro junto com os primeiros integrantes da APAN tinham “uma preocupação muito grande com a cobertura vegetal da cidade de João Pessoa”. A Associação conseguiu bastante

⁴⁶ Não conseguimos contatar a ONG Amigos da Praia e o movimento SOS Rio CUIÁ. As informações obtidas sobre ambos estão em Castro (2013). O Coletivo Jovem de Meio Ambiente enviou as informações solicitadas por e-mail e o movimento Nós Podemos Paraíba também não forneceu as informações até a finalização do trabalho constando apenas as informações buscadas na internet e em publicações oficiais do próprio movimento.

visibilidade na década de 1980 com estas lutas, somadas à luta pela proibição da construção dos chamados “espigões” na orla pessoense, proibidos de acordo com o artigo 229 da Constituição Estadual. Essa visibilidade e reconhecimento público da APAN pode ser notado por esta ser a única entidade ambientalista a ser citada na Constituição Estadual como representante da sociedade no COPAM.

Atualmente a APAN conta com 144 filiados, mas de acordo com Socorro cerca de 25 são atuantes. As ações de EA são voltadas em sua maioria para executar “palestras nas escolas públicas, nas escolas privadas, em associações, em universidades públicas e também privadas. Nós sempre somos chamados pra dar palestras de educação ambiental, principalmente com a *criança*”. A entrevistada afirmou ainda que a Associação busca sempre utilizar o lúdico no processo educativo através de jogos e do teatro. Não foi possível observar nenhuma dessas atividades e não tivemos acesso ao material de registro das mesmas.

Outra ação que podemos considerar como educativa é a mobilização de outras entidades, movimentos sociais e população em geral em defesa da preservação ambiental da Área de Proteção Ambiental (APA) de Tambaba⁴⁷. Encontra-se em processo de licitação na SUDEMA um empreendimento imobiliário denominado Complexo “Eco-turístico” Reserva de Garaú, que segundo nota da APAN será “constituído de 04 resorts, 03 condomínios, áreas comerciais e campo de golfe, que, se construído, ocupará todo o loteamento Barra de Jacumã/Tambaba de aproximadamente 238 hectares, que concentra a maior área contínua de Mata Atlântica da APA Tambaba”⁴⁸. O empreendimento é de propriedade da Lord Negócios Imobiliários⁴⁹. A APAN junto com outras organizações faz campanhas virtuais⁵⁰ com o intuito de combater a especulação imobiliária na área e garantir a função social da APA para todos. Apesar da APA Tambaba estar localizada no município do Conde, vizinho a João Pessoa, as ações de sensibilização e mobilização têm foco com os moradores da capital e frequentadores da praia.

A Associação é registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), registro necessário para receber recursos de entidades de fomento. Contudo a APAN não

⁴⁷ A Área de Proteção Ambiental (APA) de Tambaba foi criada em 25 de Março de 2002 através do Decreto Estadual nº 22.882, englobando uma área de 3.270 hectares. Em agosto de 2005, através do Decreto nº 26.296 a área de abrangência da APA foi ampliada para 11.320 hectares.

⁴⁸ <http://ronilsonpaz.blogspot.com.br/2013/01/apan-convida-interessados-para-defender.html> Acesso em 16/02/2013

⁴⁹ Vídeo com propaganda do empreendimento http://www.youtube.com/watch?v=uxFyERKtgKg&feature=player_embedded#at=87 Acesso em 16/02/2013

⁵⁰ Vide perfil social da APAN na rede facebook <https://www.facebook.com/apan.pessoa?fref=ts> Acesso em 16/02/2013

conta com financiamento externo para suas atividades no momento. Todas as atividades são realizadas com contribuição financeira voluntária dos associados. Socorro informou que

nunca houve projetos [de financiamento] dessas empresas grandes como a Petrobras, apesar de tentar sempre. É muito interessante isso: terceiro ano consecutivo que a Petrobras nos convida para participar daquele programa ambiental que eles desenvolvem, mas a gente se recusa pois está dentro da lógica da entidade não receber recursos de quem degrada, de quem polui.

Ainda segundo a integrante da Associação em outros momentos a entidade já recebeu apoio pontual de alguns bancos e secretarias estadual e municipal de meio ambiente para impressão de panfletos para campanhas educativas para recuperação de rios poluídos. Pelas dificuldades financeiras a APAN não tem sede própria.

Rede de Educação Ambiental – Paraíba (REA-PB)

A REA surgiu em 1997 após a 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental, realizada em Brasília. Segundo Vitória Abrão, integrante da REA-PB, esta surgiu como um “acordo de cooperação interinstitucional com uma configuração apenas governamental” para a construção da PEEA na Paraíba. A REA-PB foi motivada pela experiência bem sucedida de redes de EA em outros estados, principalmente de Sergipe.

A Rede, segundo Vitória, possui cerca de 6 mil membros. Por sua característica de rede o grupo facilitador contabiliza como membros todos aqueles que de alguma maneira já participaram de encontros da REA-PB. Assim os integrantes de outras ONGs como a GUAJIRU também são considerados membros.

Apesar da REA-PB ter surgido como uma rede governamental ao longo de sua história, de acordo com Vitória, perdeu esse caráter agregando ativistas do ambientalismo, educadores, funcionários do governo e quem mais estivesse interessado em contribuir. Suas ações giram em torno da organização de encontros de educadores ambientais no estado, a confecção de um jornal intitulado de REAÇÃO, cuja periodicidade não é constante, e formações pontuais para instituições que a convidam.

O financiamento das atividades é feito por meio de patrocínios pontuais para cada uma das atividades. Segundo Vitória “depende da comissão organizadora de cada atividade. Sempre são pessoas diferentes que buscam recursos em locais diferentes”. Mas a integrante afirma que os diferentes entes governamentais são os mais procurados para solicitar contribuições financeiras. Atualmente a REA-PB tem uma sala no prédio da reitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

AFYA – Centro Holístico da Mulher

A AFYA surgiu em 1998 com o objetivo de trabalhar com a saúde da mulher, relacionando de maneira holística saúde, alimentação e meio ambiente segundo a integrante Geysi Anne Fellipe.

Conta com 10 integrantes atualmente que trabalham de maneira cooperativada. Apesar de ser uma ONG a AFYA oferece alguns serviços à população como forma de auto sustentação: cursos, consultas terapêuticas, massagens, entre outros. O trabalho voltado para a EA é realizado no bairro da sede da organização, Alto do Mateus. A sede da AFYA foi doada pela entidade missionária vinculada à igreja católica chamada Maryknoll⁵¹.

A ações de EA desenvolvidas pela AFYA dizem respeito a “segurança alimentar e preservação do meio ambiente” segundo Geysi. Atividades de sensibilização para a necessidade do descarte correto de resíduos sólidos, para a criação de hortas nas residências são alguns exemplos do trabalho desenvolvido. A principal atividade segundo Geysi é a caminhada “lixo no lixo” desenvolvida junto com as escolas públicas do bairro para que os alunos recolham e separem todo o lixo encontrado nas ruas do bairro. Está em processo de elaboração um projeto para construir uma horta comunitária para trabalhar a EA no bairro.

No momento a AFYA conta com financiamento apenas dos serviços oferecidos em sua sede mas já houve projetos financiados pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)⁵². Mesmo tendo CNPJ, afirma Geysi,

“A ONG se auto sustenta através das contribuições financeiras das pessoas que participam aqui das terapias. Elas colaboram com o que puder. Nós aqui não nos pautamos pelo dinheiro em si, apesar de saber da [sua] importância para manutenção [da ONG]. Nós aqui trabalhamos com a filosofia que se você não pode contribuir com o dinheiro mas você pode ser voluntario”.

Além disso a AFYA conta com o apoio financeiro, sem necessidade de projeto ou participação em editais, da Maryknoll. De acordo com Geysi isto acontece pois uma das coordenadoras da AFYA fez parte da entidade religiosa.

⁵¹ Organização missionária de leigos que realiza ações sociais nos países subdesenvolvidos. <http://www.maryknollaymissioners.org/> Acesso em 16/02/2013.

⁵² <http://www.cese.org.br/site/> Acesso em 16/02/2013.

Os principais parceiros da ONG são outras ONGs ligadas ao movimento feminista em João Pessoa, a maçonaria Vida Nova, o sindicato dos terapeutas holísticos e Secretaria de Mulheres da prefeitura de João Pessoa.

Organização Comunitária de Educação e Meio Ambiente (OCEMA)

A OCEMA surgiu em 1999, na comunidade Monsenhor Magno (conhecida popularmente como muçumagro) região sul da cidade. Segundo Antônia, integrante entrevistada, a organização surgiu por necessidade dos moradores de realizar atividades integrativas na comunidade como “natal sem fome, oficinas de capoeira e a limpeza da beira de praia”. Inicialmente a limpeza das praias de Gramame e praia do Sol, localizadas na região rural da cidade, era feita em parceria com a associação de pescadores visando sensibilizar a população sobre o descarte de resíduos em locais adequados.

Atualmente a OCEMA atua no bairro Cidade Verde, região sul da cidade, e conta com aproximadamente 10 integrantes. Segundo Antônia a organização passou por dois momentos, o primeiro ainda na comunidade Monsenhor Magno e o atual. A mudança de local de atuação se deu pela mudança de local de moradia de seus integrantes.

Continua desenvolvendo ações educativas relativas ao descarte de resíduos sólidos, agora motivadas pelo descarte incorreto destes nas reservas de Mata Atlântica do bairro Cidade Verde. Nas palavras de Antônia “é grande demais [a quantidade de lixo], é grande. Principalmente nessa região [de] mata. É lixo, é sofá, é guarda-roupa, é vaso sanitário. É tudo que você imaginar.” Por isso uma das ações de EA da OCEMA é a realização de oficinas de confecção de artesanato com materiais reutilizados visando a sensibilização da comunidade.

Outro problema de cunho socioambiental envolvendo as áreas de Mata Atlântica do bairro está relacionado à ocupação pela população para fins de habitação. Além de acionar o poder público para tomar providências a OCEMA realizou algumas campanhas de plantio de mudas para arborizar o bairro. Neste sentido, a organização, em conjunto com a APAN, já realizou algumas atividades cobrando da prefeitura municipal agilidade na criação do horto florestal do Cidade Verde, projeto proposto pela prefeitura e ainda não realizado.

A principal fonte de financiamento da entidade são as contribuições voluntárias de seus associados. Por dificuldades financeiras e organizativas não têm uma sede própria, apontado como uma das dificuldades de existência da ONG. Nunca escreveram projetos para concorrer a editais de financiamento, apesar da OCEMA ser cadastrada no CNPJ.

Antônia indicou que os principais parceiros da OCEMA são outras ONGs ambientalistas, como APAN e a Associação Guajiru.

Associação GUAJIRU: Ciência, Educação e Meio Ambiente (GUAJIRU)

Criada em 2002 a GUAJIRU é uma ONG que atua, principalmente, nas praias urbanas dos municípios de João Pessoa e Cabedelo. Sua principal atuação é com o Projeto Tartarugas Urbanas (PTU), motivo de criação da ONG. As atividades do PTU relacionam-se com a proteção e manejo dos ninhos de tartaruga marinha⁵³. Assim, faz parte do PTU a sensibilização da população para importância da preservação dos ninhos para a sobrevivência das tartarugas. Segundo Rita Mascarenhas, integrante da ONG, os principais conflitos ambientais que motivaram a criação da ONG foi o “roubo de ovos, carros na areia da praia... motos, lixo – que ainda é um problema grande. Esses são os principais conflitos”.

No momento a GUAJIRU conta com 10 integrantes. O número de integrantes é rotativo pois a ONG recebe estudantes voluntários que desejem conhecer um pouco mais ou pesquisar as tartarugas marinhas. A própria ONG realiza inscrições anuais para cadastro de voluntários. Segundo Rita já passaram pela GUAJIRU cerca de 150 voluntários durante os 11 anos de existência.

Atualmente as atividades de EA desenvolvidas pela GUAJIRU são palestras ministradas de segunda a quarta-feira pela manhã para turistas e visitas guiadas para escolas públicas e particulares. Estas palestras são realizadas no Bar do Surfista na praia de Intermares, sede improvisada da ONG. Por falta de recursos a GUAJIRU não tem sede própria.

O financiamento da entidade se dá basicamente por contribuições individuais voluntárias⁵⁴ e pela adoção simbólica dos ninhos de tartaruga onde perante contribuição financeira o doador adota um ninho e recebe informações sobre seu desenvolvimento. Além disso, a ONG mantém uma loja onde vende produtos como camisetas, adesivos e outros para sua auto sustentação. A ONG possui CNPJ e segundo Rita já recebeu “durante 2 anos apoio da ENERGISA⁵⁵, mas depois parou. Ela [ENERGISA] repassava o dinheiro e a gente se virava”. Um dos principais motivos da falta de financiamento

⁵³ Apesar de urbanizadas as praias do litoral pessoense mantiveram-se como área de desova das tartarugas marinhas, principalmente da tartaruga de pente (*Eretmochelys imbricata*).

⁵⁴ Não conseguimos identificar na entrevista se há empresas que apoiam o projeto, porém no site <http://www.guajiru.com.br/> há uma divulgação de pequenos empreendimentos que apoiam a ONG. Acesso em 16/02/2013.

⁵⁵ Distribuidora de energia elétrica da Paraíba, ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.

segundo Rita é a falta de uma sede própria para a ONG.

A GUAJIRU faz parte da rede de ONGs da Mata Atlântica e seus principais parceiros na cidade são as outras ONGs ambientalistas.

Assembleia Popular (AP)

A Assembleia Popular surgiu enquanto movimento organizado em 2005 mas segundo Gleysson Ricardo, integrante da AP na Paraíba, “ela é fruto de todo acúmulo e continuidade da campanha contra a ALCA⁵⁶, em 2002”. A AP é um movimento social que congrega vários outros movimentos e sindicatos. Funciona como uma articulação de movimentos que lutam por causas comuns. Segundo Gleysson a AP surgiu pela “necessidade de ter um processo de organização contínua e articular as forças sociais pra fazer lutas unitárias”.

A organização participa ativamente dos debates e ações sobre questões ambientais nacionais com implicações locais como o debate sobre o modelo energético, a luta contra os organismos transgênicos e contra a utilização de agrotóxicos na produção de alimentos e o debate sobre as alterações no Código Florestal Brasileiro. Nos conflitos ambientais locais a AP tem atuação na luta pela demarcação de terras indígenas na região metropolitana de João Pessoa e contra a instalação da fábrica de cimento CIMPOR⁵⁷ nesta área. Recentemente, no ano de 2012, a AP junto com outras organizações, parlamentares e moradores do bairro São José⁵⁸ protagonizaram uma luta contra o aterramento do Rio Jaguaribe. As formas de atuação variam, vão desde campanhas virtuais a passeatas.

Tem cerca de 25 integrantes que coordenam o movimento mas segundo Gleysson “esse número cresce quando nos envolvemos em campanhas e lutas específicas ao longo do ano como no caso do Grito dos Excluídos⁵⁹”.

A sustentação financeira segundo Gleysson “vem basicamente de doações dos sindicatos que apoiam as lutas, às vezes conseguimos projetos com entidades financiadoras mas é mais raro”. A AP não tem CNPJ próprio e quando necessário utiliza o

⁵⁶ Campanha realizada por movimentos sociais brasileiros contra a proposta de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) proposta pelo governo estadunidense. Houve uma mobilização continental na América Latina contra essa proposta.

⁵⁷ A CIMPOR é a maior indústria de cimento da região nordeste. De capital transnacional a empresa é uma das mais degradadoras da natureza, explorando os recursos naturais da cidade. Para compensar seus impactos e melhorar sua imagem perante a população a CIMPOR desenvolve o programa CIMPOR Sustentabilidade. <http://www.cimporsustentabilidade.com.br/> Acesso em 16/02/2013.

⁵⁸ Bairro localizado à beira do rio Jaguaribe. É uma comunidade pobre que fica ao lado do maior shopping center da cidade.

⁵⁹ Manifestação anual organizada por movimentos sociais ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e pastorais sociais da igreja católica

de alguma das entidades e movimentos que a compõem.

Os principais parceiros de acordo com Gleysson são

os movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), entre outros; os mandatos parlamentares do deputado federal Luiz Couto (PT⁶⁰) e do deputado estadual Frei Anastácio (PT); algumas ONGs ambientalistas como a APAN; movimentos de juventude como o Levante Popular da Juventude e o coletivo de estudantes de direito DESENTOCA; dentre outros.

Coletivo Jovem de Meio Ambiente da Paraíba (CJ - PB)

O Coletivo Jovem de Meio Ambiente da Paraíba (CJ - PB) foi criado em 2003, durante a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJ), promovida pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Educação (MEC). Os CJs fazem parte da PNEA e têm o objetivo de fomentar grupos de jovens que discutam e atuem em torno da construção de políticas voltadas para o meio ambiente e para juventude.

Segundo Larissa Albuquerque, integrante do CJ-PB, a motivação para criar a organização foi de fortalecer os grupos de jovens formados durante os processos de conferências de meio ambiente e mobilizar novos jovens. Ela explica que o objetivo não é atuar em temáticas específicas mas sim no “desenvolvimento de ações que busquem a mobilização social e fomentem a participação dos jovens nas discussões ambientais, seja devido a um conflito, ou mesmo pela ideia de participação popular”. Neste sentido o CJ procura atuar em parceria com as organizações ambientalistas e com os órgãos governamentais.

O CJ-PB conta atualmente com 10 integrantes que participam e constroem as conferências governamentais de meio ambiente, juventudes e diversas outras conferências relacionadas a estes temas. Promove também palestras, seminários e participa de caminhadas ecológicas, etc.

A organização é financiada principalmente por contribuição voluntária dos integrantes e não possui CNPJ por opção mas segundo Larissa “para as atividades específicas buscamos apoio dos gestores públicos, de empresas locais, bem como de linhas de financiamento que possibilitam a participação do Coletivo, o que não são muitas”. Os principais parceiros são a SEMAM, PMJP, SUDEMA, UFPB, REA-PB,

⁶⁰ Partido dos Trabalhadores

REBEA, Ministério da Educação (MEC), MMA, Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA).

Associação Amigos da Praia

De acordo com Castro (2013) a associação foi criada em 2003 por um grupo de amigos esportistas e profissionais liberais que se uniram para preservar as praias urbanas de João Pessoa, local onde cresceram e praticavam esportes. Por perceber o impacto da ação antrópica, principalmente a deposição de lixo na areia, resolveram praticar ações de limpeza das praias.

Inicialmente conseguiram uma sede no Centro Turístico de Tambaú, o que indica que tinham uma parceria com a Secretaria de Turismo da capital. Além das ações de limpeza da orla realizaram alguns campeonatos de futebol de areia conhecidos como “Pelada de Manaíra”⁶¹ com apoio do Manaíra Shopping, empreendimento conhecido por aterrar o rio Jaguaribe.

Por não conseguir entrevistar algum dos integrantes da organização não sabemos ao certo o número de pessoas que compõe a Amigos da Praia. Mas de acordo com Castro (2013) a partir de 2006 por falta de pessoas para continuar as atividades da ONG esta fechou sua sede e agora atua apenas em conselhos e conferências para a construção de políticas públicas.

Escola Viva Olho do Tempo (EVOT)

A EVOT foi criada em 2004 pelos integrantes da Congregação Holística da Paraíba, grupo que se reunia desde 1998 para discutir a filosofia holística. Um dos principais motivos de sua criação foi a necessidade de trabalhar junto às comunidades da zona rural de João Pessoa (Gramame, Mítuaçu e Engenho Velho) para a preservação dos 8 olhos d'água existentes na região com foco na educação de crianças e adolescentes das próprias comunidades⁶².

Segundo Raquel e Ivanildo, integrantes da EVOT, o principal conflito ambiental enfrentado na região é a poluição do rio Gramame⁶³ provocado principalmente pelas empresas Coteminas, Compel e a Giasa⁶⁴ situadas no polo industrial da cidade. Tais

⁶¹ <http://www.soesporte.com.br/admin/modules/noticia/?id=30728> Acesso em 16/02/2013

⁶² De acordo com trabalho disponibilizado pelo site:

<http://ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/da45fa06021bb66a0789978733de2d5c.pdf>

⁶³ O rio Gramame é a principal fonte de abastecimento de água da capital paraibana, sendo responsável por 70% do total da água consumida no município segundo Nunes & Garcia (2012).

⁶⁴ As empresas trabalham, respectivamente nos ramos da tecelagem, produção de papel e no ramo

empresas descartam ilegalmente seus resíduos no leito do rio prejudicando as atividades econômicas (pesca) e a saúde da população ribeirinha⁶⁵. Após denúncia da APAN ao Ministério Público (MP) as empresas foram obrigadas a financiar um estudo sobre a poluição e os prováveis efeitos da degradação sobre os ecossistemas e as comunidades⁶⁶.

Atualmente a EVOT desenvolve o projeto Ecoeducação que visa sensibilizar as crianças e adolescentes das comunidades para a questão ambiental e a preservação e revitalização do rio Gramame. Além disso, são realizadas trilhas ecológicas para toda a população além de oferecidos serviços de trilha para escolas que requisitarem. É uma das entidades que compõe a Agenda 21⁶⁷ na cidade de João Pessoa, fazendo parte do Grupo de Trabalho de Recursos Hídricos.

São ao todo 56 integrantes na organização, sendo 5 funcionários, 38 voluntários permanentes e eventuais e 13 trabalhadores autônomos⁶⁸. A EVOT desde sua criação é uma OSCIP, o que permite que esta acesse os editais de financiamento abertos por qualquer esfera governamental, sendo esta uma das principais formas de financiamento da entidade. A origem de 70% dos recursos da entidade é proveniente de origem privada (doações e parcerias com empresas e entidades privadas) de acordo com o Cadastro Nacional de Entidades (CNEs) do Ministério da Justiça (MJ) para o ano referência de 2010. A EVOT possui sede própria adquirida com recursos oriundos de suas integrantes e movimentou em 2010 aproximadamente 350 mil reais. Toda a movimentação financeira pode ser acompanhada pelo site do MJ.

Segundo Raquel o planejamento das ações da EVOT é feito levando em consideração os editais de financiamento. A entidade atualmente conta com projetos apoiados pelo Criança Esperança e do Fundo Itaú Excelência Social (FIES). Recebe também contribuições mensais de parceiros da iniciativa privada como da Faculdade de Enfermagem e Medicina Nova Esperança (FACENE/FAMENE), do Serviço Social do Comercio (SESC) e da Gráfica Santa Maria. Ainda de acordo com Raquel os governos

sucroalcooleiro.

⁶⁵ De acordo com reportagem do Correio da Paraíba - Luiz Carlos Lima - 23.08.2009 disponível em http://www.espacoecologiconoar.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=11242&Itemid=1 Acesso em 16/02/2013

⁶⁶ De acordo com SANTOS, J. Ministério Público autua empresas poluidoras. Jornal da Paraíba, Paraíba, 21 mar. 2010. Caderno Economia, p. 14.

⁶⁷ A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. (<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>)

⁶⁸ Informação obtida no site <http://portal.mj.gov.br/CNEsPublico/relatorioCNEs/84890/RelatorioCircunstanciado.html> Acesso em 16/02/2013.

estadual e municipal são parceiros importantes na implementação e desenvolvimento das atividades.

Movimento SOS Rio Cuiá

O movimento surgiu em 2004 por iniciativa de um grupo de moradores da comunidade Santa Bárbara que tinham como principal atividade econômica a pesca no rio, de acordo com Castro (2013). Com a pesca prejudicada pelo aumento da poluição do rio o grupo organizou o movimento para trabalhar a sensibilização ambiental para evitar a deposição de lixo doméstico no Cuiá.

Também não conseguimos entrar em contato com integrantes do movimento mas de acordo com Castro (2013) este realiza ações de plantios de mudas nativas na região de mata ciliar e no leito do rio e promove oficinas de EA com a comunidade.

Em 2012 o movimento se tornou uma associação e agora possui CNPJ. Segundo Castro (idem) esta legalização ocorreu para que o movimento possa ter acesso a recursos públicos para implementar suas ações.

Associação de Proteção Animal Amigo Bicho (APAAB)

A APAAB foi criada em 2006 com o objetivo, segundo a integrante Maribel, de sensibilizar a população pessoense sobre o cuidado com animais domésticos principalmente em relação a “guarda responsável, maus tratos e a esterilização para controle populacional”. Para a integrante muitas pessoas falam que o ser humano faz parte da natureza mas esquecem de que os animais de estimação também fazem parte da natureza e é necessário cuidado. Maribel ainda relatou que antes da APAAB não existia nenhuma ONG que atuasse na proteção dos animais domésticos.

A APAAB conta atualmente com 40 integrantes, sendo 8 mais atuantes e 32 colaboradores financeiros. A ONG tem como única fonte de financiamento a contribuição voluntária e nunca obteve recursos oriundos de editais, apesar de possuir CNPJ. Maribel informou que a APAAB está “colocando tudo em dia pra tentar ser OSCIP, pra receber recursos governamentais e já demos entrada na Câmara de vereadores para pedir [o título de] utilidade pública pra gente poder participar de projetos maiores”. Não possui sede própria sendo uma das principais dificuldades a falta de um abrigo para animais abandonados.

A principal ação educativa realizada pela entidade é a feira de adoção de animais onde entregam panfletos informativos à população. Também realizam campanhas de

doação pela rede virtual Facebook. Os principais parceiros da APAAB são as demais ONGs ambientalistas e 3 novas ONGs de proteção animal criadas recentemente: Ação Animal, Adota JP e PROFELINOS⁶⁹.

Movimento Nós Podemos Paraíba (NÓS PODEMOS)

Segundo o site do próprio movimento nacional este

Foi criado em 2004 para conscientizar e mobilizar a sociedade civil e os governos para o alcance, até 2015, dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos em 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU) em conjunto com 191 países, inclusive o Brasil.⁷⁰

Diferente das demais organizações pesquisadas o NÓS PODEMOS é composto tanto por empresas quanto por governos e organizações que atuam na sociedade civil. Sob o argumento de que todos estes devem estar unidos para alcançar os ODM a organização afirma que serve para mobilizar toda a sociedade em torno de temas comuns. É uma organização que se articula nacionalmente e tem representantes em cada estado da federação. Na Paraíba o NÓS PODEMOS foi criado em 2009 com 23 organizações participantes⁷¹.

De acordo com o site do ODM⁷² os principais problemas ambientais em João Pessoa são poluição da água e do ar, desmatamento e degradação de áreas protegidas e contaminação do solo. O NÓS PODEMOS em seu informativo número 1 aponta 7 objetivos para a população de João Pessoa alcançar a fim de sanar seus problemas ambientais⁷³. Todos os objetivos referem-se a mudanças de comportamentos individuais e coletivos para obtermos as mudanças necessárias na cidade.

Em 2012 a organização contava com cerca de 53 associados entre empresas privadas dos mais diversos ramos, prefeituras de diversas cidades, governo do estado e outras organizações que atuam na sociedade civil⁷⁴. A secretária executiva do NÓS PODEMOS, Beatriz Ribeiro, é também presidente da Fundação Solidariedade, organização criada pelo Sistema Correio de Comunicação. Beatriz também exerce o

⁶⁹ Não houve tempo hábil para contarmos tais ONGs e segundo a integrante da APAAB estas estão ainda em processo de estruturação.

⁷⁰ <http://www.nospodemos.org.br/o-movimento>

⁷¹ http://www.portalodm.com.br/noticias.php?id_noticia=144 Acesso em 16/02/2013.

⁷² <http://www.portalodm.com.br/relatorios/7-qualidade-de-vida-e-respeito-ao-meio-ambiente/pb/joao-pessoa>

⁷³ Revista Nós Podemos Paraíba, João pessoa, 10 de maio de 2012. ano I n^o 1

⁷⁴ <http://200.181.15.74/noticias-detahes/45/procuradoria-geral-de-justica-passa-a-coordenacao-do-nos-podemos-pb> Acesso em 16/02/2013

cargo de Diretora Executiva do Sistema Correio de Comunicação. A sede do NÓS PODEMOS funciona na sede do Sistema Correio depois de ter passado um período na sede do instituto UniGente, um de seus associados.

As ações desenvolvidas pela organização dizem respeito à sensibilização da população para mudanças de comportamentos em relação ao meio ambiente. Para isso promovem palestras, workshops, concursos, e atividades em parceria com empresas associadas como a Empresa de Correios e Telégrafos que lançou uma coleção de selos postais com os 8 objetivos defendidos pela organização⁷⁵. Além disso, o NÓS PODEMOS realizou um concurso de redação em escolas com os temas defendidos pela organização⁷⁶. Ainda no âmbito da comunicação escrita a organização conta com o associado e fundador Sistema Correio de Comunicação que sede espaço em seus meios de comunicação escrita para a divulgação das ideias do NÓS PODEMOS⁷⁷.

Não foi possível averiguar as fontes de recursos financeiros do NÓS PODEMOS já que estas não estão discriminadas em seu site mas pelo fato de ser composto por entes governamentais e empresas privadas acreditamos que a organização se mantém por contribuição destes associados e por isenção fiscal concedida pelo Estado.

3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE EA E SOBRE AS ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NA SOCIEDADE CIVIL EM JOÃO PESSOA

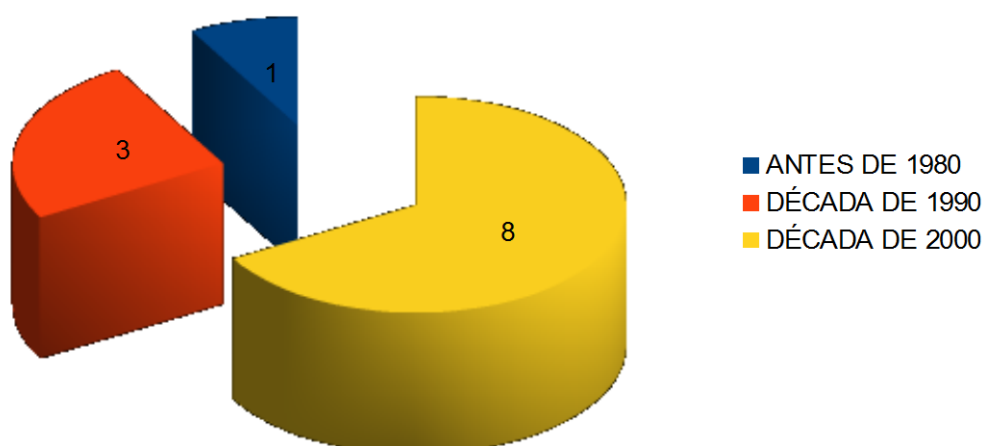
Ao concluirmos a fase exploratória da pesquisa averiguamos ser pequeno o número de organizações que atuam na sociedade civil e desenvolvem ações de EA em João Pessoa. Das 12 organizações pesquisadas 11 foram criadas nos últimos 16 anos, a partir de 1997. Apenas a APAN data de um período anterior, período ainda referente às primeiras organizações na sociedade civil ligadas ao ambientalismo. O aparecimento da maioria das organizações num mesmo período histórico nos indica a maior relevância que foi atribuída a este tipo de organização neste período. Também foram criadas neste intervalo de tempo a PNEA, ProNEA e PEEA, com ênfase na articulação entre o poder público e organizações que atuam na sociedade civil.

⁷⁵ <http://www.nospodemos.org.br/noticias/detalhe/399/movimento-nos-podemos-paraiba-e-correios-lancam-selo-com-icone-dos-odm> Acesso em 16/02/2013

⁷⁶ <http://www.nospodemos.org.br/noticias/detalhe/39/nos-podemos-pb-lanca-movimento-jovem-e-premio-durante-seminario-estadual> Acesso em 16/02/2013

⁷⁷ Como exemplo temos o caderno especial do jornal Correio da Paraíba de 01/01/2011 dedicado a publicizar as ideias e ações do NÓS PODEMOS PB.

PERÍODO DE CRIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES



Como já citado não consta nos órgãos governamentais responsáveis pela política ambiental (SUDEMA e SEMAN) nem nos órgãos responsáveis pela política educacional (SEE) um cadastro das organizações que atuam com EA em João Pessoa e na Paraíba, apesar da PEEA desde 2005 já indicar a construção deste:

Art. 30 – A Política Estadual de Educação Ambiental contará com um Cadastro Estadual de Educação Ambiental, no qual serão registrados os profissionais, instituições governamentais e entidades da sociedade civil que atuam na área ambiental, assim como as experiências, os projetos e os programas que estejam relacionados à educação ambiental do Estado da Paraíba.

Na PEEA também está prevista a criação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) a ser composta por representantes dos “órgãos de Meio Ambiente, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Saúde, Trabalho, universidades, da Assembleia Legislativa, e de representantes de organizações não-governamentais...”. A criação da CIEA é de responsabilidade da SEE e SUDEMA, porém em 2004 quando da realização da Consulta Pública do ProNEA por parte do Órgão Gestor (OG) da PNEA constatou-se na Paraíba uma comissão pró-CIEA formada

pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, de Educação e de Saúde, IBAMA, FUNAI, Ongs, UFPB, UEPB, Rede Paraibana de EA, SINEPE, Coletivo Jovem, Polícia Militar Florestal, Fundação Bradesco, CEFET, SUDEMA. Como responsáveis estão a Secretaria Estadual de Educação e a SEMARH.⁷⁸

A CIEA até a presente data, 2013, não foi criada sendo a Paraíba o único estado do nordeste a não possuir uma CIEA. No documento do MMA não fica claro quais “ONGs” participaram desta comissão pró-CIEA. Mesmo com o período de surgimento (1997 a 2006) de 10 das 12 organizações pesquisadas coincidindo com o período de publicação

⁷⁸ Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/eaufs/> Acesso em 16/02/2013

da PNEA e PEEA a pouca articulação entre poder público e organizações na sociedade civil que atuam com EA em João Pessoa nos indica que o surgimento destas organizações se deu de maneira independente do incentivo governamental. Muitos são os fatores que influenciaram o surgimento de tais organizações, como a ECO 92, o acirramento dos problemas ambientais na cidade gerando conflitos de interesses demandando uma maior organização dos cidadãos, entre outros. Mas o fato é que o instituído legalmente funciona paralelamente a tais acontecimentos e mobilizações aparentando uma falta de projeto ou uma inércia funcional à manutenção da ordem estabelecida por parte dos governos.

Com relação à quantidade de membros em cada organização o número é bastante variado, possuindo de 10 até 6000 membros. Isto ocorre pois não há um critério comum para definir quem é e quem não é membro de cada uma das organizações. Um caso que exemplifica bem isto é a quantidade de membros da OCEMA e da REA-PB: enquanto a primeira afirma possuir 10 membros a segunda afirma possuir 6000. Essa discrepância se dá uma vez que a REA-PB considera membros todos aqueles que de alguma forma já participaram de seus encontros ou contribuíram com suas atividades. Esse número poderia ser o mesmo para a OCEMA se esta contabilizasse como membros todos os moradores do bairro que já participaram das suas atividades. O que nos parece mais plausível é considerar uma variação entre 10 e 40 membros já que em todas as organizações existe um grupo menor que coordena as ações e pensa de forma mais permanente a continuidade da organização. A composição destas organizações não foi analisada de maneira mais profunda mas os dados obtidos nas entrevistas e materiais pesquisados nos mostram que há pelo menos 3 padrões de composição: I – presença de membros ligados a empresas e governos ; II – integrantes exclusivos que só atuam na organização; III – integrantes ligados a organizações de classe e a outros movimentos sociais.

Estas diferentes formas de composição das organizações corroboram com a argumentação de Montaño (2010) de que não existe um “terceiro setor” na sociedade, capaz de regular a ação do Estado e do mercado capitalista já que as organizações têm tanto integrantes dos governos, dos movimentos populares e das empresas. As organizações que atuam na sociedade civil reproduzem o conflito de interesses posto entre as diferentes classes e frações de classe na sociedade. Obviamente que cumprem um papel de fiscalizar, levar as tensões existentes nos conflitos ambientais para a esfera do Estado através de seus conselhos. Mas esta função é diferente de afirmar que nas

organizações que atuam na sociedade civil o consenso e objetivos comuns são predominantes.

Um exemplo é o caso da composição do movimento NÓS PODEMOS Paraíba. Ele é singular dentre os demais pois se trata de uma articulação de setores empresariais e governamentais que constroem o movimento, não sendo a vontade dos indivíduos que define sua participação e interesses em disputa e sim de suas respectivas empresas e órgãos governamentais. Mais adiante analisaremos detalhadamente a composição deste movimento e suas possíveis intencionalidades políticas.

São poucos os projetos contínuos de EA na capital paraibana. Os que apresentam alguma periodicidade são os desenvolvidos pela EVOT e pela GUAJIRU. As demais organizações desenvolvem a EA através de ações pontuais em torno de temas específicos como sensibilização para mudança de comportamento em relação à natureza e aos problemas ambientais ou mobilizações e campanhas em torno de conflitos ambientais. Utilizamos aqui uma distinção entre problema e conflito ambiental feita por Carvalho & Scotto (1995 apud Barbosa, 2008) segundo os quais

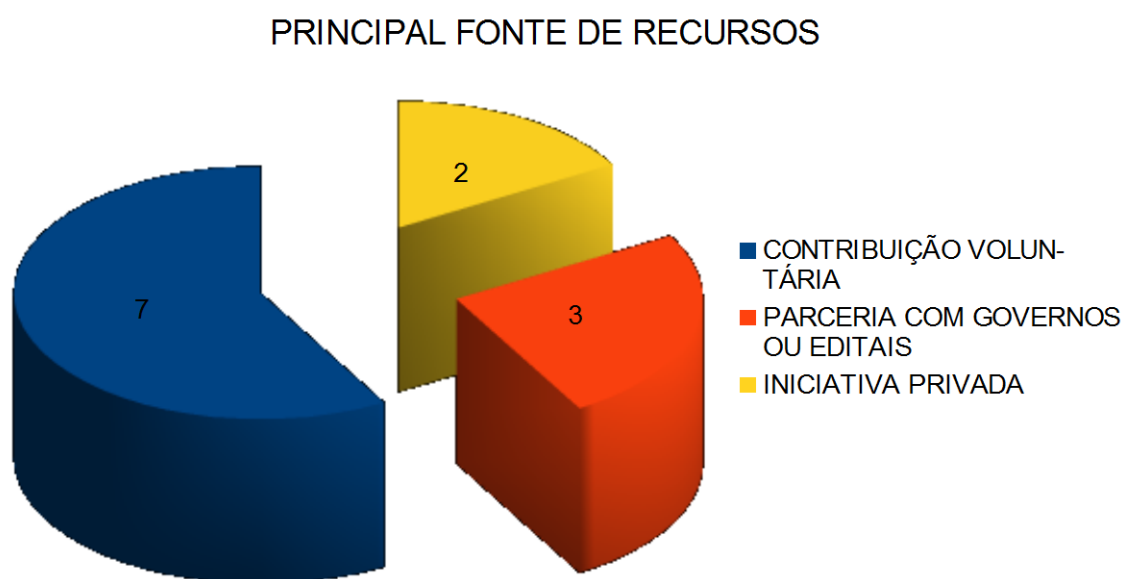
o problema ambiental é definido como aquela situação “onde há risco e/ou dano social/ambiental, mas não há nenhum tipo de reação por parte dos atingidos ou de outros atores da sociedade civil face ao problema”. O conflito ambiental, por sua vez, é definido como aquela situação “onde há confronto de interesses representados em torno da utilização e/ou gestão do meio ambiente”. Desta forma, uma mesma condição ambiental negativa pode ser considerada problema para um e conflito para outro. (pág. 83)

Essa característica das ações de EA na cidade dificultaram uma análise de suas tendências político-pedagógicas pois não pudemos observar as ações sendo desenvolvidas e o material impresso produzido é escasso na maioria das organizações, seja pelo fato de não tê-los produzido ou por não ter um arquivo com o conjunto desses materiais. Dado a EA se realizar majoritariamente de maneira pontual, em campanhas envolvendo algum problema ou conflito ambiental específico, um meio de identificar suas concepções político-pedagógicas é avaliar as características dos problemas/conflitos ambientais em questão (se são conservacionistas, se envolvem também um problema social, se afetam diretamente uma ou mais classes ou são comuns a toda população, etc.) e averiguar se a resolução do problema/conflito é utilizada como forma de problematização da sociedade em que vivemos ou tem um fim em si mesma (Layrargues, 1999).

Uma característica comum à maioria das organizações é a utilização das redes sociais na internet para realizar campanhas, divulgar atividades e informações

relacionadas às suas lutas e ideias conformando-se como um destacado instrumento informativo/educativo para estas.

De alguma forma a maioria das organizações possuem uma legalização através do CNPJ para poder acessar recursos dos editais de fomento, receber algum tipo de apoio do governo ou da iniciativa privada, porém a principal fonte de financiamento da maioria das organizações é de contribuição voluntária dos associados. Isto mostra que em João Pessoa as organizações que atuam na sociedade civil não cresceram a partir do padrão descrito por Montaño (2010: 224) em função da reorientação dos doadores internacionais ou pela atividade-fim de captação de recursos.



Há uma tendência de que as organizações possuam algum tipo de registro legal pois este facilita a movimentação de recursos. As que ainda não tem, como o caso da SOS Cuiá, estão no processo de cadastramento no CNPJ.

De acordo com os dados analisados dividimos as organizações que atuam na sociedade civil em João Pessoa em 5 diferentes grupos. Esta divisão foi feita baseada principalmente na semelhança entre a motivação para criação, os problemas/conflitos ambientais envolvidos, composição dos membros em relação à função social que exercem, financiamento das organizações e as parcerias realizadas com outras organizações. Esta divisão é uma tentativa de elucidar as convergências entre as organizações e pontuar as diferenças que para além de ser em certa medida limitantes

para a atuação em conjunto de tais organizações na sociedade civil servem para contribuir com o processo de reflexão sobre o caráter e os objetivos de cada uma das organizações.

– Organizações ligadas às lutas sociais e políticas (APAN e AP): Apesar de ter surgido em momentos históricos diferentes as duas organizações têm atuações parecidas na cidade, envolvendo-se na maioria dos debates e mobilizações em torno de conflitos ambientais, sejam eles de abrangência local ou nacional. Podemos dizer que suas atuações são por vezes complementares tendo a AP uma natureza de articulação de movimentos sociais e a APAN uma natureza organizacional semelhante ao que Gohn (2008) chamou de ONG cidadã, que além de prestar assessoria a movimentos sociais é ela própria um agente mobilizador.

A motivação para a criação de ambas está relacionada à luta em torno de conflitos socioambientais. A AP, por ser uma articulação de movimentos sociais, tendo alguns desses organização em nível nacional, tem pautado lutas referentes a temas ambientais que estruturam o atual modelo econômico brasileiro a exemplo da problemática da matriz energética e o conflito que envolve a prestação de serviços de produção e distribuição de energia elétrica. E estas lutas não deixam de ter uma consequência local, com ações que mobilizam setores da classe trabalhadora em seus locais de moradia e de trabalho⁷⁹. A AP tem reuniões semanais onde realiza debates acerca da política nacional e local e antes das mobilizações referentes a algum conflito ambiental procura realizar formações com seus membros e com a população envolvida para qualificar a intervenção nos espaços públicos e desenvolver o senso crítico, identificando quais são os adversários e inimigos dos trabalhadores em suas lutas sociais. A APAN por vezes é parceira da AP realizando atividades, formações e lutas em conjunto. Ela participa e realiza debates com seus membros sobre a política nacional de meio ambiente e cumpre o papel de denunciar os crimes e problemas ambientais da cidade sendo por vezes a organização responsável por estabelecer, no campo institucional, os conhecidos conflitos ambientais da cidade.

Pela natureza da composição e atuação de ambas seus membros também são diversificados. A AP é uma articulação de movimentos sociais, composta por integrantes de partidos, sindicatos, ONGs, movimentos de juventude e movimento feminista. A APAN é uma associação aberta, com regras e princípios próprios, mas não impede participação de membros de outras organizações, desde que sigam estes princípios. Alguns de seus

⁷⁹ Em João Pessoa a AP desenvolveu uma luta em 5 bairros denominada de “o preço da luz é um roubo” denunciando os altos preços da tarifa energética

membros ocuparam cargos de vereador no parlamento municipal e na direção da superintendência regional do IBAMA, outros são profissionais liberais.

Ambas utilizam metodologias e ações semelhantes para expor os conflitos ambientais que buscam confrontar e resolver, como campanhas, espaços de formação política, ações de rua e protestos. Estes são os principais elementos educativos presentes na atuação das organizações e que buscam explicitar suas concepções político-ideológicas com relação aos conflitos abordados e a atual conjuntura socioeconômica.

Seus parceiros são os movimentos sociais populares da cidade e outras ONGs ambientalistas. Podemos inferir, pela composição das parcerias, que estas organizações, AP e APAN, conformam um campo popular, de lutas populares, onde a questão ambiental é trabalhada de forma conjunta com outras demandas sociais.

As fontes de financiamento são diversificadas. Enquanto a AP é financiada pelos movimentos sociais, sindicatos e outras entidades que a compõem a APAN têm mais dificuldades de arrecadar recursos. A Associação não tem membros destacados para elaborar projetos de captação de recursos e não recebe contribuições permanentes de nenhuma entidade, sendo um de seus principais fatores limitantes.

– Organizações profissionalizadas (EVOT E AFYA): Criadas com o objetivo de desenvolver práticas holísticas a partir da comunidade onde se inserem. Trabalham o desenvolvimento das diversas dimensões do ser humano e sua interação com a natureza e com o Outro, no sentido da alteridade. Não têm uma crítica específica ao modo de produção capitalista mas sim a todo tipo de organização social que promova a desigualdade. Acentuam os valores e as práticas individuais e coletivas para o bem comum.

Enfrentam conflitos ambientais diferenciados. A EVOT atua pela preservação do rio Gramame junto com outras organizações, enfrentando indústrias poluidoras, e com a sensibilização da população. A AFYA atua em sua localidade difundindo práticas alimentares alternativas para a segurança alimentar e sensibilizando a população para o correto descarte dos resíduos sólidos. A diferença consiste na ausência de grandes empreendimentos poluidores no local de atuação da AFYA, fato que ocorre no território onde a EVOT atua. Porém, mesmo com poucos elementos de análise empírica dos processos educativos desenvolvidos por ambas, entendemos que suas ações de EA seguem uma orientação político-pedagógica similar baseadas na cooperação entre os seres humanos e na responsabilidade de cada um pela preservação do seu corpo, do outro e da natureza. São atividades de educação não-formal voltadas para a preservação

que utilizam metodologias que propiciam um contato direto com o conflito ambiental em questão e reflexão acerca dos valores e posturas da comunidade frente a isto. Algumas metodologias de EA utilizadas são a realização de caminhadas (trilhas) ecológicas para sensibilização da população e oficinas de construção de hortas, reciclagem e reutilização de materiais. A EVOT desenvolve também o projeto EcoEducação que, de maneira permanente, procura orientar crianças e adolescentes a conviver com a natureza de modo harmônico.

As duas entidades possuem uma estrutura organizativa relativamente mais estruturada que as demais organizações pesquisadas. Têm um organograma bem definido, funções específicas para cada um dos membros, e fontes de financiamento permanente. A EVOT é uma OSCIP, possui funcionários contratados e acessa recursos de editais de fomento, tanto do governo quanto da iniciativa privada. Recebe contribuição financeira de empresas locais como da gráfica Santa Marta e das faculdades particulares FACENE/FAMENE. Já a AFYA conta com o apoio de organizações internacionais de fomento e tem uma estrutura cooperativada de prestação de serviços que garante em parte a auto sustentação de sua estrutura e membros.

Os parceiros são distintos porém ambas têm parceria com o governo municipal. Como já citado a EVOT tem apoio financeiro de algumas instituições privadas. Já a AFYA mantém parceria com outras ONGs, movimentos sociais e instituições religiosas.

– Organizações comunitárias ou territoriais (OCEMA, GUAJIRU, SOS CUIÁ, AMIGOS DA PRAIA E APAAB): Este grupo de organizações se caracteriza por uma atuação comunitária ou surgida a partir da comunidade/território onde atuam para resolver conflitos ambientais específicos. A motivação para criação da organização em geral está associada à necessidade de envolver a comunidade ou frequentadores do território na solução dos conflitos/problemas enfrentados e pressionar os governos para a implementação de políticas efetivas para resolução destes. A APAAB é a única que não tem um único bairro ou território específico de atuação, abrangendo toda a cidade.

Os conflitos ambientais enfrentados são diversos, sendo a maioria relacionada a comportamentos e atitudes dos moradores ou frequentadores do bairro/território ocasionando a degradação ambiental, somando-se o fato da SOS Cuiá também lidar com conflitos envolvendo a atividade econômica dos moradores da comunidade (pesca).

As ações de EA são variadas envolvendo caminhadas ecológicas para recolhimento de resíduos sólidos depositados em locais indevidos, oficinas com material

reutilizado, plantio de mudas de árvores nativas, palestras, entre outras, todas voltadas para a sensibilização da população e frequentadores do bairro/território para a preservação ambiental.

A maioria das organizações deste grupo são autofinanciadas e não recebem dinheiro da iniciativa privada ou do governo. As contribuições são feitas pelos membros ou por apoiadores⁸⁰ que contribuem mensalmente. A exceção⁸¹ é a Amigos da Praia que foi criada por iniciativa de profissionais liberais e recebe apoio financeiro de empresas como já citado anteriormente.

A maioria das organizações tem parceria com outras ONGs ambientalistas para desenvolver ações conjuntas. Além disso a SOS Cuiá e a Amigos da Praia tem parceria com o governo municipal. A única das organizações que recebe financiamento de empresas é a Amigos da Praia.

– Vinculadas à estrutura governamental (REA e CJ): As duas fazem parte do corpo de organizações que atuam na sociedade civil impulsionada pelos setores do movimento ambientalista que hoje ocupam cargos no governo federal/estadual. Sua atuação está vinculada à implementação da PNEA, ProNEA e construção de Agendas 21 e COM-Vidas. Não atuam com conflitos ambientais específicos, trabalham a EA de forma geral para combater os problemas ambientais da cidade e do estado.

Seus públicos-alvo são diferentes, enquanto a REA procura articular as diversas experiências de EA no estado o CJ busca mobilizar a juventude para atuar permanentemente em questões ambientais, com enfoque na construção de Agendas 21 locais e criação das COM-Vidas. Ambas estão desenvolvendo poucas atividades por falta de gente para trabalhar já que a maioria dos membros é assalariado e tem que cumprir carga horária de trabalho em outra função.

As fontes de financiamento são poucas, provenientes em sua maioria de recursos governamentais. Como as duas organizações buscam implementar as diretrizes estabelecidas pela PNEA e ProFEA deveriam ter maior incentivo governamental, porém não é isso que aparenta acontecer. Apesar dos apoios pontuais a atividades estas organizações vivem uma dualidade. Por ter membros que são funcionários do governo

⁸⁰ Sabemos da possibilidade de entre os apoiadores estar algum empresário ou funcionário do governo mas nos materiais analisados e nas conversas feitas com membros das organizações esta informação não ficou clara, sendo assim estamos considerando que o apoio advém de apoiadores anônimos do movimento.

⁸¹ Não conseguimos esta informação da SOS Cuiá mas os materiais analisados indicam um possível apoio financeiro do governo municipal para atividades pontuais

estes buscam viabilizar a PEEA sem muito sucesso. Por outro lado suas atividades na sociedade civil tem uma abrangência e relevância muito limitada.

Pelo motivo acima citado ambas têm dificuldades de enfrentamento aberto com os governos no tocante à PEEA, já que vivem essa dualidade de trabalhar na gestão pública e ter de pressionar para a implementação de políticas públicas que não tem centralidade para os projetos governamentais. Seus principais parceiros são instituições governamentais, universidades e algumas ONGs ambientalistas.

– Organização empresarial (NÓS PODEMOS PARAÍBA e Amigos da Praia): Esta foi a última organização que atua na sociedade civil a ser criada na Paraíba, no ano de 2009. Como já descrito é uma entidade distinta das demais por ter em sua composição empresas, fundações empresariais, órgão governamentais e outras organizações que atuam na sociedade civil. O número de organizações associadas ao movimento não é preciso. Nos diversos sites onde buscamos informações sobre sua composição estas são desconhecidas⁸², mas estimamos que aproximadamente 100 organizações já tenham aderido ao movimento. Seu núcleo gestor estadual é composto pelo instituto UniGente, Sistema Correio de Comunicação, Prefeitura Municipal de João Pessoa, Governo do Estado da Paraíba, Ministério Público Estadual, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (SEBRAE), ENERGISA, Uniodonto, Sindicato da Indústria de Construção Civil de João Pessoa (SINDUSCON), Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A motivação para sua criação, segundo o site do próprio movimento, foi de reunir na Paraíba os setores acima mencionados na busca comum de atingir os ODM. Portanto não tem relação direta com conflitos ambientais e atua na perspectiva de mobilizar população, governo e empresários para solucionar os problemas ambientais definidos pelos ODM. As ações definidas pelo movimento para garantir a sustentabilidade ambiental responsabilizam principalmente os indivíduos, sugerindo o que podemos fazer para preservar o meio ambiente (ANEXO I).

Não fica claro pelas fontes pesquisadas qual a origem dos recursos que mantêm o NÓS PODEMOS mas dada a grande quantidade de empresas envolvidas acreditamos ser

⁸² <http://www.nospodemosparaiba.org.br/omovimento.php> Acesso em 20/02/2013
<http://200.181.15.74/noticias-detalhes/45/procuradoria-geral-de-justica-passa-a-coordenacao-do-nos-podemos-pb> Acesso em 20/02/2013
<http://www.newsparaiba.com.br/noticias/brasil/diretora+executiva+do+sistema+correio+assume+nospodemos%E2%80%99+no+nordeste-1750> Acesso em 20/02/2013

através de contribuições destas. O movimento adota uma estratégia de agregar o maior número possível de parceiros, bastando preencher uma ficha no site da organização para se tornar um destes⁸³. Interfere diretamente na maioria dos conselhos estaduais tendo como associados os Conselhos Estadual de Assistência Social (CEAS); de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA); de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDDPI); de Trabalho e Emprego (CETE); de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); dos Direitos das Mulheres (CEDM); de Saúde (CES); de Alimentação Escolar (CEAE); de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS)⁸⁴.

Os perfis de cada grupo demarcam a relação das ações de EA desenvolvidas com a categorização feita por Layrargues & Lima (2011) sobre as macrotendências da EA no Brasil. As **organizações ligadas às lutas sociais e políticas** (AP e APAN) servem como focos de resistência ao processo de desenvolvimento capitalista na cidade, enfrentando os conflitos ambientais junto a comunidades pauperizadas, organizações da classe trabalhadora e ambientalistas. Por procurar contextualizar o debate ambiental na conjuntura política de forma crítica e articulando lutas comuns na defesa do que é público consideramos que se enquadram no campo da **vertente crítica da EA**.

As **organizações profissionais, comunitárias ou territoriais e vinculadas ao governo** praticam um ambientalismo vinculado ao desenvolvimento sustentável, cada uma com sua especificidade, buscando a mudança de comportamentos e atitudes da população. Suas ações buscam, de modo geral, corrigir imperfeições do nosso sistema social baseado no consumismo, no desenvolvimento desenfreado e na separação entre o ser humano e o “meio natural”. Se inserem na **vertente pragmática da EA** apesar das diversas contradições existentes no seu próprio agir educativo. As organizações profissionais, comunitárias ou territoriais estão promovendo, em níveis e tempos diferenciados, organização popular para enfrentar problemas e conflitos ambientais. O desenvolvimento de senso de organização e mobilização dos moradores de uma determinada comunidade ou território pode contribuir para o despertar da participação e da cidadania, necessários para qualquer processo de transformação que busque acabar com as desigualdades social, econômica e política. Por isso podem desenvolver vários pontos de interseção com as organizações inseridas na tradição crítica da EA para atuação em conjunto, como algumas já fazem. Porém destacamos a reflexão de Petras

⁸³ <http://www.nospodemosparaiba.org.br/adesao.php> Acesso em 20/02/2013

⁸⁴ <http://movsocial.org/noticias.php?id=2479&pagina=4> Acesso em 20/02/2013

(1999 *apud* Montañó, 2010: 237) de que a ênfase nas atividades locais (na comunidade ou no território) pode servir muito bem aos regimes neoliberais e a seus simpatizantes já que estes podem dominar a política social e macroeconômica enquanto as organizações comunitárias se preocupam com a micropolítica. A exceção é a Amigos da Praia que tem sua atuação voltada para a participação em conselhos sem a promoção da organização popular para tal. Sua atuação a coloca mais perto da vertente conservadora do que da vertente crítica. As organizações vinculadas ao governo, apesar de sua boa intenção e esforço por buscar transformações e gerar um processo de participação popular na política ambiental e educacional, esbarram nas disputas institucionais internas, em jogos de interesse onde os vencedores são na maioria das vezes os setores dominantes na economia e na própria máquina estatal. A desarticulação e distanciamento entre as organizações vinculadas ao governo e as demais acabam enfraquecendo a luta institucional para os ambientalistas e setores populares.

A **organização empresarial** busca diluir a responsabilidade pelos problemas ambientais por toda a população enfatizando a mudança de comportamentos individuais e o esforço por reformas mínimas na gerência estatal da cidade como solução para a crise ambiental instalada na atualidade. Envolve entre seus associados empresas que se beneficiam do atual modelo de exploração dos recursos naturais e que contribuem, por sua própria natureza capitalista, para a manutenção da desigualdade social. Assim esta organização se identifica com a **vertente conservadora da EA** buscando realizar pequenas mudanças gerenciais na sociedade para manter sua boa imagem, seus lucros e seu poder.

O fato de membros dos governos estadual e municipal atuarem diretamente ou em conjunto com as organizações na sociedade civil, tanto as de perfil popular ou crítico quanto das impulsionadas por empresas, pode indicar a falta de coesão interna ou uma estratégia política para manter a governança, imprimir sua agenda política aos movimentos sociais, ONGs e às empresas. Falta de coesão interna pois compondo o governo existem diferentes forças sociais e estas nem sempre seguem o mesmo projeto estratégico, tendo leituras diferentes da realidade e atuando com certas diferenças entre si. Obviamente que o núcleo central do poder executivo tem peso político decisivo e dá as diretrizes de atuação do governo. Outro fator importante para entendermos essa disputa interna nos governos é a alocação de recursos para viabilizar umas e outras ações. No caso da EA na Paraíba, por exemplo, apesar de existir a PEEA não existe recursos destinados para sua implementação, a CIEA não foi efetivada e não existe um programa

articulador da EA em execução. Porém, o governo estadual compõe o movimento NÓS PODEMOS, designou um assessor exclusivo para compor a secretaria executiva do movimento e decretou que todos os órgãos governamentais integrem a Organização divulgando seu símbolo em todas as ações. Apesar de aparentemente participar de duas táticas díspares para a implementação de ações de EA o governo estadual privilegia a iniciativa privada ao invés de fortalecer as instâncias públicas. Na prática a implementação da PEEA é inviabilizada.

Fontes (2010) analisa esta relação entre Estado e organizações que atuam na sociedade civil afirmando que ela se dá em duas direções:

[...] dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação, e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. (Pág. 136)

O surgimento tardio, em relação às demais organizações, da organização empresarial, pode estar relacionado a uma mudança de tática política de seus grupos empresariais fundadores para manter seu poder no estado. Tais grupos já gozaram de uma influência direta no Estado quando um de seus membros, Roberto Cavalcanti do Sistema Correio de Comunicação⁸⁵, foi senador da república (2005, 2009-2011). Desde 2004 Cavalcanti responde a processo por corrupção ativa, estelionato, formação de quadrilha, uso de documentos falsos e crimes contra a paz pública movido pelo Ministério Público⁸⁶. Neste período Cavalcanti era diretor da Indústria e Comércio de Materiais Plásticos (Polyutil) empresa envolvida no processo. Também responde processo de corrupção referente a suas atividades a frente do Sistema Correio de Comunicação⁸⁷. Em meio a esta turbulência política envolvendo de seus grupos fundadores é que o NÓS PODEMOS é criado. O Sistema Correio de Comunicação foi um de seus impulsionadores através da Fundação Solidariedade presidida por Beatriz Cavalcanti Ribeiro⁸⁸, filha de Roberto Cavalcanti. Esta série de acontecimentos nos leva a concluir que a família Cavalcanti através do Sistema Correio de Comunicação deu início a uma outra forma de atuação do empresariado na Paraíba, a disputa e legitimação na sociedade civil.

⁸⁵ A concessão do Sistema Correio de Comunicação está no nome de filhos e parentes.

⁸⁶ <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/suplente-de-maranhao-responde-a-processo-por-corrupcao/>
Acesso em 10/02/2013

⁸⁷ <http://ivanildosantos.blogspot.com.br/2009/07/stf-julga-novo-caso-de-corrupcao.html#.UTabTBxLuR0>
Acesso em 10/02/2013

⁸⁸ Jornal Correio da Paraíba, 01 de maio de 2012. Pág. A3

Pela quantidade de parcerias realizadas, pelo grande volume de material para divulgação impressa - nos grandes meios de comunicação de sua propriedade -, pela influência que busca exercer sobre políticos locais⁸⁹ e liderança frente a outros grupos empresariais buscam assumir o papel de intelectuais orgânicos do empresariado paraibano.

⁸⁹ <http://www.paraibaurgente.com.br/s/ultimas/movimento-nos-podemos-paraiba-reune-candidatos-a-prefeito-de-joao-pessoa-e-campina-grande> Acesso 10/02/2013.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado buscou descrever e analisar as organizações que atuam na sociedade civil com EA em João Pessoa, Paraíba. Não pretendemos abarcar todos os aspectos contidos no interior dessas organizações, que sabemos ser muitos. A diversidade de sujeitos envolvidos e as mais diferentes realidades vivenciadas não podem ser captadas com este estudo apenas. Respeitamos e valorizamos a disposição de todos aqueles que dispõem de seu tempo para construir ideais coletivos. Por isto, de acordo com nossos referenciais, emitiremos mais alguns comentários no intuito de contribuir para análises de pesquisas futuras, para a gestão governamental e para todos os envolvidos nas organizações pesquisadas.

Quando falamos em organizações que atuam na sociedade civil não podemos levar em consideração apenas aquelas que possuem algum tipo de legalização ou apenas uma das formas dessa legalização. Apesar de ser uma tendência das organizações pesquisadas, as formas de 'legalidade' são variadas abarcando associações, fundações, OSCIPs, movimentos sociais, redes, entre outras. Os movimentos sociais populares em particular por não se adequarem ao perfil do chamado "terceiro setor", por sua característica contestadora da ordem, exigem maior atenção dos pesquisadores para conseguir captar a grande complexidade deste campo de atuação. Mesmo se tratando de organizações com algum tipo de legalização não existe um instrumento por parte do aparato estatal nem governamental que consiga regular as que atuam com EA.

O referencial utilizado contribuiu para elucidar as diferenças existentes entre as organizações e delimitar a importância política de tais organizações na sociedade civil. Há projetos em disputa na sociedade civil pessoense que refletem a disputa no conjunto da sociedade. As organizações e sujeitos que atuam neste campo buscam difundir sua visão de mundo das mais diversas formas: atuação em conjunto com estruturas do aparato estatal, utilização de formações políticas para debater os princípios destas organizações, campanhas, passeatas, feiras, propaganda nas redes virtuais, propaganda nos grandes meios de comunicação, etc. Não pudemos averiguar o impacto de tais ações sobre a população sendo necessária a realização de pesquisas posteriores no intuito de verificar quais as diferenças de percepção entre a população receptoras das ideias destas organizações sobre EA.

Pelo menos dois projetos de sociedade colocados em conflito na sociedade civil pessoense são melhor delineados, com objetivos claros, e com uma base social definida.

Aquele vinculado aos movimentos sociais populares e outro vinculado às frações burguesas locais lideradas pelo movimento NÓS PODEMOS. Mas há ainda aquelas organizações que de certo modo são “vacilantes”, no sentido de não estarem diretamente vinculadas a nenhum desses projetos. Estas, por sua vez, seguem caminhos diversos, difusos e a depender dos problemas ou conflitos ambientais em questão vão se aproximar de um ou de outro projeto mais definido. Esta dificuldade em apreender qual projeto almejado por estas organizações, mais vinculadas à vertente pragmática da EA, se dá pela falta de crítica às relações sociais capitalistas ou defesa de um projeto claro, baseado nas condições objetivas e subjetivas vivenciadas pela humanidade na atualidade.

As frações burguesas na cidade, e no estado, perceberam a importância de realizar essa disputa de consciência, de rumos políticos e morais da sociedade e desenvolvem com maior rapidez e de forma mais abrangente sua atuação, procurando envolver cada vez mais parceiros sob suas metas, sob seu projeto. Os resultados são similares aos encontrados por Lamosa (2010) e Martins (2005), onde o receituário da terceira via, um padrão de intervenção social mais refinado da burguesia, penetra as estruturas da sociedade civil e do aparato estatal. Pela movimentação dos dirigentes governamentais e demais instâncias componentes do Estado pudemos reafirmar o caráter de classe desse Estado, um aparato mantido para garantir o domínio de uma classe sobre outras, afirmado pelos autores da tradição marxista como Marx & Engels (2010) e Moraes (2003). Mais estudos são necessários para compreender a atuação da organização NÓS PODEMOS: sua abrangência, ramificações, objetivos, entender as fontes de financiamento e as relações que mantém com dirigentes e instituições estatais. À medida que concluímos nossa pesquisa o NÓS PODEMOS firmou um pacto com a ONU para continuar suas atividades pós 2015. Assim, podemos inferir que esta é uma tática de atuação a longo prazo das frações burguesas da cidade e do estado da Paraíba.

Por mais que as conquistas democráticas, como a criação da PNEA, PEEA, da participação nos conselhos de controle social tripartites, sejam muitas vezes inviabilizadas pela falta de recursos ou pela desvantagem em sua composição, a existência desses espaços permite uma maior participação de organizações populares e ligadas à classe trabalhadora. É bem verdade que estes espaços sub representam as organizações populares pois sua composição garante uma maior participação governamental e do mercado. Essa participação tem de ser compreendida de forma crítica para que o objetivo da transformação social e do fim das desigualdades sociais não se restrinja a cumprir as

regras do jogo injusto das relações sociais capitalistas e da representatividade burguesa. A participação não pode aqui ser entendida em si mesma mas como parte da construção de hegemonia, de difusão de uma visão de mundo, para contribuir para uma maior homogeneidade das organizações que conformam o campo popular aumentando sua força própria. Isto pois, de acordo com Buci-glucksmann (1980), um dos conceitos centrais para entender e atuar na luta entre as classes é o de *correlação de forças*. As classes e grupos sociais em disputa precisam ter o apoio ativo dos diversos segmentos que não estão envolvidos nesta luta diretamente para que assim acumulem forças ao redor de seus objetivos.

A pouca mobilização, baixo número de pessoas atuantes, dos setores populares e das organizações envolvidas com a vertente pragmática da EA em torno de conquistas de direitos, de espaços públicos para o debate sobre a EA é reflexo da pouca articulação e capacidade de pressão que têm no próprio âmbito da sociedade civil. O exemplo da inexistência da CIEA nos cai bem. A atuação na sociedade civil não vê interlocução possível com o Estado ou não tem força no sentido de pautá-lo, de imprimir força própria neste espaço. Como na reflexão já citada de Loureiro (2009b)

não é o Estado como ente isolado que é fonte de opressão, mas sim este Estado moderno estruturado para atender e reproduzir a sociedade burguesa! Mas o Estado também não é monolítico, materializa, contraditoriamente, relações de força entre agentes sociais, e apresenta-se como aparelho de dominação e estrutura básica de organização da sociedade contemporânea, universalizando, instituindo e legitimando determinadas formas econômicas e culturais produzidas na história. Logo, não pode ser simplesmente negado. Deve ser superado. E para isso é preciso ser exercido o controle social de seus instrumentos para que estes atendam ao interesse público e à construção do bem comum. Do contrário, o mesmo fica sob domínio exclusivo das forças conservadoras que buscam reproduzir a configuração social excludente e autorizar a liberalização da economia para atender aos interesses privados. (pág. 19)

A burguesia local, assim como diversas frações burguesas do país, já se deu conta da necessidade de conquistar ativamente o consenso, a hegemonia política sobre as classes trabalhadoras. E também sobre os dirigentes dos aparatos estatais a fim de cooptá-los para seu projeto. Já as organizações populares buscam formas de mobilizar as classes trabalhadoras em torno de um projeto comum, que vise acabar com a exploração e dominação de classe. O Estado é a fonte para garantir a opressão de uns mas também pode ser a fonte da garantia de direitos de outros. Apesar da dominação se manter no campo econômico as conquistas de liberdades políticas possibilitam à classe trabalhadora e às organizações ligadas aos movimentos populares e às vertentes pragmáticas da EA atuarem na formação de uma consciência crítica no intuito de construir relações que

superem a exploração do trabalho e dos recursos naturais para apropriação privada das classes dominantes.

Para as organizações populares é preciso articular-se, construir fóruns comuns onde suas lutas e projetos ganhem 'eco' para atingir o maior número de pessoas. A disputa de interesses na sociedade é definida, em última instância, pelas classes ou frações de classe que tem mais gente, pessoas, construindo seu projeto, ouvindo suas ideias, e no caso das classes dominantes a apatia da população conta a favor para manter o atual modelo societário. Para todas as organizações a construção da hegemonia deve ser um imperativo se quiserem levar a cabo um projeto de transformação social.

As palavras de Quintas (1997) nos ajudam a concluir este trabalho que buscou abrir novos horizontes para as organizações populares na sua luta por um outro convívio societário:

A construção, pela sociedade brasileira, de um estilo de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente seguro (responsável) passa, necessariamente, pela ação coletiva e organizada do cidadão, pela democratização do acesso ao conhecimento e à informação e pelo resgate do entendimento que o significado do humano é inerente à nossa condição de ser cultural e natural ao mesmo tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACANDA, J. L. Sociedade civil e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, E. & Gentili, P. (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BARBOSA, G. L. O ambientalismo em Nova Iguaçu: políticas públicas e movimentos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Psicologia, 2008. Dissertação (mestrado).
- BARRETO, R. G. e LEHER, R. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior "emerge" terciária. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2008, vol.13, n.39, pp. 423-436
- BUCI-GLUCKSMANN, C. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CARVALHO, I. C. M. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARQUES, P. P. & CASTRO, R. S. (Orgs.) Pensamento complexo, dialética e educação ambiental – 4ª edição – São Paulo: Cortez, 2006.
- CASTRO, V. M. Ambientalismo em João Pessoa/PB: A participação da sociedade nas políticas públicas (2005-2012). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- COGGIOLA, O. & KATZ, C. Neoliberalismo ou crise do capital? São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, C. N. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios - 3ª ed. - São Paulo, Cortez, 2008.
- CUNHA, C. C. Reservas extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990. UFRJ/Instituto de Psicologia – Rio de Janeiro, 2010. Tese (doutorado)
- DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, D. (Org.): Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización. Caracas: FACES, PP. 95-110, 2004.
- FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina - 4ª edição – São Paulo: Global, 2009.
- FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina - 4ª edição – São Paulo: Global, 2009.
- FOLADORI, G. O capitalismo e a crise ambiental. Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, n. 5, p. 117, 2001.

FONTES, V. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: Neves, L. M. W. & Lima, J. (Orgs.) *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

_____. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história – 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GOHN, M. G. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias* – 2ª ed. - São Paulo, Cortez, 2008.

GRAMSCI, A. Poder, política e partido. SADER, E. (org.). São Paulo: editora brasiliense, 1990.

GIDDENS, A. Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical. Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

KAPLAN, L. & LOUREIRO, C. F. B. Concepções de Estado e Sociedade Civil institucionalizadas e políticas públicas de educação ambiental: um estudo de caso a partir de chamada pública do Ministério do Meio Ambiente. *Sustentabilidade em Debate* – Brasília, v. 2, n. 2, p. 99-114, jul/dez 2011.

LABREA, V. C. V. A “VANGUARDA QUE SE AUTO-ANULA” OU A ILUSÃO NECESSÁRIA: o sujeito enredado. Cartografia subjetiva da Rede Brasileira de Educação Ambiental 2003-2008. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Dissertação (mestrado).

LAMOSA, R. A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ). Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Educação, 2010. Dissertação (mestrado).

LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A editora, p. 131-148. 1999.

_____. & LIMA, G. F. C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. VI EPEA, Ribeirão Preto, SP, 2011.

LEHER, R. Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente. Em: Fávero, O. Democracia e educação em Florestan Fernandes. Editora Autores Associados, 2005.

_____. Iniciativa para integração da Infra-Estrutura Regional da América Latina, Plano de Aceleração do Crescimento e a questão ambiental: desafios epistêmicos. In: LOUREIRO, C. F. B (org). A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P. P.(coord.). Identidades da educação ambiental brasileira. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004 .

_____. Crítica ao fetichismo da individualidade e aos dualismos na educação ambiental.

Educar. Curitiba, nº27, p. 37 – 53, 2006(a).

_____. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARQUES, P. P. & CASTRO, R. S. (Orgs.) – 4ª edição – São Paulo: Cortez, 2006(b).

_____. Trajetórias e fundamentos da educação ambiental. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009(a).

_____. Mundialização do capital, sustentabilidade democrática e políticas públicas: problematizando os caminhos da educação ambiental. Ambiente & Educação, vol. 14. p. 11-22. 2009(b).

MARTINS, A. S. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da Terceira Via. In: NEVES, L. M. W. (org). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. Editora Expressão Popular, 2010.

MATOS, M. C. F. G. Panorama da educação ambiental brasileira a partir do v Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Educação, 2009. Dissertação (mestrado)

MONTAÑO, C. Políticas sociais para quem? conceituação do “popular”. Serviço Social & Sociedade, no 45. Cortez, São Paulo, 1994.

_____. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, J. Q. M. A teoria marxista na história do pensamento político. In: Oliveira, M., Aguiar, O. & Sahd, L.F. (Org.). Filosofia política contemporânea. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

NUNES, E. M. & GARCIA, L. G. Conflito Territorial de Poluição Industrial da Bacia do Rio Gramame -. Sociedade & Natureza (UFU. Online), v. 24, p. 255-265, 2012.

QUINTAS, J. S. Texto apresentado na Mesa Redonda: Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização Social, do IV Fórum de Educação Ambiental - Guarapari, ES. De 05 a 08/08/97. Disponível em <http://www.lieas.fe.ufrj.br/> Acesso em 16/02/2013

RÊGO, A. F. Análise das dissertações de mestrado sobre educação ambiental do PRODEMA-PB: concepções e práticas/ Anapaula Farias do Rego. – João Pessoa, 2004. Dissertação – (mestrado) – UFPB/CCEN.

SCHERER-WARREN, I. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: Vários Autores. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SPOSATI, A. O. (Org.). Topografia social da cidade de João Pessoa. 1ª ed. João Pessoa: UFPB, 2010.

TOLEDO, C. N. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. Rev. Bras. Hist. vol. 24 nº47. São Paulo – 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação – 1ª edição – 17ª reimpressão – São Paulo: Atlas, 2008.

Legislação

Brasil. Constituição Federal, Brasília, 1988

Brasil. Lei nº 9.637, Brasília, 1998

Brasil. Lei nº 9.790, Brasília, 1999

Brasil. Lei nº 9.795, Brasília, 1999

Brasil. Decreto nº 4.281, Brasília, 2002

Lei Complementar 029/2002 – Código do Meio Ambiente

APÊNDICE I

ROTEIRO SEMI ESTRUTURADO PARA ENTREVISTA

- 1 QUANDO SURTIU À ORGANIZAÇÃO?
- 2 QUAL MOTIVAÇÃO? HÁ RELAÇÃO COM PROBLEMAS OU CONFLITOS AMBIENTAIS?
- 3 QUANTOS MEMBROS POSSUI?
- 4 DESENVOLVE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL?
- 5 QUAIS AS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO? SE FOR EDITAL, ESTE INFLUENCIA NA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS?
- 6 TEM CNPJ?
- 7 QUAIS OS PRINCIPAIS PARCEIROS?

APÊNDICE II

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE ATUAM COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM JOÃO PESSOA								
NOME	DATA DE CRIAÇÃO	MOTIVAÇÃO	CONFLITOS AMBIENTAIS	QUANTIDADE MEMBROS	AÇÕES DE EA	FINANCIAMENTO	LEGALIZAÇÃO	PARCEIROS
1	1978	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NA ORLA DA CIDADE; ATERRAMENTO DO RIO JAGUARIBE; POLUIÇÃO DO RIO JAGUARIBE; TAMBAÉM POLUIÇÃO DO RIO DO COQUE; CRIAÇÃO DO HORTO FLORESTAL	144	PALESTRAS, CAMPANHAS EDUCATIVAS NAS RUAS EM PARQUE DE MANEIRA; MOBILIZAÇÕES DE RUA, INTERNET, MOBILIZAÇÕES DE RUA	PRINCIPAL: CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DOS ASSOCIADOS; APOIO FINANCEIRO DO GOVERNO E DEBANCOS	CNPJ	OUTRAS ONGS AMBIENTALISTAS E MOV. SOCIAIS
2	1997	ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL PARA DESENVOLVER EA NA PB	X	6000 – MEMBROS CADASTRADOS MAS ATUAÇÃO DIFERSA	ENCONTROS DE EA NA PRAIA; JORNAL (MÃO PERDIDA) E PALESTRAS QUANDO SOLICITADAS	PATROCÍNIO DE PRINCIPALMENTE DE GOVERNOS, EMPRESAS, A DEPENDER DO GRUPO QUE ESTIVER A FRENTE	X	GOVERNO ESTADUAL E MUNICIPAL E ALGUMAS ONGS AMBIENTALISTAS
3	1998	TRABALHAR DE MANEIRA HOLÍSTICA A SAÚDE DA MULHER	DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM LOCAIS INDEVIDOS (RUAS, BUBROS, RIOS)	10	CAMINHADAS EDUCATIVAS E SENSIBILIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE HORTAS RESIDENCIAIS	PRINCIPAL: CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DOS INTEGRANTES; TAMBÉM SERVIDORES OPERACIONAIS E POPULAÇÃO. APOIO FINANCEIRO DA MURKOLL	CNPJ	ONGS FEMINISTAS, SINDICATO DOS TERAPEUTAS HOLÍSTICOS, MAÇONARIA VIDA NOVA E SECRETARIA DE MULHERES DE JOÃO PESSOA
4	1999	REALIZAR ATIVIDADES INTEGRATIVAS NA COMUNIDADE	DIFUSÃO INDEVIDA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OCUPAÇÃO HABITACIONAL EM UM HORTO FLORESTAL NA COMUNIDADE	10	OFICINAS DE ARTEFANATO COM MATERIAL REUTILIZADO; CAMINHADAS EDUCATIVAS NA COMUNIDADE	PRINCIPAL: CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DOS INTEGRANTES	CNPJ	ONGS AMBIENTALISTAS COMO PLANI E GUAJIRU
5	2002	PROTEÇÃO AOS NINHOS E TARTARUGAS MARIÑHAS URBANAS DE JOÃO PESSOA	ROUBO DE OVOS DE TARTARUGAS; DESTRUIÇÃO DOS NINHOS POR VEÍCULOS TRAFEGANDO NA ARÉIA DA PRAIA	10 – PODENDO VARIAR DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE ESTUDANTES VOLUNTARIOS DO PROJETO	PALESTRAS E VISITAS GUIADAS À PRAIA	PRINCIPAL: CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA DOS INTEGRANTES E VENDIDA DE IDUA COM PRODUTOS E RECEBIMENTOS DE APOIADORES INDIVIDUAIS	CNPJ	SOS MATA ATLÂNTICA E ONGS AMBIENTALISTAS LOCAIS
6	2002	ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS QUE LUTAM POR CAUSAS COMUNS	MODELO ENERGÉTICO BASEADO EM HIDRELÉTRICAS; LUTA CONTRA O USO DE ORGANISMOS TRANSGÊNICOS E AGROTÓXICOS; CONTRA ATIVIDADE INDUSTRIAL EM TERRAS INDÍGENAS CONTRA ATERRAMENTO DO RIO JAGUARIBE	25 – COORDENAM A ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS	CAMPANHAS NAS REDES SOCIAIS DA INTERNET, PASSEIATAS, PANFLETAGENS	PRINCIPAL: DOAÇÕES DE SINDICATOS, RÁFOS PROJETOS APROVADOS PELA CESE	X – UTILIZA O CNPJ DE MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A ARTICULAÇÃO	MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (MST, CFT), MARCHA MUNDIAL DE MULHERES, LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE E ONGS AMBIENTALISTAS COMO AAPAL
7	2003	FORTALECER OS GRUPOS DE JOVENS FORMADOS DURANTE OS PROCESSOS DE CONFERÊNCIAS DE MEIO AMBIENTE	X	10	PALESTRAS E OFICINAS EM ESCOLAS, ASSOCIAÇÕES LOCAIS, PARQUES E COM-VIDAS EM ESCOLAS	PRINCIPAL: CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA PARA ATIVIDADES ESPECÍFICAS COM APOIO DO GOVERNO E DE EMPRESAS LOCAIS	NÃO	SEMAMRMPJ, SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS, INMA, REUNIA
8	AMIGOS DA PRAIA	2003	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DAS PRAIAS DE JOÃO PESSOA	10	RECOLHER RESÍDUOS SÓLIDOS JOGADOS INDEVIDAMENTE NAS PRAIAS URBANAS DE JOÃO PESSOA	INICIATIVA PRIVADA E NÃO CONHECIDA	DESCONHECIDO	INICIATIVA PRIVADA E GOVERNO MUNICIPAL E ESTADUAL
9	EVOT	2004	POLUIÇÃO DO RIO GRAMAME POR EFLUENTES INDUSTRIAIS	56 – ENTRE FUNCIONÁRIOS E VOLUNTÁRIOS	TRILHAS ECOLÓGICAS; OFICINAS DE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL; PROJETO DE ECOEDUCAÇÃO	PARCERIAS COM ENTES GOVERNAMENTAIS, DOAÇÕES E PARCERIAS COM EMPRESAS E ENTIDADES PRIVADAS	CNPJ JOSICIP	PMJP, IES PRIVADAS SESE, GRÁFICA SANTA MARTA
10	SOS CUIÁ	2004	POLUIÇÃO DO RIO PREJUDICANDO A PESCA	desconhecido	PLANTIO DE MUDAS NO LETEIO EM RESERVA DE MATA CUIÁ DO RIO CUIÁ; OFICINAS DE EA EM ESCOLAS E COMUNIDADES.	CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA	CNPJ	ONGS AMBIENTALISTAS E PREFEITURA MUNICIPAL
11	APAAB	2006	MAUS TRATOS DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E DE TRAIÇÃO; COMBATE AO USO DE ANIMAIS EM ENTRETENIMENTO; NÃO USO DE ANIMAIS EM TESTES CENTRÍFICOS	40	FÉRIA DE ADOÇÃO DE ANIMAIS ABANDONADOS E PANFLETAGEM EDUCATIVA	CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA	CNPJ	ONGS AMBIENTALISTAS E OUTRAS ONGS DE PROTEÇÃO ANIMAL
12	NÓS PODEMOS PARAIBA	2009	POLUIÇÃO DA AGUA DE DAR; DESMATAMENTO; CONTAMINAÇÃO DO SOLO EM TESTES CENTRÍFICOS	13 – conta o núcleo gestor e aproximadamente 100 sócios associados, entre empresas, governo e organizações civis	PALESTRAS; CONCURSOS DE REDAÇÃO; VIBLIZAÇÃO DE REFORTEGAS EM MÍDIA ESCRITA; SELOS POSTAS TEMÁTICOS	DOAÇÃO DE EMPRESAS E GOVERNOS	X	EMPRESAS GOVERNOS E OUTRAS ONGS DE ORGANIZAÇÕES DA SOC. CIVIL

▪ ANEXO I

▪ **META DO MOVIMENTO NÓS PODEMOS PARAÍBA PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

▪ **Garantir a sustentabilidade ambiental**

Este objetivo tem importantes desafios a serem superados: a integração dos princípios da sustentabilidade às políticas nacionais; o acesso à água potável e esgotamento sanitário; e a melhoria dos assentamentos precários.

METAS:

- Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais até 2015.
- Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura.
- Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

Exemplos de possíveis ações empresariais e associativas com o poder público, ONGs, grupos representativos locais e fornecedores

Apoio a iniciativas na implementação de práticas ambientais sustentáveis e responsáveis, através da conscientização e disseminação das informações nas escolas, comunidades, empresas; Programas de mobilização coletiva para estímulo à reciclagem e reutilização de materiais; Ações de Voluntariado na comunidade com vistas à educação e sensibilização da população, com interferência direta nas associações e órgão representativos, escolas, parques, reservas, etc.; Suporte a projetos de pesquisa e formação na área ambiental; Promoção de concursos internos ou locais que estimulem o debate e a conscientização individual sobre o meio ambiente e a importância da colaboração de cada um; Desenvolvimento de programas parceiros no tratamento de resíduos procurando reverter o resultado em benefício de comunidades carentes; Promoção de "econegócios" (negócios sustentáveis), que preservam gerando ocupação e renda e melhorando a qualidade de vida das populações.

O que podemos fazer?

- * Mobilizaras pessoas para o uso racional da água e da energia;
- * Plantar árvores
- * Implantar coleta seletiva na escola, no prédio, no bairro e na empresa e divulgar o benefício de produtos biodegradáveis ou recicláveis;
- * Realizar mutirões de limpeza e rearboração de praças, rios e lagos;
- * Apoiar e promover a implementação de programas de habitação de interesse social que incluam saneamento e infra-estrutura.

Fonte: <http://www.nospodemosparaiba.org.br/odm.php?id=7>